

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TIAGO BASSANI RECH**

**O AFETO, O PERTENCIMENTO E O LUGAR DE AÇÃO POLÍTICA EM UMA  
PERIFERIA URBANA: A IMPLANTAÇÃO DO *CAMPUS* RESTINGA — IFRS**

**PORTO ALEGRE**

**2021**

**TIAGO BASSANI RECH**

**O AFETO, O PERTENCIMENTO E O LUGAR DE AÇÃO POLÍTICA EM UMA  
PERIFERIA URBANA: A IMPLANTAÇÃO DO *CAMPUS* RESTINGA — IFRS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rego.

**PORTO ALEGRE  
2021**

CIP - Catalogação na Publicação

Rech, Tiago Bassani

O AFETO, O PERTENCIMENTO E O LUGAR DE AÇÃO POLÍTICA  
EM UMA PERIFERIA URBANA: A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS RESTINGA – IFRS / Tiago  
Bassani Rech. -- 2021.

183 f.

Orientador: Nelson Rego.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Geografia. 2. Ensino de Geografia. 3. Campus Restinga - IFRS. 4.  
Lugar/Território. 5. Educação. I.  
Rego, Nelson, orient. II. Título.



### ATA PARA ASSINATURA Nº 13

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Instituto de Geociências

Programa de Pós-Graduação em Geografia  
GEOGRAFIA - Doutorado

Ata de defesa de Tese

Aluno: Tiago Bassani Rech, com ingresso em 21/03/2016

Título: **O Afeto, o Pertencimento e o Lugar de Ação Política no Campus Restinga**

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rego

Data: 11/10/2021

Horário: 14:00

Local: Banca realizada à distância por meio da Plataforma Mconf

Banca Examinadora	Origem	Clarice Monteiro Escott	IFRS Renato Emerson
Nascimento Dos Santos UFRJ			
Roselane Zordan Costella	UFRGS		
Élida Pasini Tonetto	UFRGS		

Porto Alegre, 11 de outubro de 2021.

Membros	Assinatura	Avaliação	Voto de Louvor
	Indicação de		
Clarice Monteiro Escott	_____	<u>Aprovado</u>	<u>Sim</u>
Renato Emerson Nascimento Dos Santos	_____	<u>Aprovado</u>	<u>Sim</u>
Roselane Zordan Costella	_____	<u>Aprovado</u>	<u>Sim</u>
Elida Pasini Tonetto	_____	<u>Aprovado</u>	<u>Sim</u>
Conceito Geral da Banca: ( Aprovado )			
Correções solicitadas: ( X ) Sim ( ) Não			
Indicação de Voto de Louvor: ( X ) Sim ( ) Não			

**Observação:** Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.

Avaliação: aprovado ou reprovado.

Aluno

Orientador

Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43113/203 - Bairro Agronomia -  
Telefone 33086347 Porto Alegre - RS

*Para estudarmos os territórios, precisamos estudar os lugares. Essa é uma tarefa urgente das ciências humanas e sociais aplicadas, sob pena de o mundo futuro ser planejado pelo senso comum e pelo pragmatismo do consenso, deixado à parte complicações da ciência e das utopias.*

*Wherter Holzer (2013, p. 28)*

*O afeto é revolucionário!*  
*Mirelle Barcos Nunes (in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

Essa tese foi produzida durante três governos federais diferentes, duas internações na UTI cardiológica e uma pandemia. Sobrevivi.

Meu agradecimento, primeiro, é ao prof. Nelson Rego. E aqui eu vou pedir licença aos leitores, trocamos muitos e-mails e desenvolvemos conversas na língua do “b”, portanto, Belson, bobrigado bor bacrediar em bim buando bem eu babia o bue bestava bropondo. Aprendi contigo (e com a Vanda Ueda) um dos princípios que carrego enquanto docente: a generosidade. Aprendi, com o Álvaro Heidrich, o que é a avaliação processual.

Agradeço à Guaneci, por ter acreditado que era possível.

Agradeço à Maria Salete e à Djanira, por estarem junto no processo.

Agradeço ao Nelson, por toda a dedicação.

Agradeço ao Ventura, pela perseverança.

Agradeço à Nídia, pela garra.

Agradeço à Cláudia Cruz, por me apresentar novas perspectivas.

Agradeço ao tio Ênio e à Maria Clara, pela memória e pelo amor à Restinga.

Agradeço à Neila, por todo o diálogo e generosidade na escuta e no compartilhamento de informações, entrevista e banco de imagens.

Agradeço a todas as pessoas que conversei sobre a pesquisa — ou sobre a Restinga — que, de alguma forma, contribuíram para o seu desenvolvimento (Caren, Joici, entre tantas outras que os nomes me fogem agora).

Agradeço ao IFRS por me possibilitar o espaço de pesquisa e cumprir com seus preceitos institucionais. E, aqui, incluo os seus estudantes, que me apoiam e incentivam a continuar dia após dia. Vocês são a razão do meu amor pela docência.

Agradeço ao PPGGEA/UFRGS pela possibilidade do desenvolvimento da pesquisa, especialmente ao Pedro, pela celeridade nos retornos.

Agradeço ao Anderson Lee, meu amor, por toda a compreensão das minhas ausências nesse período. Meu amor por você não acaba.

Agradeço aos meus pais, que compreendem, igualmente, minhas ausências.

Agradeço ao Gustavo Mallmann, por toda a ajuda e parceria no desenvolvimento da pesquisa, não teria conseguido a tempo se não fosse por você.

Agradeço à Priscila Bastos, por me mostrar o que é o racismo estrutural e me apresentar a Restinga por outra perspectiva.

Agradeço aos meus amigos, por me apoiarem sempre que precisei e por me sacudirem quando precisava.

Agradeço ao Ricardo, que não me contou o que houve naquela noite e por isso eu sigo em terapia.

Agradeço a todo ensinamento que a Mirelle Barcos Nunes nos deixou. Ela partiu padecendo de uma doença a qual já existia vacina. Não posso deixar de expressar que o contexto atual de encerramento de escrita da tese poderia ter sido diferente se o atual governo tivesse tomado medidas protetivas à população. Governo que não o fez por escolhas.

Por fim, os resultados das duas internações são fibroses no mesocárdio/subepicárdio nas paredes anterolateral médio-apical, septal no terço médio, posterior médio-apical, inferior nos terços basal e apical. Meu coração tem sequelas, mas segue pulsando.

Logo, me resta concluir agradecendo ao universo, pela minha existência.

## RESUMO

Essa pesquisa se desenvolve sobre o contexto da instalação do *campus* Restinga, vinculado ao IFRS, presente no bairro que lhe empresta o nome, localizado no extremo sul de Porto Alegre/RS. Objetivou-se a análise da relação entre o bairro e a instituição de ensino, fruto de um processo de reivindicação e conquista dos moradores, bem como a sua contextualização com os conceitos de lugar e de território, especialmente, para entender o papel dessa instituição e sua intrínseca relação com o bairro. Nesse ínterim, a compreensão da construção do espaço ao longo do tempo foi importante para identificar a conformação do lugar, seus limites — que marcam os territórios — e o surgimento dos símbolos presentes na paisagem. Dessa compreensão, surgiu a figura do “restingueiro”, estereótipo mencionado pelos interlocutores que compartilharam suas memórias para recompor essa geografia. O contexto temporal demonstra como os moradores foram reivindicando suas infraestruturas e equipamentos urbanos, até culminar na necessidade da qualificação via educação profissional. É nesse ponto que se busca o *Campus* do Instituto Federal e as novas formas de apropriação e organização do lugar/território se configuram, as quais são demonstradas na relação existente entre a instituição e o bairro, ora figurando como lugar, ora figurando como território. Nesse movimento, a instituição passa a ser lugar gerador de ações, tornando-se sujeito de processos reivindicados pela comunidade, quando analisada pelas perspectivas dialética e fenomenológica.

**Palavras-chave:** Restinga. Lugar/território. Paisagem. Educação. *Campus* Restinga—IFRS.

## ABSTRACT

This research is developed in the context of the establishment of the Restinga Campus, which is part of the Federal Institute of Rio Grande do Sul - IFRS, located in the neighborhood that lends it its name, in the extreme south of Porto Alegre/RS. The primarily goal for this research is to analyze the relationship between the neighborhood and the educational institution, which was the result of a process of claiming and conquest of its residents. It is also a goal of this research to analyze the contextualization of the concepts of place and territory, especially in order to understand the role of this institution and its intrinsic relationship with the neighborhood. In the meantime, understanding the construction of space over time was important to identify the composition of the place, its limits, which mark its territories, and the emergence of symbols present in the landscape. From this understanding, the figure of the “restingueiro” appeared, a stereotype mentioned by the interlocutors who shared their memories to recompose this geography. The time context demonstrates how the residents were claiming their infrastructure and urban equipment, culminating in the need for qualification via professional education. It is at this point that the IFRS Campus is sought and new forms of appropriation and organization of the place/territory are configured, which are demonstrated in the existing relationship between the institution and the neighborhood, sometimes appearing as a place, sometimes appearing as a territory. In this movement, the institution becomes a producer of actions, becoming the subject of processes claimed by the community, when analyzed from the dialectical and phenomenological perspectives.

**Key-words:** Restinga. Place/Territory. Landscape. Education. Campus Restinga—IFRS.

## SUMÁRIO

ATA PARA ASSINATURA Nº 13 .....	4
TÍTULO: O AFETO, O PERTENCIMENTO E O LUGAR DE AÇÃO POLÍTICA NO CAMPUS RESTINGA .....	4
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS, MAPAS E QUADROS.....</b>	<b>10</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 O CONTEXTO INSTAURADOR DE QUESTIONAMENTOS NECESSÁRIOS..	15
1.2 QUAL FOI O MEU LUGAR DE ESCUTA NESSA PESQUISA? .....	23
<b>2 DO BARRO AO BAIRRO: CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA RESTINGA...26</b>	
2.1 DEPOIS DOS NÚMEROS, ALGUNS SIGNIFICADOS .....	28
2.2 DA RESTINGA VELHA PARA A RESTINGA NOVA: AS TRANSFORMAÇÕES DO/NO ESPAÇO.....	47
2.3 RESTINGA: UM LUGAR MARGINAL .....	62
<b>3 ENTRE A MARGINALIDADE, REIVINDICAÇÕES E CONQUISTAS, HÁ UM CAMPUS RESTINGA.....</b>	<b>83</b>
3.1 A NECESSIDADE DE MELHORES CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO.....	86
3.2 A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PRÓ-IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL .....	90
3.3 UM SONHO OU A POSSIBILIDADE DE REALIZAR UMA AÇÃO OUSADA? — OS EFETIVOS TRABALHOS DA COMISSÃO PRÓ-IMPLANTAÇÃO .....	95
3.4 A DISCUSSÃO POLÍTICA: DA SUBMISSÃO DA PROPOSTA ATÉ A LIBERAÇÃO DO TERRENO .....	108
3.5 AS VOZES, OS ECOS E OS DEVANEIOS: RELAÇÕES COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE .....	112
3.6 DO ACESSO AO ACESSO.....	122
3.7 SIGNOS, SIGNIFICADOS E SENTIDOS: O QUE SE ENTENDE E SE PERCEBE SOBRE O CONJUNTO DE REUNIÕES .....	131
<b>4 DA RESTINGA AO CAMPUS RESTINGA: UM POUCO DE SENTIMENTO VAI DO CORAÇÃO ÀS MÃOS .....</b>	<b>135</b>
4.1 A PERSPECTIVA DOS CURSOS PRETENDIDOS.....	137
4.2 DO AMOR À CONCEPÇÃO QUE SE EXPRESSA POR PALAVRAS .....	161
<b>5 EM TODO MOVIMENTO HÁ PAUSA, MESMO QUE MOMENTÂNEA .....</b>	<b>168</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>179</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>182</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS, MAPAS E QUADROS

<b>Figura 1.</b> Superior: Restinga na década de 1960. Inferior: Restinga em 2020.....	19
<b>Tabela 1.</b> Distribuição da população nos bairros mais populosos de Porto Alegre....	27
<b>Mapa 1.</b> Localização da Restinga e da região da Ilhota, Colônia Africana e centro da cidade de Porto Alegre.....	31
<b>Figura 2.</b> Panfleto produzido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre – década de 1960.....	33
<b>Figura 3.</b> Transporte das malocas em caminhões – ano 1967.....	36
<b>Figura 4.</b> Assentamento das malocas na vila Restinga– ano 1967.....	36
<b>Figura 5.</b> Jovem carregando baldes de água na Restinga — década de 1960.....	39
<b>Figura 6.</b> Unidades Habitacionais da Restinga Nova – projeto DEMHAB – década de 1970 (Primeira Unidade).....	48
<b>Figura 7.</b> Vila Nova Restinga (Restinga Nova) – década 1970.....	59
<b>Figura 8.</b> Imagem de satélite Restinga.....	75
<b>Figura 9.</b> Seminário de apresentação da expansão da rede técnica federal.....	92
<b>Figura 10.</b> Área 1.....	101
<b>Figura 11.</b> Área 2.....	102
<b>Figura 12.</b> Área 3.....	103
<b>Quadro 1.</b> Cronograma de execução das obras de acesso ao <i>campus</i> .....	126
<b>Figura 13.</b> Sede provisória em 2011: primeiro grupo de servidores.....	131
<b>Figura 14.</b> Tapumes transformados em murais, via oficinas promovidas pelo NEABI .....	147
<b>Figura 15.</b> Tapumes transformados em murais, via oficinas promovidas pelo NEABI. .....	147

## 1 INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre esse tema exigiu uma organização por etapas. Não necessariamente foram executadas conforme o planejamento, pois um projeto acaba sendo uma projeção, a priori. Enquanto pesquisador, tinha algumas perspectivas sobre o doutorado, algumas delas foram frustradas, mas outras, que pareciam tolas, se tornaram um mote de tese que não imaginava. Fazer pesquisa é se surpreender a todo instante, é encontrar mais dúvidas do que respostas às perguntas que nem haviam sido formuladas.

A minha escrita apresenta-se como uma narrativa da pesquisa, contando um pouco da minha trajetória ao longo do tempo, da minha relação com o objeto pesquisado e como essa pesquisa se desenvolve, passando pelas angústias e pela realização de ter conseguido chegar até esse ponto; e, sobretudo, pela forma em que cheguei ao fim do prazo, pois a tese não se termina em si, mas abre possibilidades. A forma que estou escrevendo é originada da disciplina ministrada pela professora Cláudia Luiza Zeferino Pires — e apresenta o prazer de suas contribuições. Lá, para o trabalho final na disciplina, assim escrevi: contando a trajetória, a expectativa e a frustração, mas, ainda assim, elaborando os principais conceitos que me foram úteis. Ainda, reencontrei velhos conhecidos do tempo de militância, essa que continua, mas em outros lugares e de outras formas. Foi naquele artigo que uma das surpresas se originou. Quando, de uma das orientações com o professor Nelson, ele comentou sobre o artigo submetido como avaliação à disciplina da professora Cláudia e a minha reação foi receosa. Para minha surpresa, ele indicou que escrevesse a monografia daquela maneira, ou seja, essa que escrevo agora. Essa escrita vai tentar traduzir uma trajetória que me envolve, portanto, a minha. Essa trajetória se enlaça com várias outras pessoas que estão em torno e entre o lugar onde trabalho. É por essa razão que, em vários momentos, a narrativa encontra o suporte em terceiros, em dizeres não ditos por/a mim, mas referente ao que busquei entender.

Previamente, tive a perspectiva de trabalhar com 4 grandes eixos na tese, para questionar a possibilidade de um conceito híbrido entre lugar e território, que é algo como um **lugar territorializado** ou um **território lugarizado**. A cada avanço na escrita, fica menos ou mais evidente um ou outro, ou, nenhum nem outro, separadamente. Lugar e território possuem conceitos distintos, na Geografia, mas contêm traços um no outro. O *Campus Restinga*, que é parte da estrutura múltipla do

Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), apresenta-se como um lugar e como um território, ou mais do que isso. Na minha experimentação, desde 2015, notei que ele se apresenta mais como um território do que como um lugar, em certos casos. Aqui é um dos momentos em que preciso descrever o motivo disso. Parte da resposta está na história de como a Restinga se compõe e na trajetória de algumas pessoas, representantes de tantas outras pessoas, na luta pela emancipação coletiva. Esse processo, que gera confusão na forma de identificar o que ocorre no *campus*, possui razões que serão respondidas mais adiante.

De volta aos porquês, o que me motivou a pesquisar tal tema? Parte da inquietação é da própria experiência docente. É preciso registrar, aqui, que o meu percurso é bastante fenomenológico, pois partiu do meu olhar, lido por várias lentes conceituais distintas. É por meio dessas lentes que percebo as várias dimensões do espaço que envolve o *campus* Restinga. A primeira ideia que surgiu é que as compreensões das dimensões dessas mudanças precisam ser incorporadas para a apropriação plena do território pelos seus educandos, bem como para a apropriação, por eles, do espaço de ensino. É a partir disso que o conjunto de intencionalidades e relações de poder, camufladas, muitas vezes, na paisagem e nas vivências cotidianas, se tornam visíveis (GALVÃO, 2015), ao passo que também provocam articulações entre as experiências sociais que envolvem a comunidade escolar e seus coletivos com os conhecimentos acumulados produzidos, também, em experiências sociais (ARROYO, [2013]/2021).

O processo de ensino não é uma tarefa exclusiva de um ou de outro profissional, afinal, ele se dá de forma processual entre os educandos e entre os profissionais, quando ocorre a partir da análise de problemas que surgem e da busca de soluções. Ou seja, quando ocorre um processo de reconhecimento e autorreconhecimento relacionados ao(s) espaço(s) de convivência(s).

Assim, compreender o lugar e o território no processo de ensino vai ao encontro da definição de Galvão (2015, p. 70), “[...] como um espaço apropriado por atores que criam materialidades, símbolos, significados e identidades, estabelecendo relações de poder, de subordinação e interdependência”. Tais relações se apoiam em Serpa (2019), ao defender que os estudos culturais estão intrinsecamente relacionados ao estudo do poder. Logo, compreender em qual lugar e/ou território o *campus* está, é ter noção da rede que o cerca e dos seus diferentes constituintes. No espaço de

aprendizagem, o que se verifica é uma expressão múltipla de lugares-territórios, de (i)materialidades, representações constituintes de algo maior, que é, nesse caso, o bairro em que o *campus* está inserido.

Essa compreensão das diferentes identidades que compõem o território e que se (re)produzem nele “[...] permite compreender de que forma as singularidades do lugar são estruturadas e como atuam sobre os ritmos de desenvolvimento” (SANTOS, 2006, p. 222). Então, tal pluralidade de constituintes forma a territorialidade, cuja configuração se dá pelas “[...] relações e práticas sociais estabelecidas no cotidiano entre os próprios atores, com a natureza e com outros territórios” (GALVÃO, 2015, p. 71), cujo processo transforma também o território, “[...] pois é constituída e vivenciada, no tempo e no espaço, por um grupo social específico, e traduz ao território características próprias, objetivas e subjetivas, sua identidade cultural” (GALVÃO, 2015, p. 71). A compreensão dessas características também se amplia quando o olhar sobre o modo de produção alcança a compreensão de modo de vida, especialmente quando inclui os meios de produção simbólica, aproximando as abordagens hermenêutica e dialética, pensando o espaço geográfico como espaço de vida (SERPA, 2019). Essa concepção se aplica especialmente à Restinga, na forma como ela foi constituída e se definiu como lugar, como será visto mais adiante.

Pensar o lugar passou a ser importante e, talvez por isso, tenha tantas dimensões a ser exploradas, pois, eminentemente, ele se modifica de sujeito para sujeito. Existem, obviamente, construções coletivas sobre o lugar e é isso que garante, em tese, que o *Campus Restinga* seja um lugar de ensino, de aprendizagens, de conquistas. Parte dessa percepção surge a partir da minha dissertação de mestrado. Ainda, existem muitas perguntas sem respostas, e uma delas é sobre o paradeiro da Colônia Africana de Porto Alegre. A proposta de Santos (2006) e sobre espaços banais inclui-se nessa pesquisa. São banais porque não são notados, pela sociedade em geral, na dimensão de todos os vetores que o perpassam. A Restinga, na sua história, desde sua fundação e em seu desenvolvimento, se assemelha muito à Colônia Africana, devido ao seu processo e à identidade produzida, essa que ainda é vista de maneira estereotipada por outros. Alguns moradores defendem que a Restinga é, na verdade, um grande quilombo.

Tive certa relutância em pesquisar o que se apresentava, quer seja pelo desafio da pesquisa, quer seja pela complexidade de compilar os dados. Trabalhando no

bairro Restinga e ao percorrer novamente a cidade de Porto Alegre, num processo de (re)apropriação, encontrei indícios dos locais onde a Colônia Africana se reorganizou, levando em consideração o processo constante de reterritorialização. A inquietação se iniciou a partir da percepção dos estudantes do *Campus Restinga* sobre o espaço, ou melhor, sobre o processo de apropriação do espaço, especialmente, dos estudantes que moram na Restinga e arredores.

Sendo assim, a análise da relação entre o bairro e o *campus Restinga* torna-se necessária para a Geografia, especialmente para entender o papel dessa instituição de ensino e a sua intrínseca relação com o local que lhe empresta o nome — fruto de um processo de reivindicação e conquista dos moradores —, mas, também, é necessário aproximá-la de conceitos de lugar e de território. O lugar é um conceito valioso como instrumento de ensino, pois ele advém de vínculos gerados, ao mesmo tempo em que não é bem compreendido em toda a sua dimensão. Vínculos são essenciais no processo de ensino e aprendizagem. Outrossim, dialogar sobre o híbrido conceitual é relevante no sentido de que uma mesma porção do espaço geográfico representa mais de um conceito na sua existência, ao mesmo tempo em que um conceito, como o lugar, pode ser compreendido para além de uma abordagem por uma única linha autoral, pois as linhas parecem se apresentar insuficientes, conforme a lente utilizada.

Outra percepção é a dimensão multicultural experimentada no *Campus*, onde é possível perceber, com evidência, que existe certa diferenciação da apropriação pelos estudantes, resultando num nível de evasão bastante elevado, sobretudo por aqueles provenientes da própria Restinga. Entre os fatores apontados para a evasão está o baixo desempenho em certas unidades de construção do conhecimento, reflexo de um ensino fundamental deficitário. Sabe-se, a partir do cotidiano vivido, que as periferias possuem dificuldades no processo escolar, com salas de aulas lotadas, dificuldades estruturais e de recursos. Esses fatores pesam no processo de apropriação do espaço escolar, pois a escola não é um lócus atrativo para esses alunos.

A análise do objeto de pesquisa segue o caminho da pesquisa-ação, observando atentamente, e por um longo tempo, o que acontece, participando dele, enquanto docente, construindo diferentes perspectivas de abordagens, numa trama conceitual complexa, de múltiplos olhares, especialmente a partir dos ideais de Freire

(2017). Para organizar essa análise, o caminho passa pela compreensão da construção do conceito de lugar, ao analisar o processo de formação do bairro, tanto por pesquisas sobre o tema pelo viés histórico-geográfico, quanto pelo olhar fenomenológico de quem o vivenciou. Desse processo, a necessidade de infraestruturas capazes de promover o desenvolvimento do bairro é referida, e um grupo de pessoas dedicou tempo e trabalho para implementá-las. Esse novo lugar construído possui significados e traduz, simbolicamente, muitos ensinamentos de história, de amores, de sentimentos desenvolvidos a partir dele com o bairro. Essas etapas descritas são traduzidas em partes que compõem a produção final.

Conforme comentado no início, o processo de escrita envolve uma narração. No desenvolvimento tradicional da escrita, nesse ponto, estaria a localização e contexto da Restinga. Contudo, a proposta é uma narrativa que acompanha o tempo em que os fenômenos ocorrem. Após a metodologia, a contextualização do *Campus* e do bairro surgirá, pois ambos são resultados de lutas de moradores. Seu surgimento, concepção e sentido é o escopo maior da narrativa. Assim, há três momentos na pesquisa: o surgimento do bairro e o envolvimento dos moradores na sua constituição; as motivações para a luta pela educação e o conseqüente surgimento do *campus* Restinga — IFRS; e o sentido que ele adquire para o bairro.

## 1.1 O CONTEXTO INSTAURADOR DE QUESTIONAMENTOS NECESSÁRIOS

O *campus* Restinga possui uma história que envolve a luta de lideranças comunitárias do bairro. São líderes comunitários que compreendem e compreenderam, com muita propriedade, as reais necessidades do lugar e onde estão inseridas.

Talvez essa diferença entre o lugar onde mora e o lugar onde atua seja o quanto cada pessoa luta por aquilo que compreende, individualmente e coletivamente, ser o melhor para si e para os demais que compartilham do mesmo lugar. É provável que essa dimensão, de luta, de empoderamento, dê ao lugar uma dimensão territorial. Essa diferença é evidente na Restinga, no processo de conquista por um *campus* de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, fruto de comitativas de representantes das associações de bairro e não de um movimento político-partidário.

Entendo esse histórico como luta pela emancipação da comunidade. Essa emancipação, educadora, promove a continuidade das lutas. Talvez, ao compreender o processo de conquista do *campus*, encontram-se, também, reflexos educativos únicos desse bairro, processos esses que estão vinculados fortemente na diferença entre ensinar e educar. Talvez seja um dos anseios da comunidade: ensinar luta e resistência, como forma de educar os estudantes do *campus* a lutarem pela manutenção dos seus lugares.

Na Restinga, entre as associações de moradores, salientam-se aquelas que lutaram pelo *campus* e que uniram forças com muitas outras associações, representadas por pessoas destacadas para esse fim. Algumas delas não estiveram diretamente envolvidas na busca do *campus*, mas foram igualmente importantes, envolvendo-se na demanda pela primeira creche, há 50 anos, pela água encanada, pelo transporte coletivo ou pelo posto de saúde/Unidade Básica de Saúde. A luta pelo *campus*, em 2006, nada mais é do que o reflexo de uma contínua luta pelos direitos dos moradores daquele lugar. Possivelmente, essas pessoas tenham suas construções simbólicas e culturais na busca pelos seus direitos.

Diante dessas angústias, me vejo cercado de perguntas, de algumas pessoas e de suas respostas. Esses sujeitos me levaram a outros. Conversei com a Maria Clara e o Ênio, previamente à elaboração de qualquer roteiro. A partir deles compreendi a luta por direitos mínimos para uma comunidade: o espaço pode se transformar num lugar e esse lugar se transforma num território, num campo de ação política, mas ainda é um lugar. Dessas conversas, é perceptível que a conquista de algo — como uma creche, uma escola, um posto de saúde, uma unidade do Sistema Nacional de Emprego (SINE) — tem uma conotação diferente do que apenas mais um lugar de um serviço que pode ser oferecido. Parece que se torna, também, um símbolo, fruto de sua conquista coletiva, mas que também contém um pouco de quem o buscou.

É essa mesma percepção que tenho do *campus*, como fruto de luta das lideranças comunitárias, aparenta ter esse valor para as pessoas que lutaram por ele e além dele, como é o exemplo do Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU) da Restinga, inaugurado em agosto de 2019, após 10 anos de atraso. Para os moradores, que acompanharam o processo de sua construção, a conclusão da obra só foi possível

pelo trabalho do José Luiz Ventura<sup>1</sup>, popularmente conhecido como Ventura. A implantação do projeto foi possível devido ao seu trabalho incansável e aos cuidados que possui com o lugar onde mora, pois o terreno para a construção da obra é o mesmo onde está instalada a organização não governamental (ONG) que ele preside. Portanto, a inauguração do centro só foi possível pelas ações coordenadas por ele e pelos outros moradores que se envolveram no processo e contribuíram para fazê-lo.

A obra, construída com recursos federais, após finalizada, teria a gestão pela prefeitura e por um comitê de lideranças comunitárias (NETO, 2019). Ventura é destacado, por Neto (2019), como liderança comunitária e o principal responsável pelo desenvolvimento das obras. O tempo dedicado como fiscal da obra garantiu sua conclusão (NETO, 2019). Mesmo diante da sua representatividade para a conclusão do espaço, ele sequer foi convidado para a inauguração, que contou com a presença do ministro das cidades, prefeito e outras autoridades políticas, tampouco o histórico de seu trabalho fez a menor diferença nos discursos no ato de inauguração. Na plateia, revoltas em alto e bom som expuseram seu descontentamento, clamando pelo nome do José Ventura. Embora essa instituição seja destinada à comunidade, o nome de quem muito trabalhou por ela permanecerá em seu histórico, velado ou não, como legado de persistência, perseverança e abnegação. São, em parte, sonhos que se concretizam.

Para o *Campus Restinga*, esse nome, entre outros, é de Maria Guaneci Marques de Ávila. Essa interlocutora é assistente social e Promotora Legal Popular (PLP), liderança comunitária na Restinga Velha, ex-conselheira tutelar e moradora da Restinga desde a década de 1980. Ela é popularmente conhecida como Guaneci e é assim que ela se identifica. É essa história, que se cruza com a do Nelson, com a do Ventura e que é uma sequência das lutas encampadas pela Maria Clara, bem como de outras tantas mulheres que batalharam pela Restinga, que é o foco da investigação, nessa construção de um caminho metodológico. A apresentação de cada uma dessas pessoas é realizada adiante, conforme suas leituras do espaço vivido sejam traduzidas na construção do lugar (da) Restinga.

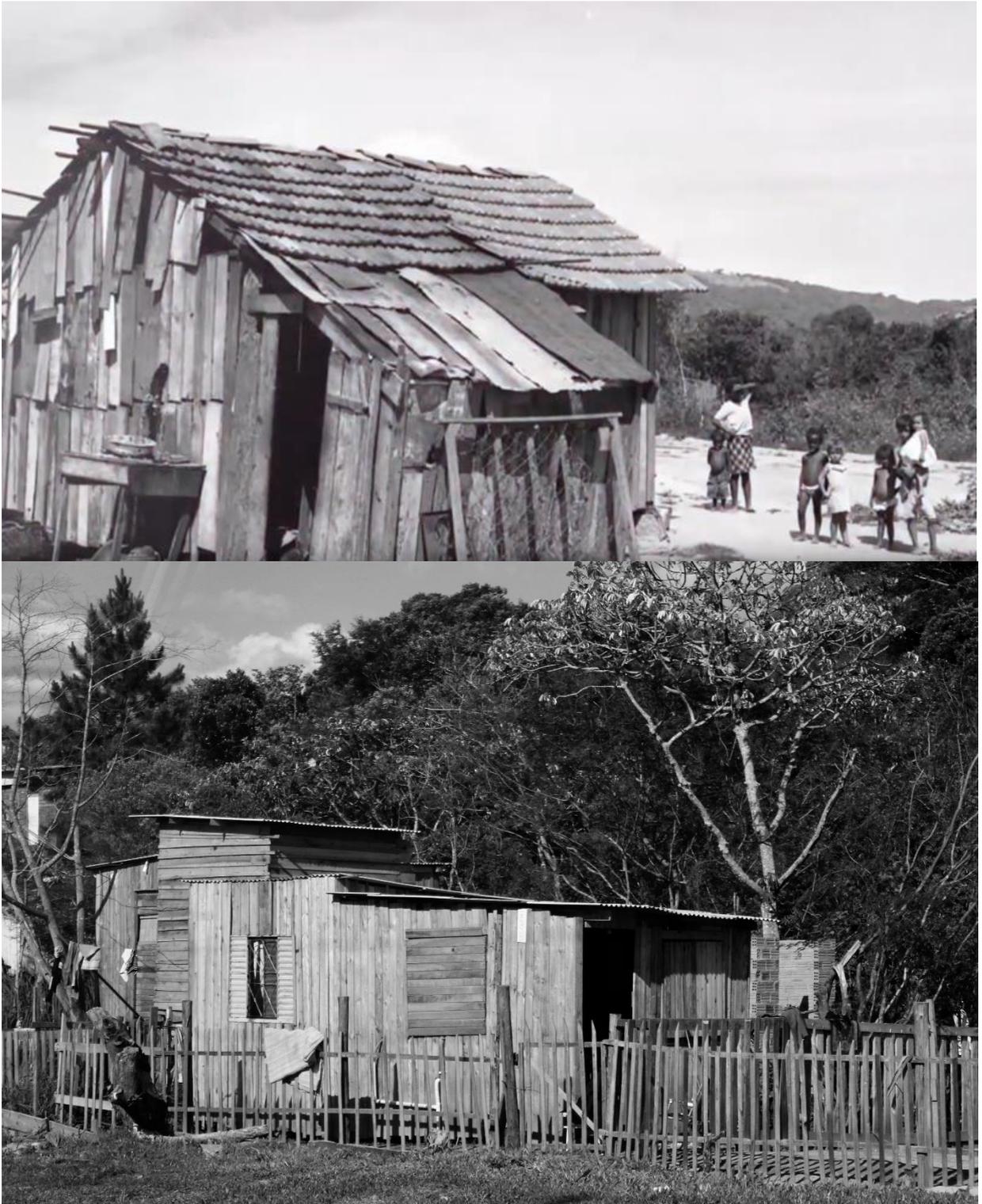
Uma forma de traduzir esse espaço vivido foi mediante a captura de relatos, orientados por um roteiro de entrevista. Esse roteiro foi pensado para preservar não

---

<sup>1</sup> O morador, que também é nosso interlocutor, foi removido para a Restinga aos 16 anos. É segurança patrimonial e liderança comunitária ativa. Formou-se pelo *campus* em Gestão Desportiva e Lazer.

só a memória dessas pessoas, mas, também, suas vivências livremente abordadas. As questões orientadoras gerais procuraram não interferir no desenvolvimento do diálogo, pois compreender o contexto ao qual as ações se originaram era necessário. Essa postura torna-se essencial para compreender a representação imagética de uma paisagem anterior à construção do *campus*. Até sua vinda, alguns questionamentos surgem: como o lugar que se apresentava demandava a instalação de um *campus* do Instituto Federal? Qual lugar se propôs a ser? Qual lugar se tornou e como ele é entendido? De forma pragmática, a metodologia de pesquisa envolveu a revisão bibliográfica acerca da formação da Restinga, baseada na produção de Araújo (2019) e Gamalho (2009), pesquisa do acervo de memória disponível no campus (o qual precisei organizar e foi entregue à instituição toda a sua versão digitalizada) e nas entrevistas, como foi colocado anteriormente. As entrevistas foram consentidas pelos entrevistados e cada um possui o consentimento da gravação no próprio áudio, cuja realização se deu entre março e abril de 2020. Elas foram orientadas por um roteiro (Anexo I) e os nomes reais foram preservados, pois são atores conhecidos do bairro e sua história de vida deve ficar registrada, visível e nomeada. Além das entrevistas realizadas, há outra cujos direitos de utilização são públicos e foram concedidos pela autora (Araújo, 2019), cujos entrevistados foram os mesmos que entrevistei, mas com outro viés. Logo, na primeira parte da tese, onde há a narrativa sobre a formação da Restinga, as falas de Ênio e Maria Clara foram concedidas à Neila Prestes Araújo.

A paisagem se apresenta, nesse contexto, como uma composição de rugosidades e de cristalizações. Como um conjunto de tempos materializando um passado, mesclado às formas do contexto atual, fruto de uma produção humana (SERPA, 2019). A Figura 1 apresenta imagens sobrepostas da Restinga. A superior, durante a remoção, a inferior, dos tempos atuais. Ambas demonstram a precariedade, mesmo passado meio século do primeiro processo. Denotam a necessidade de assistência frente a omissão de sucessivos governos que desviam seus olhares da periferia após passado o período eleitoral.



**Figura 2.** Superior: Restinga na década de 1960. Inferior: Restinga em 2020. **Fontes:** Jornal Zero Hora e arquivo pessoal, cedidas por Araújo (2019).

Essas percepções partem de algumas pessoas, como a própria Guaneci, Ventura, Cláudia, Nídia, entre tantos outros moradores que participaram da busca do *campus*, que, posteriormente, se qualificaram nos cursos oferecidos e que clamam pela sua manutenção, tanto fisicamente quanto na história de luta pelo objetivo

conquistado. Essas pessoas, incansáveis, invisíveis para tantas esferas políticas, não buscam, aparentemente, um lugar de destaque, mas sim, o melhor para o lugar onde moram. Talvez seja a máxima expressão do conceito de afeto, identidade e pertencimento que o conceito de lugar pressupõe.

Assim, buscar a compreensão do que é o lugar para tais pessoas é essencial. Afinal, o que significa, para eles, o *campus* Restinga? Qual a necessidade do *campus* Restinga? Como foi sua batalha para conquistá-lo? Quem mais participou dessa empreitada? Contar como esse lugar se constitui, ao longo do tempo, é chave para compreender por que o *campus* Restinga é uma demanda da comunidade. Mas será que sua importância continua a mesma? O que se espera dessa instituição? O lugar possui sentidos semelhantes para todos que o identificam assim, que se sentem pertencidos?

Outra perspectiva, que é compartilhada pela administração do *campus*, é sobre o significado dos seus portões. Eles estão sempre abertos — durante o horário de seu funcionamento — e não se solicita documento de identificação para o ingresso, tal qual a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No entendimento desse grupo, isso é simbólico, pois transparece a condição de espaço aberto ao bairro. Outro ponto importante de se destacar é que, desde 2012, quando a unidade foi instalada definitivamente naquele local, não houve furto de qualquer equipamento ali instalado. Não há grades metálicas para proteger os espaços, nem uma segurança eficiente, capaz de evitar um invasor. Representa um cuidado, fruto da consciência coletiva da conquista, ou seja, não se depredaria aquilo que é ou será útil para um ou para muitos moradores que estão na Restinga ou adjacências.

Um elemento que precisa ser considerado é a existência do poder paralelo, fruto de zonas de tráfico e de bocas de fumo. Esse grupo respeita a existência do *campus* e esse se torna uma zona neutra e, até então, imune aos furtos e saques. Parece haver uma esfera de proteção à instituição. Essa mesma esfera é importante de ser contextualizada com as lideranças comunitárias, alvos da entrevista, pois moradores e traficantes coexistem, fazem parte do mesmo lugar.

Além das entrevistas, atas das reuniões e documentos armazenados e disponíveis no Núcleo de Memória do *Campus* Restinga — IFRS — foram utilizados. As atas registradas somaram 53 documentos, além de seus anexos e registros de audiências públicas. Todos eles foram fundamentais para construir uma percepção do

momento em que os fatos aconteciam, visto que ficaram registrados no seu momento de ocorrência. Notícias de jornais também demonstraram as ações articuladas do grupo pró-implantação que se consolidou para a empreitada assumida.

Também foi fundamental alicerçar os conceitos que sustentam essa percepção, afinal, as lentes desse observador e partícipe do processo não se construíram à toa. Talvez eu tenha um dos lugares mais privilegiados para realizar essa observação. Então, quando penso no processo de constituição da Restinga, estou pensando na construção de um lugar, de sua essência. Ela se constrói por vários elementos: a partir das rotas, das casas, do bairro, bem como os seus componentes mais diversos, até mesmo das pedras do caminho. Esse conjunto de elementos, que se torna parte da convivência das pessoas, é o que dá o sentido mais genuíno aos lugares. Essa construção é processual, dia após dia se modifica, ganha novos atores, cresce. Assim como se expande, as demandas também se modificam. Cada dia é um lugar com mais elementos. Essa mesma soma de novos elementos está traduzida no processo de elaboração das interpretações a partir das leituras e dos acontecimentos, resultando em comparações e novas significações em acúmulos ao longo de todo o processo de escrita. Ao passo que novas informações surgem, uma nova interpretação manifesta-se e se acumula, como camadas interconectadas para melhor traduzir à geografia a compreensão sobre a Restinga. Como efeito, pode parecer que há repetições, na escrita, quando, na realidade, é uma conexão para a nova camada de interpretação que vai ser adicionada.

É a partir das angústias que entendi o processo metodológico. A partir de uma outra perspectiva que tive, ao trabalhar na gestão do *campus*, onde notei que há sentidos diferentes para esse lugar, vindos de diferentes pessoas. Bem como o sentido, que muitas vezes pareceu representar uma posse, uma apropriação. Apresentou-se como um sentimento de pertencimento tão profundo que extrapolou o entendimento do que se quer dizer com lugar, que percebia nas falas, quando da participação dessas pessoas em eventos no *campus*. Outrossim, posição de pesquisa que ocupei foi, eminentemente, um lugar de escuta, muito mais do que um lugar de fala.

A partir da entrevista com Maria Guaneci houve a menção a um dossiê, organizado por ela, por Maria Salete e por Djanira, que contém a síntese de todo o trabalho desenvolvido para que a instituição fosse autorizada pelo Governo Federal,

bem como a conquista do terreno junto à prefeitura da cidade e as etapas de construção. Elas entendem que esse documento faz parte da história do *campus*, portanto, deveria ficar na biblioteca. Essa é a fonte da pesquisa consultada junto ao Núcleo de Memória, anteriormente mencionado. Maria Salete da Silveira Pinto é costureira, ex-moradora do bairro e liderança comunitária. Esteve ao lado de Maria Guaneci na busca pelo *campus*. Atualmente, reside no bairro Hípica, adjacente à Restinga. Ela é conhecida como Maria Salete e assim será referenciada no restante da pesquisa. Djanira C. da Conceição é uma liderança comunitária e também esteve ao lado de Guaneci no processo de implantação do *campus*, além de ser moradora do bairro desde a década de 1980. É referida pelas demais lideranças apenas como Djanira.

Mas por que entrevistar essas pessoas? Porque, a partir da reflexão de Tuan (2015), o sentido é dado aos lugares pelo seu uso ou processo, que atribui um sentido de posse ou defesa, a partir do espaço vivido. E são as pessoas, ou seja, os nossos interlocutores, que atribuem esse sentido ao lugar, constroem seus símbolos e o utilizam para estabelecer limites. Ao longo do processo de desenvolvimento da pesquisa, as referências costuraram esse conjunto. As concepções de Tuan (2015) estão dialogadas, especialmente, com Marandola Júnior, Holzer e Oliveira (2014), Serpa (2019) e, novamente, com Marandola Júnior (2020). As concepções de território e reterritorialização estão alicerçadas, especialmente, em Haesbaert (2018). Também é necessário pensar nos limites que cada concepção apresenta, portanto, Santos (2006) também contribui para ampliar a visão sobre as contradições presentes no espaço. Além deles, toda a construção está alicerçada numa espécie de malha conceitual, debatida no contexto do bairro e na necessidade do *campus*. Esse debate possui alicerce em Morin.

A construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea exige que façamos, de um lado, perguntas ao tempo e, por outro lado, perguntas aos objetos. Deve-se compreender e reafirmar que a dialética e fenomenologia não se excluem nem na reflexão teórica nem no trabalho de campo em Geografia. Enquanto métodos, podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção de síntese sujeito-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua essência. (SERPA, 2019, p. 59).

Serpa (2019) sintetiza a perspectiva da metodologia utilizada, ao compreender que o diálogo entre a fenomenologia e a dialética busca captar e preencher as lacunas existentes entre uma e outra em suas análises. Também é preciso conceber que o acúmulo de tempos, materializado historicamente, não deve ser desprezado, mas que há um significado particular de cada segmento de tempo: aprendemos o valor de cada coisa num dado momento. Contudo, apenas o olhar da linearidade dos fatos históricos pode esconder algo precioso, por isso, é necessário estar atento às explicitações provenientes dos sujeitos da pesquisa e os demais sujeitos que se pretende analisar (SERPA, 2019).

## 1.2 QUAL FOI O MEU LUGAR DE ESCUTA NESSA PESQUISA?

De agosto de 2016 até fevereiro de 2020 ocupei a função de diretor de ensino do *campus* Restinga. Embora a pesquisa recém houvesse iniciado, a função me possibilitou uma imersão maior na realidade ao qual o *campus* estava inserido, a partir de uma visão distinta pelo cargo ocupado. Essa visão se traduziu em relações da direção de ensino com diferentes atores do bairro, estreitando as relações institucionais, traduzidas nos entendimentos acerca das relações que se desenvolviam. A imersão foi muito maior do que meus anseios poderiam imaginar, inclusive quanto aos horários de trabalho e de aulas, que foram drasticamente afetados. Por vezes, passava das 7h e 30min até às 22h e 30 min na instituição.

Além do árduo trabalho dedicado à instituição, a posição que ocupei me permitiu uma visão mais ampla do contexto da pesquisa, uma vez que estive à frente de vários processos e, de uma forma geral, fui responsável por todo o setor de ensino do *campus*. Para se compreender melhor, a unidade é estruturada pelo conselho de *campus*, que é deliberativo, e pela estrutura administrativa, que é executiva. A estrutura administrativa é composta pelo diretor geral, responsável máximo da unidade, e por duas direções sistêmicas: a direção administrativa — responsável pela gestão financeira, patrimonial e de compras do *campus* — e uma direção de ensino — responsável por toda a gestão pedagógica institucional, desde a aplicação da organização didática, construída a partir do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), até a mediação de conflitos de estudantes.

Como diretor da direção de ensino atuei com 70 professores e 16 técnico-administrativos em educação, que atendiam, aproximadamente, 1.300

estudantes. Desses, em torno de 1.050 efetivamente cursando as disciplinas nas aulas. Essa direção é organizada em coordenações administrativas (ensino, registros escolares e assistência estudantil) e de cursos, que somam 12 coordenações (11 em funcionamento). O *campus* tem cinco cursos de ensino médio integrados ao técnico, sendo diurnos os cursos de Lazer, Informática e Eletrônica; e noturnos os cursos de Comércio e Agroecologia, esses na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, há um curso técnico subsequente (pós-médio) em turismo e mais cinco cursos superiores, compostos de uma Licenciatura em Letras, ênfase português-espanhol e mais quatro cursos superiores do eixo das tecnologias (Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão Desportiva e de Lazer, Eletrônica Industrial e Processos Gerenciais). Todos funcionam com as suas complexidades e particularidades, que foram discutidas no processo de concepção do *campus*, que pode ser observado nos próximos capítulos dessa tese.

Contudo, esse texto é para dizer como eu (me) entendi (n) o *campus* nesse período, ou melhor, porque o meu lugar de escuta e de escrita existe e não poderia ser descontextualizado do discurso de formatura proferido pelo professor Nelson Rego, meu orientador, em 2006, quando, ao se dirigir aos seus afilhados, disse que exercer a docência seria um desafio único e que, por vezes, teriam situações bastante complexas e arriscadas que envolvem o desempenho da atividade docente, comum em diversas periferias urbanas do Brasil. Durante esse tempo todo atuando no *campus* Restinga não presenciei tiroteios na instituição, nem nas suas proximidades, que nos colocassem em perigo. Não tive que separar brigas de estudantes, ao contrário de outros colégios que atuei, tampouco lidar com pessoas que não estivessem em processo de construção. Embora situações difíceis e perigosas já tenham sido relatadas em algumas escolas no bairro, no meu local de trabalho isso jamais aconteceu, possivelmente, pelo sentido atribuído ao *campus* pelos moradores. Ainda assim, tive que trabalhar com frustrações, com perdas e com tristezas.

Nossos estudantes possuem uma perspectiva pedagógica bastante autonomista, uma das concepções do IFRS. O *campus* não possui sinal de períodos, os portões não são fechados durante o funcionamento das aulas, os processos seletivos ocorrem por meio de editais e os alunos são encorajados a praticar a sua autonomia, sem, contudo, esquecer das regras propostas pela organização didática. Essa perspectiva sempre esteve alinhada com a concepção de escola que se quis,

durante sua implantação, e é um modelo mais difícil de se implantar ou manter, pois envolve muito mais trabalho.

Essa concepção de escola foi construída antes mesmo de começar a funcionar e pude compreender parte disso na função de diretor de ensino. Foi a partir dela, especialmente, que conheci as pessoas que estiveram à frente da luta pela instituição, que batalharam por ela. Fui sensibilizado para o fato de que o *campus* possui um sentido para além de apenas uma escola técnica federal (ou uma unidade do IFRS). Compreendi que havia sentimento ali, que havia pertencimento e algo mais. Vivenciei isso nessa interação mais efetiva que a função da direção me proporcionou.

Também compreendi que há noções distintas frente ao significado do *campus*. Como o lugar possui significados diferentes a partir de cada ator que o observa, esse afeto não é igual por todos os atores. Isso me instigou a pensar o papel dessa instituição na Restinga e o seu resultado na emancipação dos estudantes. Após a banca de qualificação, foi sugerido que o foco fosse apenas o *campus* e que a mensuração do sucesso escolar era algo mais complexo e que ensejaria outra pesquisa distinta.

Por fim, ocupar a função de diretor de ensino permitiu que meu processo pedagógico fosse revisto, de forma a compreender o papel institucional, relacionado com seu significado social. Permitiu que eu me aproximasse do *campus*, que criasse vínculos, pertencimentos. Ao mesmo tempo que analiso sua relação com o entorno, também analiso sua relação interna e, também, comigo. É um processo de se ver como parte da instituição e reconhecer o meu papel de gestão, ao mesmo tempo, sem deixar de observar a geografia dessas ações, o significado do lugar e questionar que território é esse que se conforma ao redor de sua instalação. Esses processos estão apoiados numa óptica autonomista ao qual Freire (2017) deixa bastante evidente em sua pedagogia da autonomia. Seus ideais de educação estarão bem representados nos processos de lutas, indignação e conquistas das periferias. Eventos esses que não deveriam existir, pois em uma sociedade justa e igualitária, todos teriam o acesso a tais equipamentos, como é dever do Estado garantir. Logo, todo o processo narrado, embora lindo, não deve, jamais, ser naturalizado.

## 2 DO BARRO AO BAIRRO: CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA RESTINGA

Esse capítulo é dedicado a pensar na forma mais adequada de orientar o entendimento de como o bairro se organizou até culminar com a busca pelo *campus* do IFRS. As fontes dessa pesquisa passam, inicialmente, pela produção da geógrafa Nola Patrícia Gamalho (GAMALHO, 2009), que contou o processo de formação do território da Restinga por meio de sua dissertação de mestrado, defendida em 2009, cuja produção traz um mapa do bairro, reproduzido nas próximas páginas. Além de Gamalho (2009), num tempo bem recente a historiadora Araújo (2019) defendeu sua dissertação sobre a memória do bairro entre os anos de 1967 e 1971. Outra fonte é o censo demográfico, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujos dados são importantes para a análise, e as narrativas dos moradores entrevistados, cujo papel é muito significativo para a compreensão da formação do lugar.

Antes de passar às narrativas dos moradores, em paralelo ao que Gamalho (2009) e Araújo (2019) nos oferecem de dados organizados, é necessária uma nota sobre o IBGE, a Secretaria da Saúde e o ObservaPoa (c2021). Conforme o Censo demográfico de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011), Porto Alegre possuía 1.409.351 habitantes, distribuídos em 79 bairros. Acessando os dados por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), na distribuição da população por bairros, a Restinga conta com 51.569 habitantes, composta por 24.385 homens e 27.184 mulheres, numa área de 38,56 km<sup>2</sup>. Isso representa uma densidade demográfica de 1337,37 hab./km<sup>2</sup>. Além disso, 41,59% da população se autodeclara preta ou parda, ao passo que esse mesmo percentual, para o município, foi de 20,24% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). Isso representa mais do que o dobro da concentração municipal média. Esse fato se torna ainda mais significativo junto ao processo de remoção, mais adiante.

Esses dados possuem um significado que vai além de sua simples representação, pois há números distintos sobre eles: cada fonte alega um número, porém, é a partir deles que são estabelecidas as estratégias de disponibilização de recursos e de infraestruturas para os bairros. O IBGE possui inconsistências, pois, somando a população em todos os bairros, espera-se que se chegue ao mesmo

número total de habitantes da cidade, mas isso não ocorre. A soma em questão é de 1.299.159 habitantes. A diferença de 110.192 habitantes é contestada por diferentes associações de bairro da cidade de Porto Alegre, e um dos motivos possíveis para a sua existência são os problemas enfrentados pelos recenseadores ao ingressar nas áreas periféricas, ocorrendo inconsistências nos levantamentos de dados. Nas falas dos entrevistados, há menção de até 200 mil habitantes. Possivelmente, a visão majorada das lideranças comunitárias sobre o real número de habitantes na Restinga se associa à forma como o Censo é lembrado no bairro. É comum mencionarem que o recenseador não passou na sua residência ou não entrou em certos becos, mascarando o real número de pessoas que ali habitam.

É necessário observar o raciocínio adicionando outras fontes de dados. Quando consultado o ObservaPoa (c2021), cuja fonte de dados alegada é o IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011), os números são diferentes para a Restinga, apontando 60.729 habitantes. A organização da Tabela 1, com os dados dos quatro maiores bairros em população, ilustra melhor a situação descrita, pois, nas falas dos interlocutores, essa discrepância populacional entre bairros é presente.

Bairro	Ano versus sexo						Área (km <sup>2</sup> )	População total (2010)
	2000			2010				
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Fonte: IBGE	Fonte: ObservaPoa
Rubem Berta	78624	37443	41181	<b>87367</b>	41323	46044	8,2	74.522
	Densidade demográfica (hab./Km <sup>2</sup> )						10654,51	9088,05
Sarandi	60403	28978	31425	<b>59707</b>	28299	31408	28,76	91.366
	Densidade demográfica (hab./Km <sup>2</sup> )						2076,04	3176,84
Restinga	50020	24008	26012	<b>51569</b>	24385	27184	38,56	60.729
	Densidade demográfica (hab./Km <sup>2</sup> )						1337,37	1574,92
Lomba do Pinheiro	30388	14795	15593	<b>51415</b>	25003	26412	33,99	48.498
	Densidade demográfica (hab./Km <sup>2</sup> )						1512,65	1426,83

Tabela 1. Distribuição da população nos bairros mais populosos de Porto Alegre. **Fonte:** desenvolvida pelo autor com base em IBGE (2011) e ObservaPoa (c2021).

A Tabela foi organizada compilando os quatro maiores bairros, em população, de Porto Alegre, conforme o IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). Os valores totais da população, informados pelo órgão, são os que estão em destaque na tabela, enquanto os valores informados pelo ObservaPoa

(c2021) estão na última coluna. Talvez a prefeitura tenha realizado a distribuição da diferença populacional não categorizada, mencionada nos parágrafos anteriores, contudo, é impressionante a diferença de aproximadamente 31 mil habitantes no bairro Sarandi. Ainda, em 2016, a lei Municipal nº. 12.112, de 22 de agosto daquele ano estabelece a existência de 94 bairros na capital (OBSERVAPOA, c2021). Além do bairro Sarandi, a diferença de valores informadas por ambos os órgãos salienta dúvidas sobre a assertividade dos números informados. Não se encontra uma razão específica para isso, pois o ObservaPoa (c2021) informa que a origem dos dados é do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). Nesse caso, por que há diferenças? O bairro Sarandi ainda chama a atenção por mais um fator: ele possui a maior população da cidade, segundo o ObservaPoa (c2021), enquanto pelo IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011), esse título pertence ao Rubem Berta. A Lomba do Pinheiro figura aqui, não apenas por ser o quarto bairro mais populoso, mas, especialmente, por ser um bairro adjacente à Restinga e frequentemente citado pelos entrevistados. O *campus* fica na saída leste da Restinga e atende a muitos estudantes da Lomba do Pinheiro. Além disso, há linhas de ônibus municipais percorrem a Lomba do Pinheiro e passam próximas ao *campus*, o que facilita o acesso aos moradores desse bairro.

Por ser latente a diferença de números populacionais, o debate figura entre os interlocutores entrevistados. Faz parte do discurso dos moradores essa perspectiva numa tentativa, velada talvez, de revelar o tamanho da Restinga. Presume-se que o bairro é maior do que realmente é, mas esse tamanho parece estar mais ligado ao quanto os sujeitos lutaram por ele, o que fez com que se tornasse grande. Parece ser resultado do processo de transformação de uma vila de malocas da década de 60 para um dos maiores bairros da cidade e, além do centro da cidade, o único bairro com a presença de um *campus* do IFRS. Além disso, conta com um hospital, algo que as demais periferias da cidade não possuem.

## 2.1 DEPOIS DOS NÚMEROS, ALGUNS SIGNIFICADOS

Após abordada a questão populacional, é necessário compreender como se deu a sua origem, uma vez que seu crescimento foi desordenado desde a criação do bairro. Para tanto, recorro à contribuição de Gamalho (2009) para entender a construção da Restinga. Na sua pesquisa, já mencionada, a autora envolve a narrativa

de mais de 50 pessoas, que foram sistematizadas na sua dissertação, em 2009. Também recorro à Araújo (2019), que versou, em sua dissertação, sobre os primeiros cinco anos do surgimento da Restinga. Araújo (2019) é a fonte de diversas imagens que ilustram bem a precariedade e a ausência de quaisquer elementos infraestruturais, o que contrasta com o cenário atual do bairro. Algumas das fontes de ambas as autoras são, coincidentemente, mas não intencionalmente, as mesmas que entrevistei para falar do *campus*, pois algumas lideranças se destacam e são alvo de buscas para contar sua trajetória no bairro.

Gamalho (2009) relata o processo de construção do bairro a partir do reassentamento das malocas, considerando o processo de desenvolvimento urbano no final da década de 60, que se estende pelos anos seguintes. Nesse modelo de desenvolvimento, as remoções eram parte do processo de assepsia da cidade, na mesma linha iniciada no início do séc. XX, nos processos de higienização que afetavam a Colônia Africana (RECH, 2012) e o Areal da Baronesa (VIEIRA, 2017). Conforme Gamalho (2009), as políticas de remoção constituíram-se fatos recorrentes na produção do espaço em Porto Alegre. E um fator comum estava na atribuição de valores morais, paisagísticos e assépticos que não se conformavam com a produção de um espaço moderno e normatizado para a cidade do século XX.

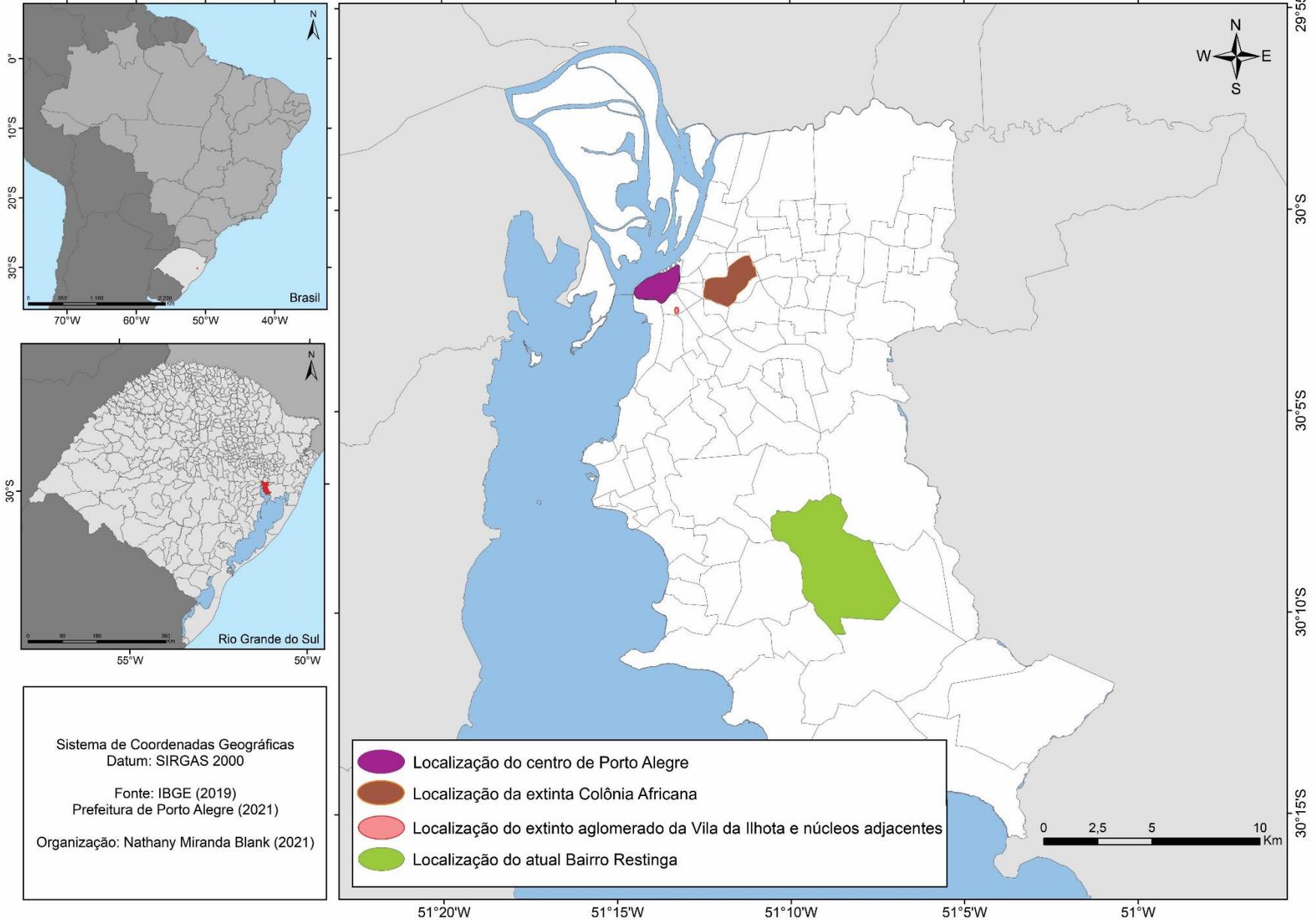
Maloca é uma cabana de uso coletivo que caracteriza o modo de vida de alguns povos indígenas no Brasil. No Rio Grande do Sul, o termo passou a ser usado, popularmente, para designar habitações citadinas improvisadas com sobras de madeira, papelão e lona, sendo seus moradores chamados de maloqueiros. O termo maloqueiro ganha uma notoriedade no contexto dessa pesquisa, pois está vinculado ao estereótipo herdado pelos moradores da Restinga.

Naquele contexto, onde vigorava uma ditadura militar no Brasil, as remoções das malocas aconteciam com frequência e possuíam o apoio popular — pois escondiam a pobreza — bem como os interesses imobiliários. Essas habitações eram fruto do próprio capitalismo, pois representavam a exclusão e também “[...] a ideia de contaminação, atribuindo ao modo de vida dos ‘maloqueiros’ uma questão patológica” (GAMALHO, 2009, p. 39). Esse fenômeno ainda é reflexo da abolição do trabalho escravo, ocorrido na capital em 1884. Mesmos passados 80 anos, a capital não havia absorvido a população negra, que continuava vivendo marginalizada, nas bordas da centralidade, como ocorreu na extinta Colônia Africana e, ao passo que ocorreria na

Ilhota e adjacências (ARAÚJO, 2019; RECH, 2012). Também é simbólico o fato, quando o interpretamos conjuntamente Santos (2020), sob a óptica do mito da democracia racial, no bojo do projeto de sociedade e território a partir da segunda metade do século XX: “[...] as populações indígenas e negras (ou seja, os maiores grupos não brancos) sendo expulsas, dizimadas e/ou assimiladas de maneira subalternizante (esta última, sobretudo, nas grandes cidades)” (SANTOS, 2020, p. 205). Na Restinga, no contexto da remoção, onde a população negra era um enorme contingente de removidos, e como nas demais periferias urbanas, as “décadas seguintes [apresentam] persistentes desvantagens nos indicadores sociais” (SANTOS, 2020, p. 205).

A solução era ocultá-los da visão. Foi escolhido o local, naquele momento, o mais distante possível, que era o bairro Belém Novo (o bairro Restinga foi criado pela Lei nº. 6.571 de 8 de janeiro de 1990). A justificativa utilizada era o desenvolvimento. As malocas, então, foram retiradas para dar lugar a grandes avenidas (tal qual os cortiços do Centro de Porto Alegre para abrir a Borges de Medeiros), como a primeira perimetral, a segunda perimetral, a Av. Ipiranga, a ligação entre a BR 290 e a *Freeway*. Além das grandes obras, os espaços próximos ao centro também passaram a ser alvo de uma elite financeira que visou satisfazer seus anseios (ARAÚJO, 2019). Gamalho (2009) também colabora, nessa visão, ao entendimento do processo. A autora entende que a solução da problemática estava ligada ao acesso aos lotes e à reeducação, pois, aos critérios sociais e morais vigentes naquela época, aquela população não estava apta a viver em sociedade. Nos planos da prefeitura da época, estavam presentes tal noção, representadas nos planos de Vilas de Triagem, que possuíam o elemento educador para coabitar. Para compreender melhor o significado dessa disputa, o Mapa 1 representa a localização aproximada da extinta Ilhota e da Colônia Africana, especialmente em relação à centralidade. E, também, onde se localiza a Restinga, atualmente, com distância de 26 km do centro da cidade. Na mesma análise do mapa, embora não traga a malha viária da época, é preciso imaginar que essa distância da centralidade poderia ser vencida com um ônibus diário (ida e volta), partindo do bairro Belém Novo, a sudoeste da sua localização atual. Os moradores da recém-criada Restinga precisavam caminhar uma longa distância para acessá-lo, desde que tivessem como pagar a passagem.

### Mapa de localização da Restinga, da Ilhota, da Colônia Africana e do centro da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

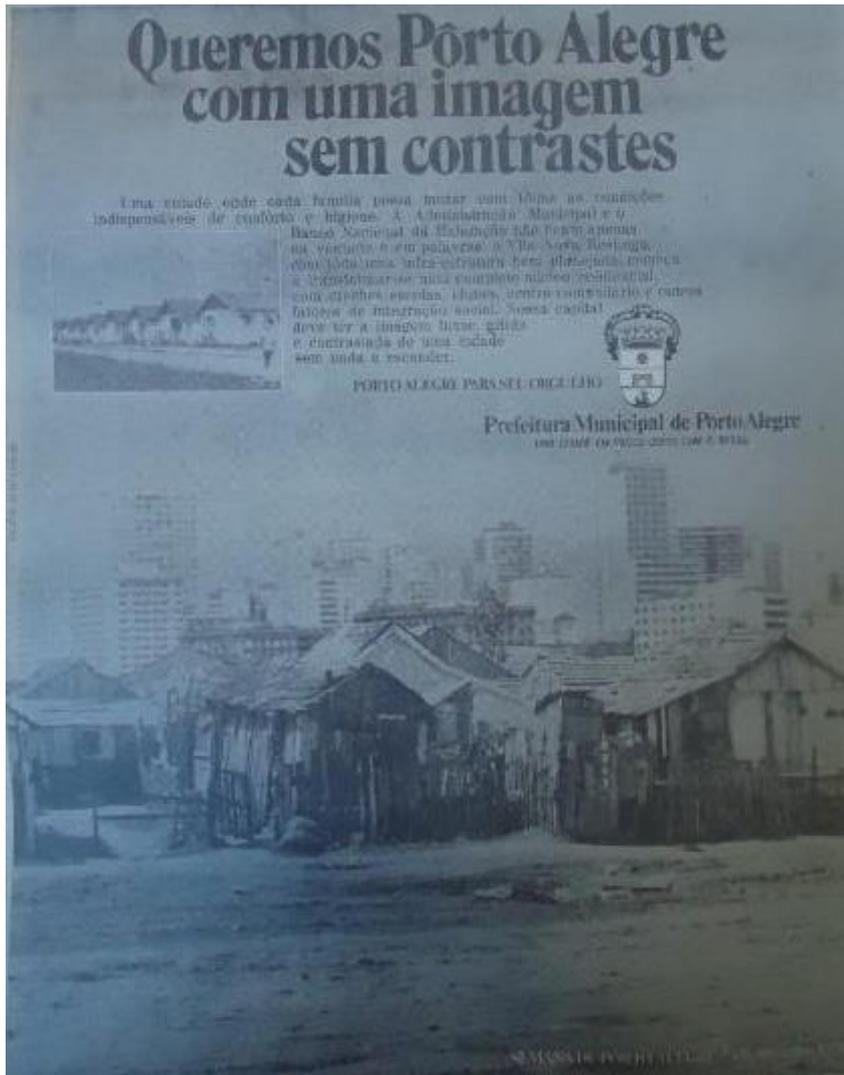


**Mapa 1.** Localização da Restinga e da região da Ilhota, Colônia Africana e centro da cidade de Porto Alegre.

**Fonte:** organizado por Nathany Blank (2021), a partir de IBGE (2019) e PMPA (2021). Modificado pelo autor.

Gamalho (2009) reflete sobre o contexto asséptico ao qual as remoções estavam inseridas. Essa assepsia estava mais vinculada à imagem de limpeza étnica e social da cidade do que ao sentido patogênico, de eliminação de germes. Alinhava-se à lógica excludente de produção do espaço urbano, em curso na cidade de Porto Alegre, e as remoções eram reflexo dessa produção de espaço. Embora a referência de seu texto esteja aplicada à defesa do alargamento de avenidas, como a Princesa Isabel e Guilherme Alves, essa representação vai ser notada, novamente, mais adiante, no processo de produção do espaço do bairro Restinga, especialmente a partir do núcleo criado, chamado Restinga Velha.

Gamalho (2009) encerra a sua introdução expondo a contraditoriedade do *slogan* “Remover para promover”, adotado pela administração pública da época. Além do programa promover uma “[...] radical alteração na cartografia da cidade” (GAMALHO, 2009, p. 49), causou uma maior segregação social, pois, à medida que a centralidade possuía os empregos e as infraestruturas, a nova periferia criada careceu de todas elas e por um longo período. A Figura 2 é autoexplicativa dessa proposta, ao observar as edificações no segundo plano e a vila na frente, denotando um entrave para o desenvolvimento das habitações.



**Figura 2.** Panfleto produzido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre – década de 1960.

**Fonte:** acervo de Araújo (2019), cedido em junho de 2021.

Gamallo (2009) também entendeu que a criação do bairro significou a emergência de uma situação que articulou elementos da espacialidade da conjuntura das vilas de malocas e da periferia. Nessa compreensão, além do morador, também foi consigo a materialidade do estigma, a maloca, em que tanto a condição da habitação quanto do sujeito, o maloqueiro, constituíam uma espécie de “herança”, material e simbólica, que se sobrepunha à nova condição.

Tal herança estigmatizada corroborou para a criação do estereótipo do bairro Restinga. Acaba sendo comumente identificada a periferia como um lugar à parte da cidade e, também, pelo próprio viés identitário, agregam-se esses valores exóticos aos seus moradores, especialmente, no caso da Restinga, pelas remoções das vilas de malocas e das demais periferias (GAMALHO, 2009). Essa percepção também é presente no histórico de formação do bairro a partir do olhar dos moradores. Conforme Araújo (2019), após a remoção iniciada em 1967, outro fenômeno que se verificou foi

a migração espontânea, como forma de conquista da casa própria e da manutenção da vizinhança.

Duas dessas pessoas que o trabalho no *Campus Restinga* me possibilitou conhecer foram o Ênio Messias Nunes e a Maria Clara Cardoso Nunes. Ambos são moradores da Restinga, chegaram ali em 1972, cinco anos a instalação das primeiras remoções, e moravam no bairro Santana à época das remoções. Conheceram não apenas a Ilhota, mas todas as adjacências do local, assim como a Colônia Africana (ou que restou dela). Maria Clara foi uma liderança comunitária que trouxe creches para o bairro e pode ser considerada uma griot, devido à sua ótima memória, narrativa e compreensão do contexto ao qual se inscreveu a transformação daquele espaço.

A entrevista sobre o tema da composição da Restinga, do processo de remoção, foi concedida à historiadora Neila Prestes de Araújo (ARAÚJO, 2019), que gravou a entrevista e cedeu os seus direitos de forma pública. Além disso, me concedeu permissão para utilizá-la na tese. Outro interlocutor importante foi Nelson da Silva, que atuava na Cia de Telecomunicações e depois na Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). O mesmo sempre fazia trabalho voluntário no bairro. Ele acompanhou as remoções para a Restinga e ajudou as pessoas; e, a partir da década de 1980, passou a ser morador do bairro. Está aposentado desde aquela época e atua como liderança comunitária. Sua memória está alinhada ao que Ênio e Maria Clara apontam. Seus relatos aparecem mais adiante.

Retornando à herança da estigmatização, Araújo (2019) introduziu a questão contextualizando, a partir da Ilhota, que, à época, somava-se às demais vilas existentes na cidade. Na sua fala, mencionava o que parecia ser o centro da cidade e as malocas ao redor, conforme figura anterior que denota essa percepção. E, nesse contexto, mencionou a situação de violência que existia ali, bem como o estereótipo que o lugar carregava. Inicialmente, Maria Clara menciona que a Ilhota era uma rota de fuga, então, quando acontecia algum crime no centro, essas pessoas se escondiam na Ilhota, por ser difícil de serem encontradas. Esse estereótipo é relatado, por Ênio, de forma mais enfática, quando questionado por Araújo (2019), no contexto do processo de remoção. Segundo o interlocutor, a Restinga recebeu todas aquelas pessoas marginalizadas, pois elas foram para uma extremidade da cidade. Naquele contexto, tanto a distância quanto o estereótipo eram motivos para repelir o deslocamento: “[...] *ninguém queria pegar um ônibus ‘ah! na Restinga eu não vou’*”,

disse ele. Assim como naquele período, ainda existem pontos mais estereotipados dentro do próprio bairro, “[...] como até hoje ‘ah! Na Restinga Velha eu não vou”.

Essa perspectiva da marginalização também esteve presente na memória do Nelson, no sentido de estar à margem, tangencial, periférico. Ele relata que seu primeiro contato com o que então viria a ser o bairro Restinga aconteceu em 1960, quando ele ainda era morador do bairro Glória. No contexto das remoções, ele foi “[...] conhecer aqui o pessoal que tinha anoitecido naquela Maria da Conceição, na Vila Caiu do Céu, lá na zona norte na Vila Teodoro, anoiteceram lá e por um ‘mistério’ da natureza, eles vieram amanhecer aqui na Restinga”. Ele manifesta, em sua memória, o fato da remoção executado pela gestão da prefeitura municipal, à época, a partir do deslocamento das residências em caminhões de transporte. Nelson descreve uma paisagem presente naquele período: “[...] na zona sul, que era um espaço totalmente deserto, que da Vila Nova pra cá não tinha moradia nenhuma. ‘Vocês vão morar aí agora e se virem’”. Araújo (2019), ao ceder seu acervo de imagens, colabora para a materialização dessa paisagem, conforme as Figuras 3 e 4. Nelas, dois contextos narrados são evidenciados: o transporte das pequenas habitações, que foram levadas inteiras sobre um caminhão, onde já expressa a característica da Ilhota, como uma vila de concentração de pobreza; e o escracho da precariedade e falta de assistência, com restos de madeira fixados da forma possível. Ao fundo da Figura 4, nota-se o aspecto da paisagem presente na narrativa do Nelson, quando afirmava não haver nada após o bairro Vila Nova, bairro cuja ocupação iniciou no início do século XX por descendentes de italianos, na capital.

O contexto dessa paisagem — provocada pela memória do Nelson — nos faz pensar no próprio conceito de paisagem. Por mais que não seja o foco dessa pesquisa, a paisagem possui um papel importante na construção desse lugar, pois o seu acúmulo materializado de tempos, com todas as suas rugosidades (SANTOS, 2006) vai ultrapassar os parâmetros da pesquisa. Serpa (2019) também provoca o pensar sobre a constituição fenomenológica da paisagem, distinguindo que essa paisagem possui valor para quem a constitui de modo intencional.



**Figura 3.** Transporte das malocas em caminhões – ano 1967. **Fonte:** jornal Zero Hora, cedida do acervo de Araújo (2019).



**Figura 4.** Assentamento das malocas na vila Restinga– ano 1967. **Fonte:** jornal Zero Hora, cedida do acervo de Araújo (2019)

Segundo Serpa (2019), pensar fenomenologicamente a paisagem revela que essa não é simplesmente uma relação entre um sujeito e um objeto, ou melhor, um conjunto de objetos, como é mais apropriado para a sua definição, mas, sobretudo, “[...] uma relação entre sujeitos que intersubjetivamente relacionam objetos construindo paisagens como ‘universais” (SERPA, 2019, p. 25). Seria, para o autor, partindo das coisas elas próprias, que abre a possibilidade de trabalhar conceitos do

cotidiano, como o “simbólico” e o “valor”. Segundo o autor, a paisagem, pela fenomenologia, passa a ser percebida, o que envolve um caráter individualizado e estético dessa percepção, pois cada sujeito a perceberá de maneira distinta.

Serpa (2019) ainda corrobora para a compreensão mais ampla da paisagem que encontra sentido no contexto da Restinga. Na construção do seu entendimento, ele argumenta sobre o termo prático inerte, cunhado por Sartre, e dialoga com diferentes autores, representando a criação de símbolos na paisagem, que passaria a ser um agente condicionador. A paisagem expressa, entre outras coisas, a materialização de símbolos construídos ao longo do tempo, o que o autor vai chamar de tempos materializados, presentes no momento ao qual são identificados por um observador. O significado desses símbolos pode condicionar compreensões e promover ações a partir do que está presente em seus elementos, como se fossem camadas de informações. Essas camadas apresentam-se como símbolos capazes de promover a identificação do lugar. Na Restinga, esses símbolos são as marcas do descaso transformadas em potência de ações necessárias à reversão da precariedade. Além disso, nesses símbolos também se destaca o afeto desenvolvido pelo lugar, como transparece nas falas dos interlocutores. Esse afeto parecer ser, simbolicamente, o auge, que constitui a paisagem fenomenológica, pois ele se evidencia na demonstração da relação com as infraestruturas reivindicadas, instaladas e materializadas e que representa esse condicionador de ações, como marcas presentes nesse espaço construído. Nas falas da Maria Clara, a creche que ela buscou adquirir esse papel. Mais tarde, pode-se verificar uma situação semelhante com o *campus* Restinga.

A concepção de paisagem defendida se manifesta nas diferentes narrativas que seguem, especialmente naquelas derivadas das memórias dos nossos interlocutores, como Ênio, Maria Clara e Nelson. Elas se constroem nas falas, que começam com a preocupação do desconhecido até a necessidade de desenvolverem-se ações naquele lugar. “Que lugar é esse?”, questionou Maria Clara. Era, ainda, um espaço em construção, com a paisagem se formando e sendo observada individualmente por eles, que visitavam a Restinga ou que, após um período, se mudaram para lá.

Nesse espaço, estariam contidas as concepções articuladoras que a geografia vai estudar e debater. Sobretudo, esse espaço já continha algumas características

negativas, ou seja, já era compreendido com uma identidade, um estereótipo, que o marca e demarca, aqui já assumindo um papel para além da paisagem puramente, pois envolve as pessoas e suas compreensões. Avança, também, nos valores atribuídos ao local. Começa a instigar uma característica territorial. A fala de Maria Clara, a seguir, concedida à Araújo (2019), reforça a percepção de que esse espaço já possui características que o identificam, considerando a falta de infraestruturas do bairro, bem como os limites impostos por essa característica, associada, também, à identidade já carregada pelos moradores removidos. Diante dessas perspectivas, pode-se imaginar essa porção do espaço a partir de diferentes vieses, mas, especialmente, dos que versam sobre a avaliação da particularidade, da conectividade que conduz à experimentação do mundo e que fomenta estratégias para sua manutenção.

*— Era um lugar totalmente desconhecido, “vão me jogar para onde? O que eu tenho lá?” não tem nada. Não tem transporte, não tem saúde, não tem segurança, não tem água, não tem luz, “que que eu vou fazer naquele lugar? Por que que tão me tirando daqui para aquele lugar?”*

A precariedade manifestada na fala de Maria Clara encontra reforço em Gamalho (2009), bem como a alteração de relações entre as pessoas. A autora cita uma reportagem do jornal Zero Hora, de 18 de maio de 1967, onde aponta que a água era levada em caminhões tanque uma vez a cada oito dias (Figura 5). A água era armazenada em condições insalubres e, quando caminhão não ia abastecer, restava a sanga para os moradores buscarem a água. Também mencionava que a escola mais próxima ficava a 3 km e que muitas crianças perderam o ano letivo, bem como os adultos, por causa da distância, perderam o emprego. Gamalho (2009) menciona que essas questões eram invisibilizadas pela distância e que, no paradoxo da modernização da cidade, as pessoas atingidas pelas remoções possuíam “[...] condições mais insalubres do que as vivenciadas anteriormente às remoções. [...] A distância social foi sobreposta à distância física, e o bairro, um enclave em meio a uma área rural” (GAMALHO, 2009, p. 54).



**Figura 5.** Jovem carregando baldes de água na Restinga — década de 1960. **Fonte:** jornal Zero Hora, cedida do acervo de Araújo (2019)

E foi nesse cenário desolador, criado a partir da ação do poder público, que emergem as pessoas que construíram o bairro, do barro ao bairro. A ausência do poder público, cujos interesses estavam em modernizar a cidade na sua centralidade, era evidente no esquecimento da periferia criada por ele. Entretanto, quando nada se tem, a solidariedade se apresenta. Ênio e Maria Clara são exemplos. Em 1967, alguns de seus familiares haviam sido removidos para a Restinga. Eles se mudaram para o bairro, voluntariamente<sup>2</sup>, em 1972, e, antes disso, mantinham uma rotina de visitas aos seus parentes, principalmente nos finais de semana. Maria Clara menciona que seu convívio com aquelas pessoas era intenso: “[...] *nós vivíamos já aqui dentro, que as pessoas, os primeiros que vieram para cá, a gente já tinha essa convivência com eles aqui*”. Conforme a interlocutora, a solidariedade com os amigos que antes estavam fisicamente próximos era um dos motivos para a ir morar na Restinga, sua presença era requisitada. Na sua memória, as visitas ocorriam em domingos à tarde, onde ela não se limitava à residência dos familiares, mas percorria a vizinhança e conversava com as demais pessoas, buscando, no diálogo, compreender as necessidades de cada um.

<sup>2</sup> Conforme Araújo (2019, p. 20), a recém-criada Vila Restinga passa a ser alvo de “[...] migração espontânea como forma estratégica de conquista da casa própria e de manutenção da vizinhança”. Segundo a autora, o fenômeno também representou uma possibilidade de resistência.

Ao mesmo tempo que os ouvia, solidariamente e afetuosamente, também buscava soluções para os problemas apresentados e os resolvida em coletivo. Um grupo de vizinhos, com ela, procuravam uma bica. Ela define que isso foi criando um vínculo com as pessoas e que, posteriormente, a identificação, o pertencimento e o afeto com aquele lugar se tornaram tão grandes que não lhe restou alternativa a não ser mudar-se para aquele local. Ela precisou enfrentar o descontentamento do marido, Ênio, que se recusou, mas cedeu.

Sua memória representa a solidariedade, o pertencimento e o forte vínculo. Representa as ações decorrentes da paisagem nitidamente precária, que condicionou ações embasadas, sobretudo, na relação de afeto existente. Essas características nos fazem pensar para além, pois há duas visões dicotômicas passíveis de interpretação: a de Maria Clara, carregada de perspectivas solidárias e geradora de vínculos com o local, buscando alternativas para a precariedade ali presente, independente das características de pobreza, de marginalidade e de distância; paradoxalmente à percepção de Ênio, cuja perspectiva estava relacionada a algo negativo, repulsivo em relação à sua ida para o bairro.

Como eram moradores do bairro Santana, transparecia o dilema do processo migratório, pois a mudança seria significativa, que pode ser tanto observada por características materiais e simbólicas, quanto pela dupla conotação: uma cheia de esperança e de ter um lugar para si, próprio (naquele momento, ambos estavam passando por uma crise financeira) e outra alarmante, pois significava a ida para um lugar distante e sem as infraestruturas às quais eles já tinham acesso. Essas duas perspectivas encontram sustentação em Haesbaert (2018), ao apresentar o sentido ambíguo que o território pode ter, tanto como dominação (jurídico-política) da terra, que estaria representada pela posse, que justamente era a contrapartida do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) para as remoções; quanto pela efetiva apropriação, pela identificação positiva com essa porção do espaço. E é nesse contexto que Maria Clara continua evidenciando a precariedade que se encontrava na Restinga, ao relatar que as visitas ocorriam desde 1969, ou seja, três anos antes de se mudarem definitivamente. É importante explicitar que o casal tinha carro próprio para o deslocamento até o bairro. Quando Araújo (2019), que os entrevistou, insiste na questão do ônibus, eis que Maria Clara se torna mais enfática: “[...] *não tinha ônibus minha filha, quem tinha carro, carreta, carroça, tinha condução própria se dizia assim,*

*mas quem não tinha, tinha que ir até a 38, que é a Belém Novo, no entroncamento, pegar, esperar o [ônibus] Belém Novo, Lami, pra ir pro centro”.*

A construção desse espaço estava ocorria a partir do fluxo migratório para aquele local, o qual incluiu Ênio e Maria Clara. Algo que possuem em comum com os demais entrevistados é que eles não pretendem sair da Restinga. Cada indivíduo ou grupo possui sua forma de construir o seu espaço, participar da construção dos lugares e definir os limites territoriais. Todos produzem marcas na paisagem. Aos poucos, a restinga (vegetação) vira Restinga (bairro). O afeto e o amor pela Restinga foi algo comum que encontrei nos interlocutores a partir das entrevistas que fiz. O pertencimento a esse espaço me levou a entender o seu significado mais pleno em relação ao lugar em que essas pessoas vivem e que, posteriormente, o *campus* estará inserido. Isso é possível de perceber na resposta de Maria Clara, ao ser questionada pela entrevistadora sobre a convivência na vizinhança. Segundo a moradora, a convivência era “*maravilhosa!*”. A mesma segue contando que, quando os demais moradores souberam que havia se mudado para a Restinga, eles passaram a procurar o seu endereço para visitá-la. Essa representatividade, que ambos adquiriram por causa do afeto com que tratavam a Restinga, se traduziu na forma afetuosa como eram identificados: “[...] *tanto é que eu sou a Dona Clara da Restinga ou Maria Clara (me conhecem pelos dois), como ele é o tio Ênio até hoje. Então na Restinga nos procuravam, para gente passear sair, para gente ir nas casas, tomar um café, fazer aquela visita de contato, calor sabe, de integração*”.

A partir de seu relato, há a evidência de sua integração com o bairro, ainda em construção, denotando sua apropriação com os signos do local. A entrevistada demonstra estar num processo de domínio do que a rodeia, ou seja, já existe ali uma relação de poder exposta, de maneira simbólica, pela apropriação. Esse relacionamento acaba sendo visto como um processo carregado das marcas do vivido, pelo valor do uso e das relações simbolicamente estabelecidas com a vizinhança, dos laços construídos (HAESBAERT, 2018). O autor entende, também, que a apropriação se distingue de propriedade (embora essa última vá fazer parte do cotidiano dos moradores em tela) pois, a primeira se caracteriza por tempo e tempos, num ritmo e ritmos, em símbolos e numa prática. Isso implica em conceber que quanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado justamente pelos atores que acabam manipulando-o, o que acarreta torná-lo unifuncional. Quando isso

acontece, ele rompe com o tempo vivido (HAESBAERT, 2018) e se aproxima da concepção de paisagem fenomenológica defendida por Serpa (2019), ao mesmo tempo em que é condicionante da existência do lugar. Há aqui uma indissociação condicional para a análise, o que permeia toda a pesquisa.

Nessa concepção, tem-se dimensões distintas e confluentes que se apresentam: uma voltada ao espaço-tempo vivido, que compreende uma realidade de multiplicidade territorial, diversa e complexa, o que confere uma das características da Restinga desde sua constituição e crescimento, a partir das diversas famílias removidas da Ilhota e de outras vilas que foram reassentadas no bairro. Esse evento da saída de um local e reassentamento noutra pode ser entendido como uma efetiva des-(re)territorialização (HAESBAERT, 2007), considerando a diversidade identitária dos moradores e de seus símbolos presentes na Ilhota e demais vilas, trazidos e reintroduzidos na Restinga, reorganizados e reinseridos; que também são entrelaçados com a conotação de lugar, constituído pela sucessão dos próprios eventos que dão base para a construção do novo território, a partir dessa identidade recriada, do vínculo estabelecido, das vivências que se apresentam, dos dilemas, da distância instaurada. E a outra concepção, do lado unifuncional, que é proposto pela lógica capitalista hegemônica, aqui reproduzida pelo Estado territorial moderno, na figura da prefeitura e seu *slogan* “Remover para Promover” (HAESBAERT, 2018). Nesse contexto, a prefeitura cumpre o papel de organizador do território no seu sentido jurídico-político, já manifestado anteriormente. Assim, pode-se, então, entender que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desvela-se ao longo de um *continuum*, que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2018).

E é daquela paisagem original, onde atualmente há um bairro pujante, cheio de vida e de pessoas, que se construiu devido aos esforços dos moradores. E é essa construção que é geradora de vínculos, de pertencimento, de identidade nessa porção do espaço, ou seja, possui todos os elementos que permitem a ocorrência do lugar, lido pela Geografia. Essa noção da sua construção fenomenológica está embasada em Marandola Júnior, Holzer e Oliveira (2014), cuja concepção assemelha-se com o processo ocorrido na Restinga. Segundo eles,

[...] nas comunidades e nas periferias, a rua é a extensão da casa. Símbolos, referenciais, significados e permanência contribuem para forjar o sentido de lugar. As brincadeiras no espaço coletivo, a respeitabilidade e a convivência em endereços diversos despertam um profundo sentimento de bairrofilia: sensação essa de apego, pertencimento, desenvoltura, filiação e bem-estar. (MARANDOLA JÚNIOR, HOLZER; OLIVEIRA, 2014, p. 39).

Essa sensação de apego, pertencimento, é mencionada pelos moradores que entrevistei. As narrativas demonstram as ações para a construção do bairro, associadas aos processos de construção dos vínculos, identidades e relações de poder, lugar e do território que se evidenciam. E isso também é compreendido por Tuan (2015), quando uma determinada área que tenha significado especial de bom afeto para o indivíduo deixa de ser mero local. Eleva-se a lugar, com sua fusão de lembranças e de acontecimentos renovados, experiência de visões, sons, cheiros, combinação acolhedora de ritmos naturais e artificiais — passado, presente, expectativa de continuidade. Em relação ao local que se torna lugar, o indivíduo desenvolve sentimentos de gratidão e talvez posse, lugar que, para outros, talvez continue a ser apenas local. Quem ama o lugar talvez desenvolva, contra esses outros, um estado de alerta de menor ou maior intensidade. Elas serão as potenciais forças adversas invasoras do lugar.

Para Santos (2006), o que define o lugar não são seus caracteres tomados apenas como o interior de um ponto no espaço, mas a consideração desse lugar como espaço de relações contextualizadas por múltiplas e imbricadas escalas, uma teia de objetos e ações com causa e efeito e que atinge tanto as variáveis internas já existentes quanto novas que se internalizarão. Para Santos (2006, p. 61), “[...] mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida por meio do lugar”. O conceito topofílico elaborado por Tuan (2015) é imprescindível para compreender o sentimento de muitas pessoas da Restinga pelo bairro — e mostra-se insuficiente. Santos (2006) elabora um guia poderoso e necessário para montar o quebra-cabeça desse bairro, que tantas vezes foi discriminado por outros habitantes da cidade. Ambos são fundamentais, pois se completam para compreender o lugar, e tomam evidência no relato dos acontecimentos (REGO; RECH, 2021).

Maria Clara relata o início do processo da formação do bairro, referido pelos interlocutores de comunidade, apresentando o seu sentido e o seu fortalecimento de vínculos, como o de vizinhança, de pertencimento e do seu enraizamento com essa porção do espaço, ao mesmo tempo em que a sua narrativa possibilita criar,

mentalmente, uma paisagem semelhante com a da figura anterior, mas com os movimentos que ela descreve<sup>3</sup>. Sua memória remonta a necessidade do trabalho e os percalços dessa atividade, já entrelaçada com o contexto da educação. Se dedicava ao cuidado dos filhos das mulheres que precisavam trabalhar, não como babá, mas sim, pensando na necessidade desse cuidado. Esse era um fator a considerar, assim como a existência do clube de mães, que foi organizado pelas mulheres da época, uma forma solidária de gerar economia. Conforme Maria Clara, o clube começou com oito, passou para 12, 16 e, em pouco tempo, já tinham 30 mulheres que produziam produtos que eram vendidos nas feiras no centro, em espaço cedido pelo Clube de Mães do Humaitá. A existência do clube mães representa um dos primeiros equipamentos criado pelos moradores em seu benefício. Essa necessidade surge da noção consciente da população sobre o cuidado das crianças para quem precisa trabalhar e a existência da creche reforça a necessidade de mais equipamentos do tipo disponíveis para o conjunto de moradores. É um sistema continuamente retroalimentado de reivindicação, conquista e novas necessidades percebidas — não no sentido intuitivo, mas de consciência de mundo, da desigualdade produzida, portanto, reativas.

Tanto a produção daqueles itens para vendas quanto o trabalho realizado pelas mulheres — especialmente elas, nesse momento — tinham seus entraves: o primeiro e mais significativo era a distância física, que já era impeditiva de muitas oportunidades — e o próprio estereótipo da maloca e da Restinga — e, em seguida, as crianças. Essas representavam um elo importante, pois requeriam cuidados. Ainda não existiam escolas na Restinga. Creches também eram longe, em torno de quatro quilômetros do primeiro núcleo que se formou. Após a instalação da Paróquia Nossa Senhora da Misericórdia, houve a criação de uma pequena creche, mas ainda insuficiente para a demanda. A solução encontrada estava nas relações de vizinhança.

Essa relação de vizinhança era muito presente e necessária para Maria Clara. Segundo ela, seus filhos ficavam com os vizinhos, sozinhos ou, ainda, com parentes. A rede solidária que se formava era essencial para haver condição de executar algum trabalho, quando não havia possibilidade de levar as crianças junto. Por fim, ainda

---

<sup>3</sup> O relato da interlocutora se deu à Araújo (2019), que nos concedeu o direito de utilizá-la. O contexto da entrevista é o processo migratório da família.

uma situação inusitada que parece ter desenvolvido um senso de autonomia entre os moradores desde cedo. Ao lembrar sua situação familiar, disse que o filho mais novo ficou por tantas vezes sozinho que, quando tinha campanha de vacina, ele mesmo ia ao local designado e recebia a vacina, “[...] *é que eles ficavam sozinhos em casa né, eram pequenos*”.

As relações de vizinhança se revelavam, posto que “[...] *um vizinho cuidava do outro*”, sempre tinha uma porta aberta para o olho alcançar, um cuidado gerador de proximidades e da coletividade, onde se cuidavam e se conheciam. Os cuidados se estendiam nas relações solidárias entre eles, como em ocasiões de doença, um vizinho que possuía carro socorria o outro, quando necessário. A precariedade não permitia ambulâncias, tampouco um sistema de saúde para a região periférica. “*O pronto socorro era o nosso hospital, era o nosso abrigo hospitalar*”, relatou Maria Clara.

Há uma construção de relações de apropriação a partir do vínculo, simbolicamente, que parece representar uma interdependência, tanto pelas necessidades da vizinhança pelos cuidados com os demais quanto pela segurança de que esse cuidado existisse, reforçando o sentido bairrofílico anteriormente apresentado por Marandola Júnior, Holzer e Oliveira (2014). Chama-se a atenção ao cuidado aqui relatado. Ele também possui um valor simbólico significativo para os moradores do bairro, uma vez que é estendido às coisas reivindicadas e conquistadas, como uma marca do lugar. Esse fenômeno vai surgir em diversas situações, pois tornou-se característico do método de ação quando desencadeado pelos moradores, como uma apropriação vinculada ao estereótipo do morador da Restinga.

Além dos cuidados, esse cenário, das batalhas travadas, das lutas e das uniões, foi profícuo para fortalecer os vínculos com o lugar e, conseqüentemente, os laços territoriais. E não foi por coincidência que tanto Nelson quanto Maria Clara trouxeram teor semelhante em relação ao pertencimento ao lugar. Embora cada um de sua maneira, ao cabo, demonstram um sentimento semelhante. O primeiro afirma que “[...] *não trocaria a restinga por bairro nenhum*”, pois mudou-se espontaneamente. A sua escolha estava balizada na vontade de colaborar com as pessoas que para lá foram levadas, segundo ele, “*expulsos de seus lugares*”. Ao sentir-se útil, passou a integrar o grupo de pessoas que passavam a reivindicar melhorias para o bairro. Segundo ele, o “[...] *meu amor pela Restinga foi um amor bélico né, adorei morar aqui*

na Restinga”. Notem que o amor pelo lugar já transparece desde o início e manifesta-se, também, na interlocutora. Ela, por sua vez, afirma que “[...] quando eu cheguei aqui na Restinga para conhecer, aí eu senti uma sensação tão boa tão... E aí eu senti que a terra já era minha, ainda disse essa terra tem dono sou eu”. A sensação de pertencimento é um dos maiores destaques de sua memória, especialmente pela ligação que menciona aos seus antepassados. Seus reconhecimentos daquela terra como um quilombo sustentam seu argumento: “[...] eu já posso até falar, eu falo por mim e pela minha história de vida, pelo meu sentimento, que hoje é um quilombo urbanizado, que é o que eu lutei para ser”. Nota-se que ambos citam sentimentos muito simbólicos sobre o lugar: amor e pertencimento. Não se trata de um amor bucólico sobre o lugar, mas sim, como disse o primeiro, um amor bélico, de fervor e lutas, enquanto a luta aparece na descrição do esforço de Maria Clara<sup>4</sup>.

A forte sensação do pertencimento, defendida por Marandola Júnior, Holzer e Oliveira (2014), que se traduziu nesse amor pelo lugar, passou a ter ruídos quando da instalação das novas unidades na Restinga<sup>5</sup>, a partir de 1969. A prefeitura, por meio do DEMHAB, tinha o papel de regularizar a Vila Restinga e implementar infraestruturas nas novas áreas. Dali surgiu o projeto da primeira unidade habitacional. Esperava-se que ela fosse destinada ao reassentamento das pessoas que estavam na aglomeração, mas não foi assim que aconteceu. E essa divergência entre a expectativa e a realidade afetou a forma de integração no que viria a ser o bairro, anos depois, causando um distanciamento entre os moradores de um lado e de outro da faixa (avenida João Antônio da Silveira, atualmente). A Restinga passou a ser conhecida como a Velha e a Nova, a primeira está a sudeste e as demais unidades estão mais ao norte/nordeste.

Tornou-se notável que o próprio processo de busca pelas infraestruturas necessárias para a configuração de um bairro passou a ter como protagonistas os moradores da Restinga Velha, que foram, em suas palavras, enganados pela administração pública, desde o início. A atuação das famílias de Maria Clara e Nelson é o foco dos próximos parágrafos, pois essa ocorreu praticamente desde a fundação da Restinga.

---

<sup>4</sup> A partir desse ponto, as falas do Sr. Ênio e de dona Maria Clara foram concedidas a mim.

<sup>5</sup> Atualmente, a Restinga conta com 5 unidades, além da Restinga Velha e mais três áreas organizadas. Na sua fundação, existia apenas a Restinga Velha.

## 2.2 DA RESTINGA VELHA PARA A RESTINGA NOVA: AS TRANSFORMAÇÕES DO/NO ESPAÇO

Assim como Nelson, Ênio e Maria Clara, outras pessoas também contribuíram para a conformação do bairro. Colhemos os relatos de algumas dessas pessoas. Suas participações no processo formação ocorreram, em alguns casos, desde os primórdios da instalação, e há várias contribuições para o entendimento da divisão entre Restinga Velha e Restinga Nova (primeira unidade). A Vila Restinga, fruto da primeira ocupação via remoções, deu origem à chamada Restinga Velha. O DEMHAB, à época, estava responsável pela regularização desses lotes, uma vez que a garantia de acesso a um lote próprio foi o argumento utilizado pela gestão municipal, o que motivou a migração espontânea. Foi uma estratégia adotada para esvaziar as áreas centrais, ocupadas irregularmente, e alvos de especulação imobiliária, como era o caso da Ilhota e de outras periferias existentes. Entre as demonstrações, há uma característica que se apresenta: o sentimento envolvido, próprio da vinculação com o lugar — afetos, amores e indignações estão presentes. Aparecem nas falas, ora exaltando o lugar, ora acolhendo uma crítica a esse. Nessas diferentes falas, a construção do lugar Restinga toma efeito e permite a construção de laços mais fortes, de vínculos maiores e de apropriações.

Observa-se como isso aparece nas contribuições dos moradores. O primeiro caso é o de Nelson, que passou em torno de 15 anos afastado de Porto Alegre, motivado pelo trabalho em outro estado. O mesmo conheceu a Restinga na década de 1970 e, ao retornar, quis voltar ao bairro. Na sua saída, ele percebia a desigualdade evidente: uma segregação dentro da própria segregação, uma distinção existente entre a Restinga Nova e Velha, naquele momento. Contudo, ao retornar, percebeu uma nova organização daquela área: diferente e similar ao mesmo tempo. Diferente porque os prédios que compuseram a Restinga Nova estavam construídos (Figura 6), contudo, os moradores que constituíram a Restinga Velha permaneciam na mesma condição de quando saiu do estado. Segundo ele, isso foi gerador de revoltas, pois os novos apartamentos construídos na Restinga Nova foram destinados para quem poderia pagar a prestação habitacional e “[...] *aquele pessoal que vivia sem pagar o aluguel e vieram pra cá sem condições de pagar aluguel, continuavam sem condições de pagar aluguel*”. Além disso, ele traz um elemento que já apareceu na memória anteriormente citada por Maria Clara: a distância física entre aquele local e a

centralidade da cidade, onde se concentravam as possibilidades de trabalho remunerado. Segundo ele, “[...] a maioria deles, chefes de família, trabalhava no centro da cidade, e cadê condução para se deslocar até lá? Continuava a situação péssima. Tinha um ônibus por dia. Saía de manhã e voltava de noite”.



**Figura 6.** Unidades Habitacionais da Restinga Nova – projeto DEMHAB – década de 1970 (Primeira Unidade). **Fonte:** jornal Zero Hora, cedida do acervo de Araújo (2019)

A situação precária, demonstrada pelo interlocutor, também reflete o descaso do poder público com a remoção. O deslocamento dificultado pela falta da oferta de transporte público pareceu fazer parte de uma estratégia velada que era sentida pelos moradores. Talvez fosse uma das consequências mais nefastas do processo todo: “[...] num final de semana me desloquei com mais uns companheiros pra cá, pra tentar descobrir onde eles se esconderam, porque o estado escondeu eles”. A sensação de ter sido escondido, é, possivelmente, um dos motores de afirmação da característica da Restinga. Ao refletir sobre a situação em que os moradores foram submetidos, nota-se que é como se sua identidade, suas características, devessem ser socialmente ignoradas, portanto, precisavam ser escondidas. Qual será a sensação de não ser socialmente aceito? Para quem está na parte não marginalizada da

sociedade, é difícil perceber. Para quem viveu a reafirmação das identidades, dos laços com o lugar, com o solo, da criação de uma cultura específica e vinculada ao território, imbricada com o lugar, é uma ação necessária para a constituição de suas cidadanias.

Outrossim, reforça, ainda, o papel de organizador do território que o Estado possui. Nesse caso, a força estatal não foi utilizada apenas para remover as pessoas para além das margens habitadas do município, mas também para reafirmar propósitos do capital hegemônico, cuja associação entre ambos resulta em características específicas de acesso à centralidade da cidade pelos moradores do bairro. Essas características precisam ser contextualizadas sob a óptica da exclusão das periferias, como fruto do sistema capitalista, manifestadas a partir das diversas precariedades. Nesse caso, elas se apresentam como perspectiva de subempregos, diante da distância de instalação, do contentamento com algum transporte para levar os moradores à centralidade, mas, observe, existente. Essa característica da força do Estado não pode ser esquecida ou negligenciada ao longo dessa pesquisa, pois demonstra em fatos a perversidade intencional da força do capital contra aqueles que estão na parte inferior da pirâmide capitalista. Logo, não são aleatórias suas ações, mas sim, reflexos do poder da elite financeira, branca, conservadora, que atua no aparato estatal.

Santos (2006) ajuda a compreender essa configuração a partir da sua análise sobre fluxos, cuja fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que se tornam suportes para a competitividade. Essa, pressupõe que a fluidez seja sempre aumentada, o que vai ocasionar mudanças de valor dos objetos e dos lugares ao longo do tempo, como as reconfigurações espaciais das cidades, dos locais de produção e de moradia. Nas cidades, o aumento da velocidade em maior o menor grau dessa fluidez sugere o envelhecimento mais rápido ou mais lento de seus bairros, pois enseja a renovação. Embora a fluidez predominantemente debatida seja a de dados, é possível estender a leitura para as desigualdades presentes entre os diferentes bairros da cidade, que pressupõem acessos de diferentes ordens, além das informações levadas pelos dados, mas, também, o transporte. No cenário econômico, “[...] tudo se passa como se a economia dominante devesse, incansavelmente, entregar-se a uma busca desatinada de fluidez” (SANTOS, 2006, p. 275).

Nesse cenário, a associação entre poder público e privado prioriza a supressão de obstáculos à livre circulação de mercadorias e do dinheiro, portanto, o alvo de interesse são os bairros onde essa condição é predominante. “Quem, na cidade, tem mobilidade — e pode percorrê-la e esquadrihá-la — acaba por ver pouco, da cidade e do mundo” (SANTOS, 2006, p. 325). Para o autor, os homens lentos estão nesses locais cujos fluxos são cada vez mais rápidos, pois eles não possuem grandes deslocamentos: suas vidas estão conformadas em pequenas distâncias e entre as demais pessoas do mesmo grupo social: os ricos que objetivam manter-se nas suas condições de riqueza. Em contrapartida, cabe aos pobres a tarefa de olhar para o futuro. São distinções que são produzidas ao longo do tempo, onde a cidade “luminosa”, moderna, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico, acabou por criar uma mecânica rotineira, nada surpreendente. Essa “[...] historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas opacas” (SANTOS, 2006, p. 326).

Essas zonas opacas, locais de concentração de pobreza, diferente do que seria o considerado como norma, abrem debates novos, inéditos, às vezes silenciosos, às vezes ruidosos, com as populações e as coisas já presentes. Exemplo disso é o processo de reivindicação que ocorreu e ocorre na Restinga, em todas as dimensões: precisam chamar a atenção e romper com a lógica hegemônica do capital. São os ruídos vindos da periferia e que vão encontrar diversas barreiras no poder público, que atende aos interesses desse mesmo capital. É uma das razões pelas quais as vozes não vão ecoar na administração municipal, como será demonstrado mais à frente. Especificamente sobre os transportes públicos, que encontram motivação nesse debate, o que se nota é que ele foi ofertado, mas em condições mínimas, sem levar em consideração a dignidade humana, mas sim, o mero deslocamento sem conforto. Essas concepções sobre economicidade figuram no Estatuto das Cidades, Lei nº. 10.257, precursora da Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei nº. 12.587, de 2012, que traz princípios sobre o que é a mobilidade urbana. No inciso IV do art. 5º, define que os parâmetros da oferta dos serviços visam à eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano. Em nenhum momento menciona o conforto.

E ao considerar essas concepções no cenário educacional, “[...] o padrão reduzido de tempo escolar é preponderante em escolas que atendem a populações que historicamente estiveram à margem das políticas públicas, os silenciados e os esquecidos da nossa sociedade” (MOLL; LEITE, 2015, p. 19). Superar essa condição é olhar para o futuro. Nesse olhar, a Restinga enxerga a educação como um caminho para o rompimento dessa circunstância.

Os Movimentos Passe Livre, ocorridos em 2013, no Brasil, já chamavam a atenção para o acesso aos transportes, indicando que, além do impacto financeiro do custo da passagem, 35% da população que vive nas cidades grandes não têm dinheiro para pagar ônibus regularmente e que muitas dessas pessoas estão excluídas de acesso a outros direitos e serviços públicos, como os relacionados à educação, pois não podem pagar o ônibus até a escola. Segundo Pereira *et al.* (2012), a exclusão social restringe o acesso das pessoas ao transporte. Para os autores, no espaço urbano, que é tomado como mercadoria, eficácia e eficiência da mobilidade urbana são elevados a dois indicadores da qualidade de vida da população que vive nas cidades. Como esse espaço é compreendido pela óptica da estrutura capitalista, torna-se um grande desafio construir um processo de planejamento e gestão urbana que vise à construção de uma cidade sustentável e à sustentabilidade. Em suma, o transporte urbano precisa existir para a manutenção do acesso da força de trabalho da classe trabalhadora aos lugares de produção da cidade, mas não precisa oferecer conforto para isso. Essa é uma premissa de acesso às classes abastadas da cidade.

Nos desafios de planejamento de transporte, da oferta de educação pública para as periferias, bem como de moradias, é onde se inserem os nossos interlocutores, quando passam a reivindicar a ação do Estado para implementar os serviços e estruturas. Desde sua vinda, pelos relatos de Nelson, a promessa realizada pelo poder público aos moradores era da posse, jurídica, de um local para si, naquela época, um lote de terreno para construção habitacional. A partir dali, haveria a construção do lugar, pois “[...] *lá onde a gente morava não era nosso, que nós estávamos ocupando ali e que nós viríamos para cá e que o lugar seria nosso. [...]* *Aqui é o lugar de vocês*”, encerrou o operário da prefeitura, na época.

Esse lugar, conforme o relato do nosso interlocutor, se conformou entre disputas e tensionamentos, ocorridos entre as Restingas Velha e Nova. No seio dos tensionamentos, o papel do governo municipal era de promover a construção de

novas moradias, afinal, a Vila Restinga era um lugar de passagem e havia a expectativa de que cada morador receberia um apartamento construído. Mas a realidade foi bastante diferente, “[...] o pessoal sairia dali dos seus barracos para então morar nos apartamentos. Iludidos com isso eles vieram e aí nós começamos a batalhar junto da prefeitura para ver quando é que ia sair essa situação da Restinga Nova, dos novos prédios”. Segundo Nelson, houve muita demora e descaso na gestão municipal para a entrega definitiva dos blocos de apartamentos.

A ilusão retrata manobras políticas para com os moradores e os novos que chegavam com a “promessa” de um lugar seu, continuando com o discurso empregado nas primeiras remoções. Na fala de Maria Clara e Ênio, essa situação da Restinga Nova também aparece. Araújo (2019) perguntava sobre a separação existente naquela época (e que permanece até hoje) entre as duas áreas. Para os moradores, a construção da primeira unidade já contava “[...] com saneamento básico completo né... com tudo já, com uma escola já quase totalmente construída, aí nós começamos a sentir já a divisão de poderes... os de lá podem mais, os de cá podem menos.” Essa distinção entre as duas áreas era perceptível, também, no perfil de moradores. Não foram quaisquer pessoas que puderam ocupar os apartamentos construídos.

Apenas quem possuía “[...] boas condições de ter acesso a uma chave, se não tivesse vínculo com o ‘SPC’, se o seu ‘CPF’ não tivesse comprometido, se tivesse uma boa renda, aí tu tinha [sic] acesso à primeira unidade”, disse Maria Clara. É importante salientar que o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), embora tenha surgido no Rio Grande do Sul na década de 1960, não tinha extensão à concessão de crédito para aquisição de imóveis. Contudo, sua referência ao serviço que garantia bons pagadores está embasada na condição dos propensos moradores que almejavam ter um imóvel na Restinga Nova. A realidade é que, segundo ela, os “[...] quem veio das vilas, os removidos, os rejeitados do centro urbano de Porto Alegre, eles foram colocados no fundo da Restinga Velha. Isso é o que a sociedade oferece para vocês”. É bastante emblemático seu posicionamento, que dialoga com a perspectiva do abandono, do descaso do estado e da ilusão criada. As habitações estavam destinadas a quem minimamente estava inserido no mercado de trabalho, com comprovação de renda para sua aquisição e manutenção.

A negligência estatal mencionada vai acontecer ao longo de toda a trajetória temporal da Restinga. São os próprios moradores que assumem o papel de organizador daquele bairro, numa rede de solidariedade, desenvolvendo ações e buscando a aplicação de políticas públicas para o lugar. Ao assumir esse papel, há um processo de transformação que se origina no afeto, no amor pelo lugar, que leva à sua defesa, como relata Maria Clara.

*Sentia que meu lugar era aqui, que o meu chão era na Restinga Velha... já tinha uma convivência, e uma estrutura espiritual muito grande aqui, com o pessoal aqui. E nós fomos, a gente tinha, e se tem até hoje, um respeito, um carinho um achego muito grande aqui pelos moradores da Restinga Velha, então por que que eu vou virar as costas para essa comunidade que eu vi crescer? Que eu participei, que eu lutei junto, não, não quero (MARIA CLARA).*

A partir da criação do DEMHAB, pela Lei municipal nº. 2.902 de 1965<sup>6</sup> (CÂMARA DOS VEREADORES DE PORTO ALEGRE, 1965), fez parte da perspectiva dos moradores a garantia de obtenção de um imóvel nas construções da Restinga, visto que a questão financeira foi uma condicionante para adquiri-los. Contudo, a manutenção da residência na Restinga Velha já estava relacionada à convivência estabelecida, ao pertencimento ao lugar. Embora a transcrição não possa capturar, havia uma ternura em sua voz, uma forma afetuosa ao se referir sobre esse seu local de residência. A perspectiva do Nelson também atrela a conquista dos imóveis na Restinga Nova aos laços políticos que os moradores estabeleciam, “[...] então que que aconteceu, o pessoal criou um ambiente assim, porque o negócio foi levado mais ‘pro’ lado político assim, quem tinha amigo como deputado, o ‘cara’ conseguia um apartamento, quem não tinha ficava na rua”.

A precariedade da situação também se manifestava nas oportunidades de emprego ou de trabalho. O modelo excludente, silenciador e expurgante, manifestado pela ação estatal, se manifestava das formas mais perversas, pois a oferta de trabalho estava próxima da centralidade, e não da nova periferia em construção. Mais uma vez, a memória do interlocutor retrata as escassas possibilidades e os resultados práticos disso:

---

<sup>6</sup> A Lei definia, em seu art. 1º, a política habitacional de interesse social do município, destinada a substituir por melhores padrões arquitetônicos as atuais moradias vulgarmente denominadas de “malocas”. Foi essa mesma política que visou retirar das habitações marginais urbanas seus atuais moradores, proporcionando-lhes novas e melhores moradias para integrá-los na vida espiritual, econômica e cultural da comunidade.

— *E o pessoal, que é natural, como era a maioria dos pobres que eram casados, e que moravam na Restinga Velha, que não tinham dinheiro para se deslocar para trabalhar, o marido não tinha dinheiro para ir até o centro, serviço dele era do lado de lá e até a zona Norte. Eles abandonavam a família aqui. Abandonavam e não apareciam mais. Aí ficavam aqui, no ambiente doméstico, uma mulher, os filhos, e as vós que seguravam a família. Se a mãe ia trabalhar, as crianças ficavam com a vó (NELSON).*

O trecho torna evidente o abandono, mas em paradoxo: o abandono do poder público em instalar infraestruturas leva à dificuldade dos indivíduos de proverem seus lares e, em alguns extremos, ocorre o abandono mencionado pelo Nelson. O novo elemento de análise do contexto é a falta de estruturas de transporte adequados, que se soma aos demais apresentados, que caracterizam a condição de vida dos habitantes à época, o que resultou, infelizmente, na fragmentação familiar. Esse abandono, associado aos interesses privados, guarda grande semelhança com o ocorrido na Colônia Africana, décadas antes (RECH, 2012). A semelhança também se acentua ao observar que ambas foram áreas periféricas, construídas organicamente e que, anos depois, sofreram interferência do Estado. A Restinga, por ser mais nova e se encontrar num tempo mais recente, já tem o processo acelerado. Contudo, assim como a Colônia Africana, é um local de omissão dos entes públicos e alvo dos interesses do capital.

Serpa (2019, p. 53) colabora na compreensão do simbolismo do que se apresenta, particularmente, sobre a construção de símbolos expressos na paisagem e que possuem significados que a eles são atribuídos pelos moradores. A paisagem que se apresenta é de precariedade e há a identificação, pelo coletivo, das ausências presentes e, também, a compreensão crítica de um contexto que enseja mudanças. Para o autor, ao concordar com Santos (2006), aos objetos são atribuídas qualidades e técnicas e qualidades sociais. Aqui os objetos são as infraestruturas existentes — linha de ônibus precária, habitações precárias na Restinga Velha, parques serviços públicos de saneamento e iluminação. Ele segue considerando que os objetos (e a paisagem) não possuem valor e que o valor é dado pelos atores que compõem espaço, logo, há uma relação entre um sistema de objetos e um sistema de valores construídos pelas relações sociais e políticas. Nesse caso, a compreensão recai sobre como esses objetos, presentes na Restinga, tiveram valores atribuídos e quais valores são esses.

Os valores criados estão alinhados à indignação e à insurgência de ações fruto disso, como a união em prol de seus objetivos. Esse contexto é bem representado por

Santos (2006), ao considerar que é a busca pelo futuro sonhado como carência a satisfazer — “[...] carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania” (SANTOS, 2006, p. 326). Quando os moradores constroem seus símbolos e os materializam na paisagem, eles estão estabelecendo suas relações e conexões com aquele lugar. A compreensão da situação se manifesta em ações, e essas se traduzem nos objetos reivindicados, que são os marcos dessas lutas, pois possuem o valor da conquista. Esses movimentos de reivindicação ocorridos e marcados na Restinga se traduzem como um futuro, pois é “[...] imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar” (SANTOS, 2006, p. 326). Logo, é da condição marginal e excludente do capital hegemônico para uma condição de movimento, de ação e de busca de infraestruturas necessárias à inversão da situação precária, que levaria à ressignificação do valor simbólico da degradação.

Nelson relata muito bem o contexto situacional que vivenciou e que ensejou o emprego de ações reparatórias ao contexto presente, ao qual ele chamou de luta. A escolha por morar no bairro foi a primeira delas. Ele descreve o cenário onde pessoas continuavam morando em malocas, que foram aplicando, gradativamente, melhorias, mas ainda em parcas condições. A imagem que se originou desse cenário, segundo ele, era de um “[...] *bairro de marginais, um bairro do pessoal das drogas*”, pois já havia essa característica. E esse era o único lugar onde as crianças tinham para brincar, portanto, “[...] *eram criados no meio dos traficantes. Sem pai, criados pela vó, já que a mãe tinha que trabalhar, ficavam na casa dos patrões muitas vezes, as crianças ficavam soltas aqui. Então esse foi o clima inicial do bairro Restinga*”. Esse contexto demonstra a necessidade de colaboração para mudar o quadro.

O entrevistado também mencionou uma situação de sufoco, pois a Restinga era, na sua visão, um lugar de idosos e crianças durante o dia, cuja força de trabalho era feminina, principalmente. Esse mesmo contexto já foi abordado por Maria Clara, anteriormente, que demonstrou a necessidade de pensar uma creche a partir do clube de mães. A colaboração que Nelson propõe envolvia a luta por direitos básicos dos moradores, pois, para acessá-los, era necessário reivindicá-los, especialmente, via movimentos comunitários, almejando esse acesso aos direitos: “[...] *o transporte que não tinha movimento [comunitário], para ter ônibus para cá; trazer água para cá, que*

*não tinha*". O cenário de envolvimento dos movimentos também se estendia à energia elétrica, pois a rede era precária à insuficiente. Além disso, poucos conseguiam pagar a energia, ocasionando o furto em alto risco. "*Então era aquele poste assim que estava 'ali', um montão de fios, ligando as casas né, até perigoso*". E a consciência sobre o risco que ele demonstra se estendia para outras consequências da precariedade do serviço oferecido, pois, segundo seu relato, poderia desarmar o transformador, haveria a queda de energia que desligaria a bomba d'água, resultado na falta do recurso para todos os moradores.

Na sua visão, a ausência do poder público só poderia ser remediada com a reivindicação aos direitos pelos moradores. Mais uma vez, o contexto de periferia se assemelha à Colônia Africana (RECH, 2012), que continha um porta-voz das necessidades dos moradores: o cônego Mathias. Na Restinga, não havia um cônego Mathias para buscar os recursos, mas lideranças comunitárias que se se destacavam. A distância era impeditiva para todos, aparentemente, e a força da união dos movimentos sociais se apresentava como a melhor forma de requerer a ação pública sobre a nova área. Apenas a criação da Restinga Nova, com seus prédios e saneamento não era suficiente, pois o bairro, como um todo, não parava de crescer. A segregação já presente na Restinga (Velha *versus* Nova) seria o menor dos casos a ser resolvido.

Nelson compartilha sua memória sobre a situação existente em seu retorno. Na Restinga Nova também havia organizações de moradores, pois a falta de infraestruturas, como transporte, energia adequada, saúde, segurança e educação era comum a todos os moradores, não limitada pela avenida que corta o bairro. A avenida evidenciava outro aspecto, que segundo ele, era uma separação: "*[...] os mais pobres, os miseráveis, lá na Restinga Velha, e os pobres, os mais ou menos, aqui na Restinga Nova, que é esse lado nosso aqui. O campus inclusive está do lado da Restinga Nova*".

Entre as demandas requisitadas, o acesso ganharia um papel de destaque. Na realidade, é necessário compreender que havia várias frentes de atuação, pois a demanda a ser realizada era alta. Só havia um acesso à Restinga, pelo Oeste, via zona sul de Porto Alegre. Eles requeriam um acesso pelo Leste também, via Lomba do Pinheiro. "*E aí o que acontecia, nós tínhamos que ter condições para os dois lados,*

*e aí foi iniciado o programa da Via do Trabalhador, que aí sim ligava o Pinheiro e o Partenon, com a Restinga. Isso demorou anos, mas saiu”.*

Note-se que, paulatinamente, os moradores foram reivindicando as infraestruturas e acessos ao bairro, pois *“a gente se movimentava”*. Especialmente, esse movimento vinha de algumas lideranças importantes, sempre moradores do bairro. Nelson cita Beleza, que era um expoente, *“um batalhador, que depois assumiu assim uma prefeiturazinha da Restinga, coordenava aqui, ele era o nosso porta-voz”*. A ação política se desenvolvia dentro do bairro, reivindicando o que era necessário a partir dessa consciência existente.

E a partir dessas narrativas, é possível projetar mentalmente as perspectivas das necessidades da organização territorial almejadas pelas lideranças comunitárias. E, talvez, começa-se a entender a motivação do papel delas e porque são os alvos das entrevistas. As pessoas não tinham condições de mobilização constante para buscar as infraestruturas necessárias pois precisavam trabalhar. As mulheres, especialmente, tinham duplas e triplas jornadas. Ainda assim, além do trabalho e da casa e/ou filhos, ainda conseguiam se engajar no movimento. Essas pessoas se tornaram os porta-vozes de uma organização paralela, bastante horizontalizada e em formato comunitário, sem hierarquias criadas. Acabaram se projetando e sendo reconhecidas pelos papéis que desempenharam. Beleza, citado por Nelson e pelos demais entrevistados, foi um dos maiores ícones da Restinga. Infelizmente, ele faleceu em 2017, mas deixou um legado:

*— (...) ele morreu em 2017. Mas depois de ter construído um monte de coisas, inclusive o conselho tutelar, foi um dos implantadores e tal, e para aquelas crianças que estavam abandonadas desde aquele início lá. As crianças aqui, os filhos daquelas crianças também, já estavam grandinhos.*

Da mesma forma que ele, outros se somaram às lutas. É o caso de José Ventura, ou, apenas Ventura. Ele foi para a Restinga com a irmã, em 1967, aos 13 anos, e desde cedo se engajou na luta por infraestruturas, uma vez que *“lá atrás, quando a gente viu que não tinha nada de saneamento básico, área de lazer, educação, a gente começou a lutar para que tivesse uma educação, para que tivesse esporte para a gurizada, isso a gente começou a se reunir e começou a lutar”*. Seu sentimento se mescla com o dos demais em relação às necessidades para o bairro,

em face da situação precária existente. As falas deles são carregadas de afeto por esse lugar, ao mesmo tempo em que um pouco de indignação também transparece.

Por meio de suas ações, junto de outros, transformaram aquele espaço, antes de vegetação de restinga, na sua moradia, no seu território, vinculando-se ao lugar, reivindicando melhorias pelo reconhecimento da necessidade. Esse processo remete ao que Santos (2006) se refere ao lugar, sendo esse não um fragmento do mundo, mas sim, o mundo manifestado naquele local, com todas as suas contradições e necessidades: um particular a um geral. É a partir da sua existência e das suas relações entre os demais moradores, ou seja, a partir da vivência e das ações sobre o espaço, que essa Geografia acontece. O próprio processo de reivindicação por melhorias causou a união dos moradores e o descaso do DEMHAB para com esses assentamentos foi mais um motivador para eles.

A respeito das motivações do nosso interlocutor para suas contribuições com o histórico do bairro, ele menciona a participação dos moradores para que essas ações fossem alcançadas. Mencionou, também, a disparidade entre a Restinga Nova e a Velha, uma vez que conseguiram, para a primeira, três escolas estaduais e seis municipais infantis, enquanto, para a segunda, uma escola estadual e três municipais. Contudo, o que mais chama a atenção é sua percepção de que há uma “*higienização própria dela*”, entre essas duas macrodivisões da Restinga, quando relacionado à qualidade de vida. Como não havia tido total certeza do que ele quis dizer, perguntei se essa higienização era referente ao local de moradia, no sentido de representar uma elitização. Contudo, a higienização aqui trazida denota algo mais profundo, que tem a ver com a estética do lugar, pois a Restinga Velha se caracterizou como um reduto mais pobre, mais “*marginalizado*” dentro da própria Restinga, pois não tinham condições de adquirir um apartamento via DEMHAB: “*não tinham condições de pagar na época*”.

Pode-se imaginar a diferença presente nessa paisagem à época construída, de um lado da Restinga com construções novas, padronizadas, servidas das infraestruturas como água, esgoto, eletricidade e escolas e, outro lado, com construções precarizadas, sem serviços de água e esgoto e a eletricidade não atingia a todos, sendo obtida, na sua maior parte, de forma irregular. Esse cenário imagético talvez tenha contribuído muito para a escolha da palavra “higienização”, que ainda estava em voga, naquele período. Gamalho (2009) comenta esse processo na sua

dissertação, pois a remoção das malocas tem a ver com essa limpeza: tirar a pobreza do centro da cidade e levá-la para os lugares distantes, ou seja, uma Porto Alegre sem contrastes. Aparentemente, essa reprodução ocorreu na própria Restinga e, possivelmente, é por isso que aparece na fala de Ventura, ou seja, o reconhecimento de uma prática vil, resultante da ação pelo poder público, que sucumbe aos interesses do capital e é reproduzida na sociedade dita hegemônica e elitizada financeiramente. Esse contraste entre as Restingas pode ser verificado na Figura 7, que demonstra as infraestruturas instaladas na Restinga Nova, ao contrário da Restinga Velha, que não foi alvo das ações da gestão municipal.



**Figura 7.** Vila Nova Restinga (Restinga Nova) – década 1970. **Fonte:** Jornal Zero Hora, cedido do acervo de Araújo (2019).

Contudo, ao contrário da segmentação e exclusão gerada na cidade no período das remoções, Ventura relata, no bairro, uma união entre a Velha e a Nova na luta pelas infraestruturas que se tornaram necessárias com o aumento da população. De acordo com o interlocutor, “a Restinga é uma só, todo mundo luta pela Restinga”. Esse espírito de união leva a certas reflexões, especialmente sobre o pertencimento, cuja

origem remonta as remoções e, delas, a promessa de ter um chão para si. Inicia-se aí o processo de vinculação. Na paisagem, erguem-se outras construções habitacionais e o número crescente de moradores gera demandas que o poder público não estava atendendo. As infraestruturas necessárias não estavam disponíveis, em grande parte, pela própria geografia da Restinga: longe, periférica, distante.

Esse distanciamento, tanto social, induzido pela ação do capital nas áreas próximas da centralidade e executado gestão municipal, no contexto da ditadura militar, ao remover a pobreza da centralidade; quanto espacial, pois o local dista 26 km do centro da cidade, é propulsor das indignações e insurgências que são catalisadas em reivindicações. Escolas distantes são um problema pelo deslocamento necessário, logo, busca-se a construção de escolas naquele local. Assim como ocorreram com as creches — que Maria Clara lutou para conquistar —, bem como o Hospital — que Nelson esteve muito à frente — e, especialmente, o *campus* Restinga. Parece que ao mesmo tempo em que essa distância é um limitante ao deslocamento, seja pelos ônibus (in)existentes na época ou pelas condições das estradas não pavimentadas e que implicam num tempo enorme para o percurso, ela também é uma motivadora de reivindicações necessárias para um bairro que começa a aumentar muito o número de habitantes. Maria Clara defende, em sua fala, que essa distância e a união das pessoas caracteriza o bairro como um grande Quilombo. Embora não seja reconhecido como, há algumas características que se assemelham e a distância física da centralidade da cidade é uma delas.

Curiosamente, tanto Nelson quanto Maria Clara e Ênio não foram para a Restinga removidos, mas sim, optaram por morar lá, assim como os demais entrevistados. Talvez essa diferença seja significativa, pois indica o pertencimento ao local, a acolhida e a identificação. Esses elementos, ao longo do tempo, tornam-se tão sólidos e perenes que levam à defesa desse lugar, contra o descaso, contra o abandono. Tal vínculo passa a figurar não apenas como lugar construído, mas, também, confere a ele o *status* de território. Quando as falas dos demais moradores destacam o orgulho de sê-los, demonstram a territorialidade impregnadas nessas pessoas que lutaram (e ainda lutam) pela emancipação enquanto local com infraestruturas que poucos bairros do restante da cidade possuem.

Além deles e do Ventura, outras pessoas se mudaram para a Restinga. Maria Guaneci, Maria Salete, Djanira, Cláudia e Nídia foram algumas das que tiveram

destaque em suas atuações ao longo dos anos. O histórico mais antigo foi resgatado pelas contribuições anteriores. As demais versam sobre momentos da Restinga até a busca pelo *campus*, que se inicia em 2006. O tempo contado nas suas histórias possui linearidade em alguns momentos, noutros não. O cenário desse lugar/território vai se constituindo com as narrativas, pelas visões, experiências, afetos, pertencimentos e apropriações, tanto jurídicas quanto simbólicas, inerentes ao lugar/território.

### 2.3 RESTINGA: UM LUGAR MARGINAL

Até aqui, apresentei um olhar geográfico sobre a Restinga, considerando uma perspectiva da construção de sentimentos e de significados que o lugar possibilitou ao vincular e criar laços cada vez mais fortes. Nesse tempo que se discorre, a Restinga Nova já está construída e algumas narrativas continuaram a resgatar questões que estavam presentes, como a marginalização. Algumas escolas passaram a existir e, algumas delas, foram construídas no mesmo período da implantação das habitações pelo DEMHAB. Contudo, naquele contexto já eram insuficientes. Os transportes continuaram sendo um desafio a ser superado, pois ainda eram responsáveis pela alteração das estruturas familiares.

O sistema de transporte é bastante peculiar, uma vez que ter a possibilidade de deslocamentos figura em várias das falas dos interlocutores e acaba sendo uma das justificativas para a busca do *campus* Restinga, anos à frente. Essa situação se associa à perda de oportunidades de trabalho, apenas por serem moradores da Restinga, e se soma à distância e à estigmatização presentes desde o tempo da Ilhota.

Na fala de Ênio, citada anteriormente, já houve menção à marginalização. Nelson completa essa sensação em sua fala, mencionando essa condição. Entretanto, a fala é contraditória se comparada aos demais entrevistados, incluindo Ventura. Possivelmente, a defesa ou a conformação dos primeiros sobre essa condição tenha se dado pela repetição de que a Restinga era um lugar de marginais. Ventura expressa sua concepção alinhada com as demais entrevistadas: há marginalização na Restinga, contudo, o número é ínfimo se comparado com o total da população do bairro, logo, não se pode afirmar que ali é um lugar de marginais. Assemelha-se mais a um lugar marginal.

Essa atribuição do estereótipo de bairro de marginais possui raízes estruturais, que se iniciam muito antes da própria remoção. A Colônia Africana também era um lugar cuja identificação pelo restante da sociedade estava vinculada aos desordeiros e marginais (RECH, 2012). Ambos os locais, mesmo com a distância temporal, não possuíam grande atenção da segurança pública, pois o Estado se fazia menos presente, em muitos aspectos, desde a disponibilização de infraestruturas até opções de lazer, passando pela segurança, saúde e educação. Nesse ínterim, Lefebvre (2001) afirma que essa forma de atuação do Estado favorece apenas classes sociais mais elitizadas financeiramente. A própria remoção ocorrida possui respaldo em sua

teoria, considerando os critérios ecológicos, formais e sociológicos, especialmente esse último, que se caracteriza pela presença de favelas, pardieiros e apodrecimento do coração da cidade.

Conforme Rech (2012), o aspecto ecológico caracterizado por Lefebvre (2001), ao analisar o contexto da Restinga, apresenta-se manifestado no processo realocação dos pobres da cidade que, nesse caso, estavam na Ilhota e outras vilas de malocas, que causavam um inchaço na cidade. A construção de conjuntos habitacionais distantes do centro seria a forma de diminuir esse inchaço, bem como levaria à refuncionalização daqueles espaços, outrora ocupados pelos moradores de baixa renda, e que visava ao interesse imobiliário das áreas próximas. Esses elementos — pobreza, remoção, funcionalização —, promovidos pela ação do Estado a partir dos interesses do capital, não se apresentam isolados, mas sim, na sua imbricação, na sua correlação, pois, ao mesmo tempo em que as ações governamentais promovem a modificação na forma, acabam por interferirem na organização social, afinal, essas pessoas precisam de um novo local para residir, procurando, então, as estruturas que o próprio poder público disponibiliza (ou não) para tal fim. Ou seja, mesmo as áreas irregulares ocupadas por essas pessoas, assim o são pela própria ação do poder público.

Nesse entendimento, a ausência do Estado é sintomática, pois sua presença foi marcante na remoção e, portanto, marginal, nesse contexto, possui um sentido ambíguo. Pode fazer alusão tanto no sentido penal-civil-criminal — de cometer crimes e contravenções — quanto no distanciamento físico e de acesso às infraestruturas que deveriam ser garantidas pelo Estado, este, que se apresenta de forma tangencial, distante, periférico, em relação às necessidades daquela população. Nesse ínterim, uma das lutas é para dissuadir a imagem de que a Restinga é um lugar de marginais. A segunda e a terceira geração de moradores do bairro ainda sofrem com esse estereótipo. Considerando esse entendimento, a intenção dos que defendem números menores da marginalização está alicerçada na territorialidade que se constituiu a partir da integração da cultura primeira (dos que foram removidos) com o contexto contemporâneo do lugar/território.

Contudo, tanto Ênio quanto Nelson possuem uma visão peculiar sobre essa questão. Embora presente nas falas, isso não é um motivo para se mudarem da Restinga. O último, inclusive, é bastante enfático quando recorda a imagem de que

mora no bairro: “*Morou na Restinga, é marginal!*”. Para ele, não interessava a origem das pessoas. O fato de ser morador da Restinga já o adjetivava unicamente. Segundo sua memória, a migração voluntária para aquele lugar se deveu pela “*dificuldade de morar naquela área mais central aumentou, era aluguel que tinha que pagar, a luz que tinha que pagar*”. Esses elementos estão alinhados ao que Lefebvre (2001) teorizou sobre essa ação estatal, do reordenamento da centralidade da cidade, comentada anteriormente. Nosso interlocutor também relaciona essa situação na organização entre a Restinga Velha e a Nova, onde o deslocamento entre ambas encontra obstáculos por causa do tráfico. Segundo ele, há uma rixa até os dias atuais e que se manifesta no cotidiano. Nelson referiu, como exemplo, a ocupação das vagas nas escolas, uma vez que, segundo ele, pela ação das zonas territoriais do tráfico de drogas, “*o pessoal da Nova não pode ir na Velha. E às vezes tinha uma vaga na escola da Velha, não podia atravessar. E o contrário também era verdadeiro. Se o pessoal vinha na Nova, tu sabe [sic] como é que é. A gangue daqui pegava [sic].*”

Na Restinga, tal situação limitadora do direito de ir e vir está mais relacionada a quem possui algum envolvimento com alguma facção criminosa. Essa perspectiva apenas corrobora a ausência do poder público no papel de organizador territorial, uma das finalidades de sua existência. Uma vez que ocorreu o fenômeno, o poder paralelo do tráfico ou de outros atores se instaura e assume esse papel. São as marcas da multiterritorialidade ou transterritorialidade na Restinga (HAESBAERT, 2018). Embora o foco dessa pesquisa não esteja na discussão das territorialidades presentes na área de estudo, ela não pode ser negligenciada. Notem que não se trata de desterritorialização, que Haesbaert (2018) caracteriza quando há a destruição física de um território — o que ocorreu com a Ilhota e demais vilas que compuseram a Vila Restinga —, pois, em seguida, a partir das suas marcas simbólicas remanescentes, origina-se o processo de reterritorialização.

Talvez os cenários que serão traduzidos, daqui para frente, adquiram uma conotação de possibilidades de trânsito entre diferentes territórios, ou de vivências, especialmente, porque os novos atores que surgem representam diferentes locais da Restinga e diferentes interesses em suas ações. Essas diferenças representam relações de poder distintas, pois pessoas, representantes comunitários, foram instituídos nesses papéis. Figuram-se múltiplas territorialidades, que, de certa forma, representa também a chance de contornar certos limites ou fronteiras territoriais,

essas, ora estabelecidas pelo tráfico, ora estabelecidas pelos acessos no bairro, ora estabelecidas pelas oito comunidades que compõe a Restinga.

Em análise ao processo que compõe a Restinga, compreende-se que ele pode “[...] ser denominado de transterritorialidade, dinâmicas territoriais complexas que cada vez mais parecem compor experiências concretas na contemporaneidade” (HAESBAERT, 2018, n.p), especialmente quando Ventura dialoga sobre as oito colunas presentes da Esplanada do bairro Restinga, essas que considero como mais um símbolo territorial. Observa-se como o interlocutor manifesta essa compreensão dos diferentes arranjos espaciais, que se traduzem em diferentes territórios, com identidades e pertencimentos distintos, quando as diferentes lideranças comunitárias se organizam a partir da subdivisão de vinte e sete subvilas em oito comunidades.

Cada uma delas é bem definida, sendo as três primeiras colunas a representação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Unidade (Restinga Nova). A quarta coluna representa a área compreendida entre a Estrada Chácara do Banco e a Rua Capitão Pedroso, na Restinga Velha. A quinta coluna compreende as imediações da Estrada do Barro Vermelho até o Núcleo Esperança, também na Restinga Velha. A sexta coluna parte do Núcleo Esperança até a 5ª Unidade, avançando até a Pitinga (essa foi elevada a bairro em 2016, pela Lei Municipal nº. 12.112 (OBSERVAPOA, c2021)). A sétima coluna compreende a área do arroio do Salso e a oitava coluna representa o Distrito Industrial, onde o IFRS e o Hospital estão localizados. Na Figura 8, algumas páginas à frente, as oito colunas estão localizadas na figura representativa do bairro Restinga. Conforme o interlocutor, são “*os oito pilares que seguram a Restinga*”, bairro esse que possui uma complexa organização, incluindo diferentes atores.

Entre esses, estão as lideranças comunitárias, cuja atuação está alinhada ao ordenamento territorial, papel que é do Estado. Nesse cenário, elas cumprem a função de buscar as ações públicas para resolver os problemas sociais. Dentre tais lideranças, iniciarei dando ênfase à atuação de Ventura, cujo papel esteve mais relacionado à união entre os moradores da Restinga. Seu ideal sempre foi a melhoria do bairro, pois “[...] *a gente sempre trabalhou muito para que houvesse bastante qualidade. De [que] os nossos adolescentes tivessem uma visão diferenciada, que a Restinga não é conhecida como marginalidade e sim uma sociedade de luta*”. É interessante a forma como Ventura se refere à Restinga, concebendo sua organização como sociedade.

A Restinga, assim como a cidade e a organização do mundo atual, é regida pelas normas legais, que estão constituídas nessa concepção. Essas normas, muitas vezes, representam e ratificam a desigualdade, pelos meandros das relações de poder, especialmente o financeiro. No próprio bairro, a desigualdade se fez (e se faz) presente, especialmente da distinção entre a Velha e a Nova. Na concepção de Ventura, a primeira ainda possui a predominância de casas mais simples, das pessoas com menor poder aquisitivo, enquanto, na segunda, predominam casas mais padronizadas. Essa situação mesmo gerou expectativas, *“a gente sempre achou que deveria ter direito de passar pra Restinga Nova. Mas por falta de emprego, serviços né... não tinha condições de pagar na época. Mas a Restinga é uma só, todo mundo luta pela Restinga”*.

Logo, nesse espaço, as lideranças comunitárias tiveram (e têm ainda) que ajustar os desejos e necessidades de diferentes grupos que o compõem. Seus anseios são organizados em demandas, que são levadas ao poder público, com o devido trabalho de acompanhamento. É como uma mesa de negócios, conciliando os interesses dos grupos com as possibilidades de atendimento. Ora, os acordos entre os diferentes grupos, entre os diferentes lugares construídos e constituídos é um dos pilares da concepção de sociedade. Massey (2017) é muito transparente em sua fala quando argumenta o processo de constituição das comunidades sendo apropriado pelo poder público.

A autora entende que é papel dos geógrafos, no contexto da paisagem modificada da globalização, e aqui já estabelecido um entendimento em Serpa (2019) e Santos (2006), trabalhar conceitos centrais, como o lugar. Mas ela sugere que o lugar (e outros conceitos centrais) seja pensado para além de simplesmente enquanto territórios delimitados com características “essenciais” e “eternas” que, de alguma forma, crescem do solo. Em vez disso, preconiza ela, é dever dos geógrafos colocar ênfase no entendimento da identidade do lugar também como o produto de suas relações com os outros. No sentido de produção do lugar, mas não sem entendê-lo, assim como Santos (2006), em suas características, sem situá-lo no contexto de suas relações com o resto do mundo.

Na sua compreensão, esse é o lugar como um lugar de encontro: diferentes histórias se reunindo e, de uma forma ou de outra, se entrelaçando. Essa é a miscelânea, que pode ser compreendida por uma teia complexa, que envolve a

proximidade física, e é ainda mais marcada em uma era de globalização. E é nesse ponto que a autora desenvolve a compreensão sobre as comunidades, pois implica que os lugares, como os de encontro<sup>7</sup>, sejam internamente complicados. Eles não são simplesmente “comunidades” coerentes, uma vez que são composições de diferentes atores. “Em vez de focar-se em ‘comunidades locais’, o que esta visão enfatiza é que os lugares têm de ser negociados. E ainda assim, em respostas políticas do governo para a pobreza urbana nós ouvimos várias vezes invocações da ‘comunidade local’ de maneira completamente inquestionável” (MASSEY, 2017, p. 230). Para a autora, há a necessidade da palavra comunidade estar presente como forma de justificar os desejos de um grupo, mas sem distinguir que não é um grupo, mas sim, grupos diferentes de pessoas que ensejam ações distintas para cada um deles. Cada qual performa conforme suas demandas e, eventualmente, em uníssono, quando a demanda é para toda a extensão da abrangência, como foi o caso do IFRS *campus* Restinga. O termo “comunidade” ganha eco facilmente nos discursos, tanto dos atores quanto, atualmente, nas falas provenientes dentro e fora da instituição<sup>8</sup>.

A concepção da autora sobre a irredutibilidade do lugar apenas sobre sua existência, ou seja, sem contextualizá-lo no mundo em que se insere, é fundamental para compreender a marginalidade da Restinga. É o conjunto das diferentes necessidades, quase sempre partindo das individuais, mas que se traduzem nas necessidades coletivas, que vão pautar as ações das lideranças. Por mais que essa união em torno de um propósito comum tenha a roupagem de uma comunidade, ela é executada a partir de diferentes combinações e negociações, desde o vendedor ambulante de diferentes gêneros de produtos até as organizações dos órgãos públicos. Essa negociação é a forma encontrada de perpetuar a sociedade. Também é respaldada por Oberg (2018), cuja concepção de sociedade se relaciona com uma “[...] associação que decorre na linha do haver, os membros do grupo colocam em comum algo que possuem” (OBERG, 2018, p. 713). Assim, negociam sob o

---

<sup>7</sup> Encontro, aqui, significa mais do que o ato de encontrar-se. Ele é ampliado no sentido do que se encontra: são atores complexos que estão se encontrando e compartilhando vivências, experiências, territorialidades e compondo um lugar.

<sup>8</sup> Como professor do *campus* e atuante em diferentes espaços coletivos, é comum ouvir “é assim que a comunidade quer”. Cláudia, uma das interlocutoras e minha ex-aluna, uma vez me confidenciou: “professor, a gente sempre houve as pessoas dizerem ‘porque a comunidade quis isso, porque a comunidade demandou aquilo’, mas ninguém veio até nós e nos perguntou realmente o que queríamos”.

anonimato, pois o fruto da ação é coletivo e não individual, contudo, somam-se ao processo suas capacidades técnicas e seus interesses racionais.

Quando a autora salienta que a globalização evidencia ainda mais a distinção dos lugares, a partir da construção relacional da identidade, ela corrobora com a ideia da diversidade que a própria Restinga possui dentro de Porto Alegre sem perder, ao mesmo tempo, seu papel de existência, seja enquanto periferia criada no intuito higienizante produzido pela desigualdade do capitalismo; seja para liberar um espaço para que o próprio capital exerça seu papel de posse das antigas áreas para fins economicamente diferentes. E a diversidade também pode ser interpretada pelo seu sentido de composição da Restinga, ou seja, das múltiplas identidades que compõem o “restingueiro”. Ventura salienta que não pretende sair do bairro, pois os laços são fortes e mantenedores de vínculo: *“Aqui eu tenho amizades, como dizer um casamento, tem hora que a gente briga, outra hora a gente faz as pazes, mas a Restinga está no sangue da gente. Então quem é restingueiro [sic] de fato não larga a restinga. Quem sai volta, né?”*

A autora segue problematizando a questão do lugar, pois se apresenta como algo além de mero local de identificação, ou “lugares de encontro”, como ela se refere, mas como a manifestação mais clara das relações sociais, dos lugares negociados. Também pode-se questionar quais lugares são esses. A Restinga é só um lugar? Ou só um território? Ou ambos/vários? A construção da problemática enfatiza que ela parte de um lugar e se constitui como um conjunto de lugares que se materializam em outras relações mais complexas e únicas, que garantem uma identidade geral do bairro: o restingueiro.

Ventura, nesse quesito, demonstra sua ligação com esse lugar gerador de território: o vínculo é profundo, carregado de afetos e há uma apropriação intensa do lugar, gerando sua lugaridade, e ensejando defesas desse lugar. Quando Ventura diz *“quem sai, volta né?”*, ele carrega sua fala de afeto, de pertencimento, e consolida sua trajetória de reivindicações e dificuldades na materialização de seus feitos. Largar o bairro, nesse caso, não representaria apenas um sentido físico, mas também emocional, como é o caso de Djanira, moradora do bairro desde a década de 1980, interlocutora que não mora mais na Restinga. Ela foi uma liderança comunitária e esteve ao lado de Maria Guaneci no processo de implantação do *campus*. Embora

resida no bairro adjacente, segue atuando pela Restinga. A própria questão do lugar de moradia, dentro do bairro, torna-se indiferente, em certos momentos.

Essas relações e correlações que aparecem na Restinga, uma área marginal, também são manifestadas por Maria Guaneci, que também percebia a discriminação de morar ali, especialmente a partir dos jovens e adolescentes que buscavam um estágio. Ao informarem o bairro de residência, eram surpreendidos com um *“ah, mora na Restinga, já não tem mais vagas”*. Segundo a interlocutora, a pessoa poderia ter condições de competir pela vaga, mas havia essa cláusula de bloqueio. Ela disse perceber esse sofrimento nos demais adolescentes e nos seus filhos também, que dialogavam com os colegas de escola e que passavam por situações semelhantes, o *“quanto era difícil morar numa região onde havia um preconceito, uma região tão longe do centro, sem uma escola que te garantisse um curso técnico pra disputar uma vaga de trabalho”*.

As palavras da interlocutora representam uma concepção da palavra marginalidade no sentido ambíguo já manifesto — tanto no sentido da distância quanto no sentido penal-cível — o que denota preconceitos pelo estereótipo de ser morador da Restinga e da própria identidade. Contudo, também parece demonstrar a catalização de necessidade de mudar essa condição. A distância inibia o acesso ao trabalho ou estágio, reproduzindo a manutenção do *status quo* da periferia, ou seja, do estereótipo imaginário construído, o que, para ela, esteve presente desde que chegou ao bairro. A visão que se tinha da Restinga era de um lugar apavorante, ruim de se morar. Há trinta e dois anos, quando ela chegou ao bairro, reproduzindo, ainda, a migração voluntária motivada pela condição financeira, fruto da desigualdade social que impera na sociedade e que também era reproduzida no próprio local, pois, segundo ela, ao chegar na Restinga, *“eu comecei a perceber que faltava creche para os meus filhos, que eu precisava trabalhar, faltava tudo. Tudo! Eu preciso de um lugar decente para eu morar né, então eu comecei a me inserir nas lutas”*.

A precariedade, fruto da marginalidade mencionada, continuava presente, mesmo em 1988, ano em que ela se mudou para o bairro. As condições de melhorias foram sendo conquistadas aos poucos, contudo, ainda havia muitas necessidades. Nas palavras dela, as condições de habitação, que envolviam saneamento, oferta adequada de educação, como creche, que era sua necessidade particular imediata, naquele momento, bem como transporte coletivo, para seu deslocamento,

representavam a decência que ela buscava. Sua perspectiva também é defendida pelo que Massey (2017) chamou de mesa de negócios: suas necessidades naquele momento eram a creche. A necessidade de escola técnica de ensino médio apareceria à medida que os adolescentes daquela geração passassem a necessitar da infraestrutura. Ao mesmo tempo, isso também representa o próprio processo de maturidade da Restinga, pois conforme ela se desenvolve e amadurece, as necessidades passam a ser outras, desde que já satisfeitas as primeiras demandas básicas da população.

Não somente na visão de Maria Guaneci que a concepção sobre marginalidade vai aparecer, mas também na fala de Cláudia Maria da Cruz. Essa interlocutora é uma liderança comunitária e moradora da 5ª Unidade da Restinga, bastante próxima de onde o *campus* está instalado. Atualmente é estudante do *campus* Restinga — concluiu o técnico em Recursos Humanos, modalidade EJA, e, atualmente, cursa o superior em Tecnologia em Processos Gerenciais. Promotora Legal Popular (PLP), reside no bairro desde a década de 1990. Na sua visão, a perspectiva periférica se mantém presente desde a instalação da Restinga Velha, que “[...] ficou por toda vida com aquele estereótipo de que lá ficam os marginais, ficam as Vilas, porque lá também demorou [sic] muitos anos para a estrutura da Restinga velha ser concluída”.

A concepção da palavra é mencionada por ela nas distintas abordagens, envolvendo o estereótipo de ser morador do bairro, avançando no entendimento sobre o lugar como atribuidor da condição de ser restingueiro. Ela defende que, por não ter nascido no bairro, ela não é restingueira raiz, ao contrário dos seus filhos, que o são. Mas sua fala demonstra a indignação de ser taxada, ela e seus filhos, apenas por serem moradores dali, pois “*aqui ao contrário do que dizem ao longo desses anos, que aqui só mora vagabundo, só mora marginal, só traficante, pessoas de baixa índole, que é possível sim a gente sair de uma realidade precária, de vulnerabilidade social, e não se tornar aviãozinho ou administrador de boca de fumo sabe, ou o próprio dono da boca. Existem opções*”.

Nessa manifestação, é como se o destino do adolescente morador da Restinga, aos olhos externos, estivesse fadado ao envolvimento com o tráfico. Esse paralelo é traçado facilmente, pois a referência é de seu filho e muito presente. Ramon é formado pelo *campus* Restinga e, atualmente, é estudante de engenharia na UFRGS. Sua preocupação com a visão restrita e estereotipada do bairro está presente no seu

discurso, assim como com o deslocamento, pois a condição marginal implica que se busque quaisquer recursos na centralidade da cidade.

— *E aí a gente veio para cá, tu vê, quando que se ia imaginar que nós íamos ter um hospital, um hospital... é [sic] mais de 30 anos de discussão para gente ter um hospital aqui. Vários governos passaram e disseram, porque tinha o hospital mais próximo na Belém né [hospital Parque Belém, no bairro Belém Velho, distante 9 km da Restinga], 'ah tem que botar um hospital para atender aquela população', para se deslocar daqui para o centro, [...] que na época também [havia] a precariedade de locomover né, hoje quase todo mundo tem carro né, na época tu não tinha nem ônibus.*

Nessa passagem de sua fala, o sentido ambíguo da marginalidade se faz presente, contudo, o enfoque é na distância. Ela passa a ser o ponto convergente das necessidades dos moradores, pois os deslocamentos eram limitados e as escolas eram poucas. O hospital ainda não existia no bairro. E essa falta de transporte era compensada por quem tinha carro. Era comum ser a mesma pessoa que acabava colaborando com os vizinhos em situações emergenciais. Nelson foi uma dessas pessoas, pois quando ele se mudou para o bairro, possuía veículo, pois “*era absolutamente impossível sem uma condução*”. Não havia posto de saúde próximo e qualquer evento em saúde precisava ser encaminhado ao Hospital de Pronto Socorro ou ao Hospital Santa Casa de Misericórdia<sup>9</sup>, o primeiro, no bairro Farroupilha e o segundo, no limite do centro da cidade.

Cláudia segue versando sobre os estereótipos presentes, com destaque para os manifestos dentro do próprio bairro, como a distinção entre moradores da Restinga Velha, da Nova, da 5ª Unidade, entre as demais unidades<sup>10</sup>. Segundo a interlocutora, foi muito marcante o fato dela ter sido tachada pelo seu local de residência. No seu entendimento, havia uma repetição dos processos, como ocorreu entre a Restinga Nova e a Velha, ocorrendo, agora, com o seu lugar de moradia: “*Nós éramos os drogados, os aidéticos [sic], e os vagabundos, que vieram aqui pra Restinga. Diferente um pouco do que aconteceu lá nos anos 60*”.

Ela refere que sofreu o mesmo processo de atribuição de estereótipos que os primeiros moradores da Restinga sofreram. Essa uma área do bairro de ocupação

<sup>9</sup> Nos fundos do Hospital Santa Casa de Misericórdia, há os muros que protegiam a cidade, quando essa era reduzida ao que hoje é o centro.

<sup>10</sup> Para saber mais sobre as unidades vicinais da Restinga, consultar Gamalho (2009).

mais recente<sup>11</sup>, da primeira década dos anos 2000, e está localizada mais ao leste, próximo ao *campus* e ao Hospital, bem como ao acesso leste, para o bairro Lomba do Pinheiro (Figura 8). E, por ser recente, o processo de ocupação do local passou a ser observado pelos demais. “*Foram famílias que vieram de uma ocupação que eu acho que era a Manoel Elias, e foram colocadas numa quadra próximas das outras aqui, entendeu? Ficou tipo um foco na visão, esses né, esses aí são o foco*”. Cláudia aponta que esse evento a indignou profundamente e a motivou a ressignificar o estereótipo atribuído, não apenas pelos novos moradores da 5ª Unidade, mas o de restingueiro.

A inquietação de Cláudia é bastante emblemática. Assim como Ventura manifestou a existência de distinções e preconceitos entre a Velha e a Nova, o mesmo ocorreu com a 5ª Unidade a partir da sua instalação. Ao mesmo tempo em que o estereótipo da pobreza se manifestava naquela situação, a consciência da necessidade de infraestruturas resultou na aproximação com outras lideranças comunitárias ativas há mais tempo. Nesse espírito de engajamento, as forças se somaram, visando o atendimento, pelo poder público, das necessidades dos moradores do bairro como um todo. Aqui, o espírito de comunidade se camufla, pois é a conotação existente, contudo, a soma das forças se deu pelos focos de ação, o que levou ao apoio mútuo entre eles, resultando num relativo sucesso no atendimento de suas demandas. Ora, isso nada mais é do que uma forma coletiva de acordos em prol das conquistas necessárias, típico do arranjo de uma sociedade cônica.

Entre esses arranjos e lutas, veio à tona a situação marginal do lugar e do território, que se manifestava, especialmente, na necessidade de deslocamento para acessar a maioria dos serviços. A união entre essas lideranças mostrou-se efetiva para o enfrentamento da situação. Em tempos de orçamento participativo, era fundamental dialogar sobre a concentração de esforços para a reivindicação de infraestruturas. Assim, se estruturaram frentes de trabalho, onde cada uma delas era coordenada por uma liderança e suas ações estavam concatenadas com todas as demais, de acordo com as unidades da Restinga. Conforme os relatos dos entrevistados, as ações contavam com o apoio massivo da população, abrangendo as diferentes estruturas que a compõem.

---

<sup>11</sup> Existe uma outra área que está no entorno do *campus*, a Ocupação Vida Nova, que se iniciou em 2014.

Cláudia relata a participação de “guris” nas ações. Ela não descreve diretamente quem são eles, mas fez, na entrevista, uma intervenção, procurando entender quem representavam. Na sua fala, os guris são aquelas pessoas envolvidas com as zonas de influência do poder do tráfico de drogas, “[...], *mas os guris eram legal assim né, uns guri [sic] de respeito como se diz né*”, adiantou-se em fazer a defesa. Ao mesmo tempo, afirmou que “*hoje em dia, até bem menos*”, o respeito entre os “guris” e as lideranças existe. Entretanto, no período em que busco analisar, a interlocutora relata que essa aproximação existia pelo fato de que todos estavam numa situação de pobreza, incluindo as mães desses “guris” que não tinham moradia, não tinham escola, nem água, nem transporte. A luta era para todos, pois os benefícios das conquistas não eram isolados.

Entre as intenções de ações, estava a ressignificação do estereótipo de ser morador da Restinga, o restingueiro, como se fosse algo ruim, ou menor, ou de menos instrução, ou, ainda, de menor qualificação, e associado à distância física, coisa que se perpetua sobre o bairro. Cláudia, mais uma vez, relata situações em que sofre preconceito por ser moradora, desconsiderando quaisquer formações dela. O episódio mencionado estava no contexto do asfaltamento da rua em frente a sua casa. Quando ela questionava a qualidade e a profundidade da pavimentação, o engenheiro respondeu: “*a senhora estudou? Qual é a sua formação? Tu ‘estudou’ engenharia por acaso para poder me apontar e me dizer que o meu trabalho não está bom? Para quem enfiava o pé no barro essa m\*\*\*\* aí está muito boa*”, disse ele.

O preconceito narrado pela interlocutora transparece a forma como a população, de uma maneira ampla, mas não única, referia (e ainda refere) a Restinga: estereotipada e subjugada. No caso do engenheiro, que representava ali o poder público municipal, havia um prevailecimento da sua posição, por prestar um serviço para uma área periférica, como se não tivesse que ser no mesmo padrão para uma área nobre da cidade, mais uma vez, corroborando com o entendimento de Lefebvre (2001) acerca das estruturas do poder na cidade. Contudo, é um engano pensar que a população, por ser pobre, seria mal instruída ou que não teria capacidade de discernimento, questões essas que perpassam a construção da identidade do lugar de duas formas: como são vistos e como eles se sentem sobre isso. O sentimento de como são vistos pode resultar na sua acomodação e aceitação ou na demonstração do contrário. Essa última tem sido o objeto de trabalho das lideranças: demonstrar que

a Restinga é um lugar de pessoas batalhadoras e que vão atrás de seus direitos, com êxito.

Um tipo de prevaecimento, frente a esse episódio, parece ser aquele onde a educação é vista como um favor e não como um direito. Parecia transparecer um pouco essa perspectiva via governo municipal, especialmente, pela situação de pobreza presente. Acaba, também, prevalecendo o poder hegemônico financeiro e social na manutenção das desigualdades, como se a coisa pública não fosse digna de ter qualidade ou de não ser durável, assumindo o discurso do capital pela diminuição do Estado.

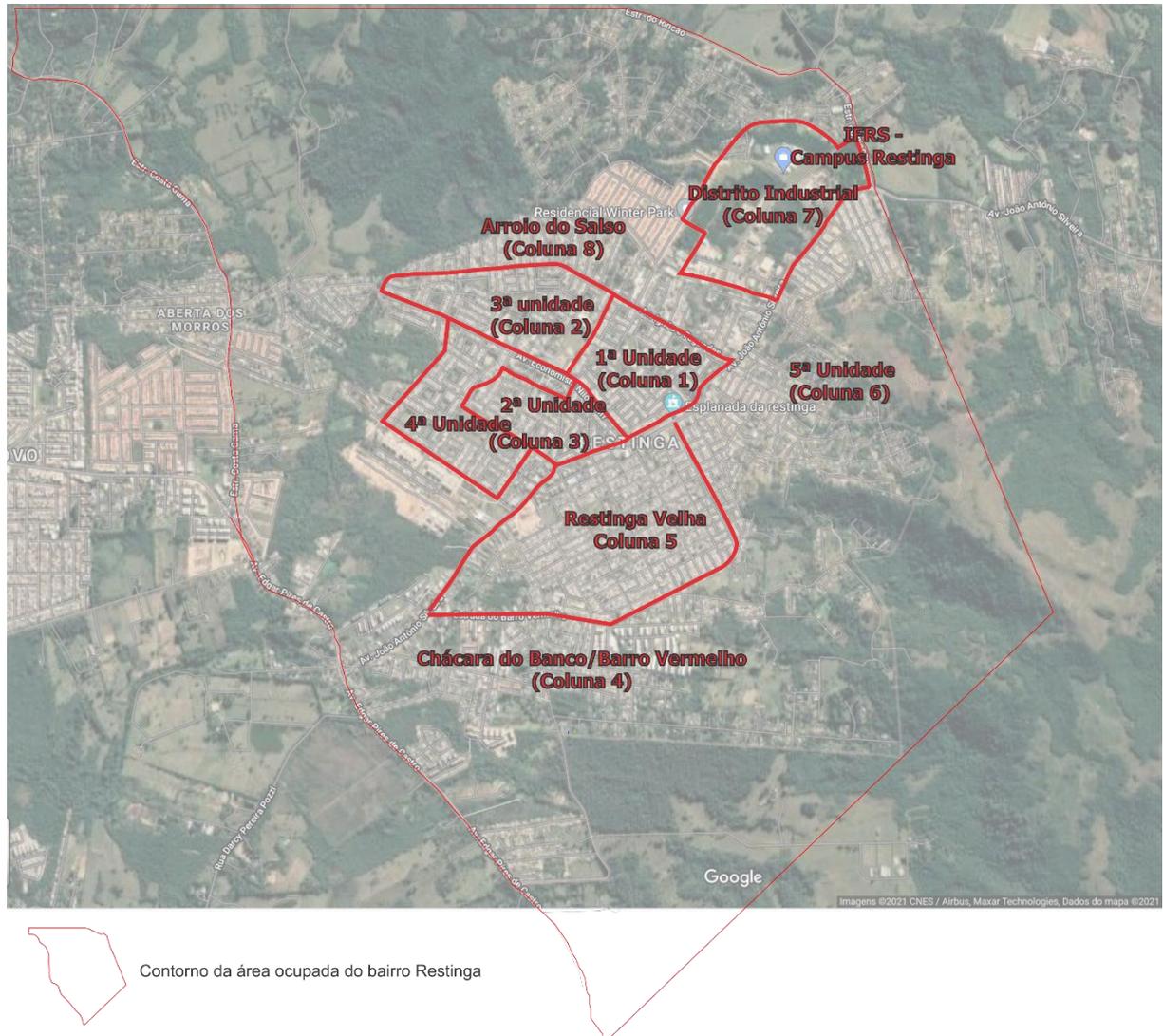
A título de curiosidade sobre o episódio com o engenheiro, a situação terminou da seguinte forma:

*— E aí eu disse pra ele “qual é o meu grau de estudo não te diz respeito, e digo mais: tu fala mais alto pro pessoal ali das casas escutar que eles enfiaram o pé no barro, que pra essa m\*\*\*a tá desse jeito tá muito bom”. Bom, depois eu consegui tirar ele daqui né. Eu disse que nunca mais deixo esse cara botar os pés aqui porque senão eu vou chegar para os guris sabe, e vou dizer pra eles que ele vem aqui humilhar os pobres, que vem aqui e mete o pé no barro e tem que ter uma m\*\*\*a aí de serviço. E aí tiraram ele daqui, porque eu disse “senão eu mesma vou pular no pescoço dele”.*

Mais uma vez, “os guris” assumem a função de poder nesse lugar. Essa posição seria ocupada, originalmente, pela segurança pública ou, até mesmo, pelo ministério público na mediação de conflitos. Contudo, como esses serviços prestados pelo Estado estão omissos ou extremamente lentos nas regiões periféricas, o poder paralelo os assume, de forma célere e disponível, à parte da legislação institucional própria para tal finalidade. A própria fala de Cláudia é sintomática nesse ponto, pois, em flagrante ação preconceituosa e desrespeitosa, a norma sugere chamar a polícia. Contudo, ela nem pestanejou em demonstrar quem exerce o poder naquele lugar, transformando-o num território, mais um dos que Haesbaert (2018) menciona que compõem a multiterritorialidade. Cláudia, além de ser moradora da 5<sup>o</sup> Unidade, é mulher negra, promotora legal popular e religiosa de matriz africana.

Ela soma-se às demais lideranças que buscaram melhorias para a Restinga, incluindo o *campus*, pois alinhava-se à carência de instituições de ensino presentes no bairro. Maria Salete compartilhava da mesma visão. Segundo ela, no Barro Vermelho, havia um alto índice de escolaridade baixa e evasão escolar. A maior responsável pelo fenômeno, segundo ela, era a distância a ser percorrida para se

conseguir estudar, mesmo dentro da Restinga, pois a localidade é mais afastada em direção ao sul (Figura 8).



**Figura 8.** Imagem de satélite Restinga. **Fonte:** Imagens ©2021 CNES / Airbus, Landsat / Copernicus, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2021 — Maps Google.

A localização do Barro Vermelho, citado, também, por Cláudia, é periférico em relação à Restinga, conotando um estereótipo correlacionado com aquele atribuído à 5ª Unidade. Contudo, isso não impediu a participação e as lutas individuais, que se somavam ao coletivo. Maria Salete menciona a dificuldade de conseguir ensino médio aos seus filhos. Todos concluíram o fundamental, mas foi bastante desafiador conseguir a próxima etapa de ensino: *“A maioria dos que começaram não conseguiram terminar. Em algum ponto, por causa de dificuldades financeiras eles tiveram que começar a trabalhar”*. E como as possibilidades de estágio ou de trabalho estavam localizadas fora das imediações do bairro, as jornadas passavam a ser muito

exaustivas. Em alguns casos, os adolescentes saíam próximo das 7h e só retornavam passando a meia-noite. A longa jornada é um fator que colabora e muito para os baixos índices de escolaridade. Em dados momentos, o estudante passa a ter que optar, devido ao cansaço, e as famílias não possuem estrutura financeira para manterem-se sem a renda extra. A desistência dos estudos é uma realidade e é uma das razões para a necessidade da oferta de ensino de jovens e adultos na Restinga, o que é realizado por um bom número de escolas, incluindo o *campus* Restinga.

O sentido ambíguo da marginalidade transparece na fala de Maria Salete e corrobora com as demais interlocutoras. Além disso, é sintomática a forma como o estereótipo faz parte da identidade dos moradores do bairro, ainda que de uma forma diferente, como já mencionada anteriormente na fala de Nelson, onde aparece introjetada na construção identitária do restingueiro. Notem como essas concepções aparecem nas falas, por vezes de forma velada e sutil, na sequência desse parágrafo e do próximo. Durante a entrevista com Maria Salete, argumentei sobre o episódio em que a distância se apresentava como um fator de impedimento de acesso à escolarização. Na resposta da interlocutora, apareceu a menção à marginalidade, nos dois sentidos da ambiguidade: o primeiro pela necessidade de deslocamento dos filhos para o trabalho, e o segundo em que todos os filhos seguiram pelas vias legais de geração de renda. O trabalho significava, conforme ela, uma forma de poderem complementar a renda e adquirirem aquilo que os pais não tinham condições de oferecer aos filhos. Aliás, na noção da necessidade de trabalho, pelo contexto periférico, precário e excludente que vivem, já está presente desde cedo no cotidiano das crianças e adolescente. Não trabalhar é o inconcebível: *“E eu dizia ‘a mãe não tem condições de dar aquilo que você quer, tá na hora de vocês correrem atrás daquilo que vocês querem’”*.

O trabalho ocupava um tempo precioso na adolescência deles, mas, paralelamente, os ocupava. A ambiguidade da marginalidade se faz presente tanto pelo tempo necessário ao deslocamento quanto pela ocupação no trabalho, uma vez que as opções de lazer no bairro eram insuficientes ou, por vezes, inexistentes, a ocupação ao tráfico sempre se mostrava uma opção rentável e no horizonte das famílias. *“Eles chegarem em casa e não terem um tempo adequado para estudarem. O que aconteceu, só para dizer uma coisa, dos dez filhos que eu criei, eu consegui salvar todos. Isso é uma vitória”*, completa Maria Salete.

Na sua fala, salvar todos significa que não teve nenhum filho envolvido com o tráfico de drogas, que todos assumiram rumos dentro das convenções sociais. O contexto do referido tráfico é presente em várias das falas, ora com sutileza, ora sem. Embora faça parte da Restinga, ele é dimensionado de uma maneira pelos moradores, contudo, é visto de forma exacerbada pela sociedade financeiramente hegemônica e que possui acesso facilitado às estruturas do poder público. Além disso, o discurso da relativização do tráfico de drogas esconde outras facetas, pois, para a sociedade moradora do bairro, de uma forma generalista, há a aceitação do fenômeno como parte da sua estrutura, contudo, é rechaçado no seio familiar. A aceitação desses limites demonstra o alinhamento dessa perspectiva traduzida nas palavras de Massey (2017) sobre as negociações presentes na comunidade, na medida em que há essa relativização do impacto dessa marginalização.

Nídia Maria de Andrade de Albuquerque também é uma liderança comunitária, atua na educação infantil, presidente da Associação dos Moradores da Vila Restinga. Atuou nos movimentos de mobilização para a aprovação e instalação do *campus* Restinga. Mudou-se para a Restinga já no final da década de 1980, mesmo que não quisesse: *“quando me disseram que eu vinha pra Restinga, deu muito contragosto. Eu não vou para lá, porque eu não quero saber de ir para lá”*. O preconceito sobre o lugar era existente.

A interlocutora mudou-se para a Restinga por ser esposa de policial militar e seu marido ganhara uma promoção para subcomandante, cuja condição era assumir o batalhão do bairro. Assim que ali chegou, inseriu-se nas comissões dos movimentos comunitários para o alcance das infraestruturas, ora carentes e alvo de reivindicação. A primeira que fez parte foi a do plano diretor e participou, sucessivamente, até culminar com a da vinda ao *campus*. *“Essas comissões trabalhavam em prol de trazer, por exemplo, o SASI, que hoje nós temos aqui”*. Também havia a comissão de saúde e dos transportes, esse último que visava melhorar o transporte urbano para o bairro, bem como implementar a linha rápida até o centro da cidade. É comum, ainda nos tempos atuais, levar em torno de 1h e 30 min de deslocamento de ônibus regular ao centro da cidade. A linha rápida encurta esse tempo em torno de 20 a 30 min. Outras comissões que ela também mencionou participar eram para a vinda dos bombeiros e de uma agência bancária, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul).

Nídia demonstra, em sua memória, que a inserção em movimentos comunitários estava disponível para quem quisesse fazer parte e que era a métrica para fazer chegar as estruturas públicas necessárias à Restinga. Os movimentos promoviam a inserção do bairro à centralidade, pelo menos na extensão das políticas públicas estabelecidas para o município de Porto Alegre. Essa era a forma de dar autonomia ao bairro, melhorando a estrutura de transportes, pela instalação de agência bancária, de cartório, de batalhão de corpo de bombeiros, brigada militar, postos de saúde e melhores condições de educação. De acordo com ela, a vinda para o bairro a permitiu crescer, de forma autônoma:

*— Então, aqui eu aprendi a viver, aqui eu aprendi a lutar, a Restinga foi a minha faculdade da vida. Que aqui eu aprendi a conviver com as pessoas, aqui eu aprendi a lutar pelo que eu quero, eu aprendi a ser humanitária, eu aprendi que eu tenho que estender a mão, eu aprendi que eu tenho que lutar pelas benfeitorias, não só pra mim, pelo coletivo... então ali foi uma escola da vida. E eu gosto daqui, se hoje tu me disser assim “eu vou te dar um dinheiro pra tu sair da sua casa”, não tem quem me tire daqui.*

As palavras de Nídia demonstram o quanto ela foi cativada pelo lugar, ao mesmo tempo em que foi parte dele. A sua construção representa, de certa forma, o lugar: a soma dos objetos presentes, os sujeitos e as ações decorrentes deles, todos sendo uma única coisa. Cada fala dos interlocutores deixa bastante explícita, entre outras palavras-chave, a reivindicação e a conquista. Nesse contexto, tal palavra assume seu significado em ambos os lados da relação: tanto de Nídia em relação à Restinga como o contrário. Ela participou dos movimentos sociais para reivindicar e conquistar benfeitorias ao bairro bem como foi conquistada pelo bairro. Compreendo que a dimensão do sentido do lugar, para o bairro, advém dessas trajetórias de movimentos sociais que almejam as infraestruturas e, uma vez conquistadas, depois de muito trabalho, elas são cuidadas para evitar sua depredação. E é um sentimento expresso por diferentes pessoas em situações distintas, logo, um pertencimento presente no coletivo.

Esse pertencimento — essa identidade própria — reforça os laços de ser restingueiro (de fato ou de coração) e assume um papel de defesa desse lugar, ao ponto de ser concebido como um território. Mesmo nos temas mais sensíveis, como a ambiguidade da marginalidade, há a defesa. Essa se relaciona ao estereótipo mencionado, reforçando a propriedade de fala a quem mora na Restinga. A interlocutora deixa bastante evidente o fato quando expõe sua posição sobre o

contexto do tráfico e consumo de drogas ilícitas no bairro, ao narrar um episódio onde uma pessoa teria dito que a “cracolândia”, em São Paulo, estaria aquém em relação à Restinga, devido ao elevado número de pontos de venda de drogas, oriundas do narcotráfico. Ela respondeu, discordando, que de fato existem pessoas que vendem drogas ali, mas que esse fenômeno está presente em todas as cidades, em todas as capitais. Em seu argumento, expõe sua compreensão sobre os territórios do narcotráfico e como as relações de poder entre facções ocorre. *“Que existe gangues aqui dentro, não é nosso privilégio, porque existe as milícias no Rio. Tem aí as facções, tem em todo lugar.”*

Mas por que a recorrência de trazer o tema do narcotráfico para uma tese que versa sobre o lugar/território? Eu o apresentei em todas as falas que, assim como as reivindicações e conquistas, também estão presentes. A explicação é pela lógica do estereótipo que acompanha o bairro desde sua fundação, a partir da aceção de que a Ilhota “*era um lugar de marginais*”, assim como a Colônia Africana e assim como é inferido de que a periferia é um lugar de marginais. Os moradores compreendem isso e assumem a sua existência, mas rompem com a hipocrisia da negação e promovem o questionamento: mas não é assim em todos os lugares? A incidência de atividades criminosas não é exclusiva dos bairros periféricos, mas sim, da sociedade brasileira de forma geral e de vários outros países. O narcotráfico é global e se manifesta na particularidade do lugar. Contudo, faz parte do cotidiano, como Nídia define, ao afirmar que não é um privilégio nosso. Assumir, com consciência, e compreender a abrangência do fenômeno e suas interfaces permite uma apropriação maior do espaço ocupado, pois é um dos fatores que são levados em conta: a participação “*dos gurus*” nas ações é um exemplo disso.

Entre outras análises possíveis, está o lugar-comum concebido, como um mecanismo gerador de ações. Esse conjunto de necessidades, de consciências diversas entre cada uma das lideranças comunitárias entrevistadas demonstra a metodologia de ações. O processo de trabalho é tão importante quanto o resultado, pois acrescenta conhecimento aos envolvidos. Isso se torna uma espécie de métrica que instaura um conhecimento a partir do coletivo de como as ações reivindicatórias são organizadas. Embora não estejamos, aqui, versando, ainda, sobre o espaço escolar, a trajetória de lutas também foi uma “escola” para as lideranças comunitárias, portanto, é possível realizar a analogia, que está alicerçada em Rego (2010), e que

será debatida mais profundamente no contexto da concepção pedagógica do *campus* Restinga.

Há um contínuo processo dialógico entre o contexto que se apresenta, ou seja, aquilo que está em torno das diferentes lideranças, como as ausências do poder público, as precariedades, o restingueiro, o narcotráfico, as degradações ambientais, as dificuldades; com aquilo que perpassa por entre eles, nas suas rodadas de discussões, como a ressignificação de estereótipos, como a esperança de melhores condições de educação, com melhores infraestruturas de espaços de esporte e lazer, de acesso à saúde. Quando essas questões perpassam o diálogo, há uma interpretação do lugar que promove uma ação, essa, a partir de uma análise de conjunto, onde a apropriação desse lugar possui um papel relevante. Quanto maior for essa apropriação, mais qualificada e sofisticada será a análise sobre a possibilidade e a estratégia, que inclui os passos metodológicos, para se enviar a demanda e atingir o objetivo concebido: “Esse processo de diálogo, pesquisas e talvez de ações, relativas a um tema do meio *em torno* mais proximamente vivido, resulta frequentemente em retornos do que foi refletido no meio *entre* para o meio *em torno*, em alguma medida modificando-o” (REGO, 2010, p. 47, grifos do autor).

As palavras de Rego (2010) sintetizam o método de articulação entre as lideranças comunitárias e, em suas falas, acabam representadas na interpretação da leitura. Infelizmente, não é possível transcrevê-las todas para dentro dessa análise. O lócus de aprendizagem é deslocado, pois não se trata, nesse contexto, da educação formal, visto que é um espaço de aprendizagem do cotidiano, da emancipação dos sujeitos e da construção de um bairro. Contudo, as necessidades de infraestruturas estariam representadas pelo meio *em torno*, enquanto as ações articuladas estariam representadas pelo meio *entre*. No processo dialógico da sequência de ações ao longo do tempo, imprime-se a necessidade de novas ações emancipatórias e a consciência de sua importância para a essa construção de sujeitos. Esse sentido é tanto performado por Nídia quanto por Cláudia.

Nídia afirma:

— *A Restinga é diferenciada dos outros lugares, aqui é um lugar diferenciado. Os nossos costumes são diferentes dos outros lugares. A nossa vontade, a nossa sede também [...] porque aqui na restinga é assim ó, ou se ama tudo ou não se ama nada. E entre não se amar nada e se amar tudo, a gente ama tudo.*

A minha compreensão, analisando os fenômenos e eventos expressos pelos interlocutores, é que essa diferenciação é causada pela necessidade e foi (e ainda é) o motor das ações previstas pelas lideranças comunitárias. É essa consciência de necessidades que vai levar à reivindicação e à conquista do *campus* Restinga. Cláudia também defende a consciência de luta: “*então foi realmente esse pensamento ‘não, a gente tem que lutar, e se sair aqui na Restinga, melhor ainda’*”. Tal afirmação decorre da disputa para a instalação do *Campus*, que poderia ocorrer ali ou no bairro Partenon. Segundo a interlocutora, “*foram as nossas lideranças que lutaram, num primeiro momento pra ter direito a esse campus, no caso a escola técnica na época*”.

Alinhada à consciência da necessidade, está a consciência dimensional do bairro, da sua magnitude em relação aos outros municípios do estado, especialmente, pela dimensão da população residente e de suas necessidades básicas. “*Ah! Não vamos botar lá na Restinga que é longe pra caramba né, e depois tem a questão da falta de segurança? Vou te dizer que as pessoas não raciocinam. Só aqui a minha comunidade Tiago, ela é maior que muitos municípios*”. E foi a partir dessas concepções que o movimento pela conquista do *campus* Restinga do IFRS se justificou.

Além da necessidade de melhorar a infraestrutura de educação disponível no bairro, há também uma tendência de autonomia, essa ligada ao propósito emancipatório da população. Essa emancipação toma o sentido de disponibilizar todos os serviços que a população necessitaria sem precisar sair do bairro, visto que a distância se configura como um entrave. Partindo dessa premissa, ocorreram as primeiras instalações de escolas e postos de saúde na Restinga Nova, apesar da luta ser dos moradores da Restinga Velha e, posteriormente, por todo o bairro. Esse conjunto de ações, perspectivas, apropriações, afetos e amores, vai caracterizar algo próximo do que Holzer (2013) compreendeu como geofricidade, pois, no bairro, parece ser assim que se expressa essa materialidade do espaço geográfico, com todas as contradições que uma periferia pode apresentar. Ao mesmo tempo, compartilhando as vivências cotidianas com o que ele chama de lugaridade, essa que expressa exatamente a relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos que, como pausa, como vivência íntima, arrumam e delimitam os espaços. Curiosamente, Holzer (2013) vai usar a mesma referência de Haesbaert (2018) para compreender a multiterritorialidade, que é uma citação de Heidegger, ao afirmar que

o limite não é onde alguma coisa termina, mas sim, onde ela começa. Essa concepção sobre o começo de algo, motivado por um rompimento, envolve compreender os limites como potencialidades. Na Restinga, isso se manifestou na condição ao qual ele surgiu, pois representava o limite mais baixo da precariedade. Essa condição foi apropriada como motor para mudança dessa condição, portanto, geradora de movimentos. A conjugação de diferentes grupos que para ali foram, formaram a Restinga Velha, as Unidades Vicinais que compõem a Restinga Nova, o Barro Vermelho etc., e possuem marcas do lugar individualmente, definindo, de forma invisível, os territórios. Isso também vale para as zonas de narcotráfico. Para Holzer (2013), esses “[...] territórios se apresentam como a afirmação da identidade, do comum-pertencer de determinado grupo, ou mesmo de um indivíduo, a partir dos lugares”.

Por fim, uma reflexão sobre o contexto trazido nessa primeira parte está nessa diferença entre o lugar onde mora e o lugar onde atua, seja na exata medida em que se avalia o quanto cada pessoa luta por aquilo que compreende, individualmente, permeada pela discussão coletiva, ser o melhor para si e para os demais que compartilham do mesmo lugar. Parece ser nessa dimensão, de luta, de empoderamento, que o lugar expressa sua dimensão territorial, mas, ainda assim, não deixa de ser o seu lugar: a territorialidade, que, no entendimento de Holzer (2013), é a expressão de um comportamento vivido. Essa diferença é claramente evidenciada na Restinga, no processo de conquista por um *campus* de um IFRS, pois foram as comitivas de representantes das associações de bairro que o trouxeram, e não um movimento político-partidário.

### **3 ENTRE A MARGINALIDADE, REIVINDICAÇÕES E CONQUISTAS, HÁ UM CAMPUS RESTINGA**

Até agora, trouxe um olhar geográfico sobre o processo histórico de constituição do bairro, pela vivência narrada pelos nossos interlocutores. A partir desses olhares distintos, aqui sintetizados, percebe-se o aparecimento das relações e contrariedades que são interpretadas em conceitos para a geografia, como foi apresentado. Na primeira parte, algumas palavras se destacaram, como marginalidade e suas derivações para marginal e marginalização. Acompanharam a palavra precariedade e, especialmente, as palavras reivindicações e conquista. A primeira e suas derivações estiveram muito alinhadas ao estereótipo de ser restingueiro e, também, a uma condição ambígua: estar à margem das leis, no seu sentido jurídico-penal da palavra marginal, e estar à margem da cidade, do Estado, da sociedade, ou seja, uma condição marginal, associada, também, ao histórico das políticas de “higienização” do município (GAMALHO, 2009).

Essa característica, atrelada ao que foi promovido pelo Estado, balizada pelos interesses hegemônicos do capital excludente que organizou a pobreza na periferia, gera contradições: a distância da localização do bairro representa, também, a justificativa para o Estado não promover as infraestruturas necessárias, uma vez que se encontra distante, quer seja fisicamente, quer seja pelo processo de invisibilização da pobreza. Nesse ambiente, novas relações se estabeleceram e formas de poder alternativas se constituem, entre elas, as não previstas legalmente. A lacuna deixada pelo poder público acabou sendo exercida pelo poder paralelo, exercido, entre outros, pelos pontos de venda de drogas. Mas decorre, justamente, da ausência do Estado, a busca pela presença dele, traduzida em melhorias nas linhas de ônibus, para diminuir o tempo e “encurtar” as distâncias, bem como melhorias nos serviços básicos, como saneamento, comunicação e energia, incluindo aqui a educação, saúde, segurança. Também se busca a oferta de serviços bancários, notariais e jurídicos, incluindo a assistência social, entre outros.

Todas essas melhorias se traduzem em conquistas, frente a reivindicações anteriores, muito lutadas pelos moradores. Essas batalhas foram sofridas e, portanto, o fruto delas é dotado de cuidado e zelo, para que não se deteriore a ponto de retornar à precariedade inicial que justificou as movimentações. Em síntese, lutaram e lutam para conquistar aquilo que o poder público não proveu, ou seja, lutam para que esse

poder assumam suas responsabilidades. Todos esses movimentos são observados como fenômenos do cotidiano, do vivido, representados pelas pessoas entrevistadas e, também, na perspectiva dos eventos encadeados, cuja necessidade se consolidou pela construção das características próprias dessa sociedade organizada, que busca, a partir da consciência da escassez, recursos para o bairro, dentre eles, um *campus* do IFRS.

Assim, esse cenário constitui-se e se desenvolve a partir dos acontecimentos. Torna-se um meio fértil para o surgimento de ações, produzidas pelos atores que dele participam e que se refletem nesse mesmo cenário e sobre os demais atores envolvidos que o compartilham. A proposição de ações também é possível porque há pessoas que as identificam e dialogam com os demais atores, resultando num processo contínuo e retroalimentado de diálogo, proposições e estratégias. Cada ação é um evento que se conecta a outros e, assim, se desdobram em sucessivos outros eventos encadeados, mas, ainda assim, únicos daquele contexto. Uma compreensão sobre fenômenos e eventos pode ser encontrada em Tuan (2015) e Santos (2006). Garantirá essa atenção que não será confundida com atenção ao evento, mas, sim, atenção à inscrição do evento como fenômeno nas mentes. Contudo, essa atenção, inspirada em Tuan (2015), não garantidamente discernirá a outra inscrição: do mundo no lugar, da teia de objetos e ações com causa e efeito e que atinge tanto as variáveis internas já existentes quanto novas que se internalizarão.

Do conjunto das ocorrências, se sobressaíram algumas questões-chave, como o estereótipo de ser morador do bairro, com uma conotação discriminatória, associada à marginalidade, compreendida no seu sentido ambíguo (legal e distante); e as conquistas, essas tanto para cada ator quanto para toda a coletividade, traduzindo-se em melhorias para o bairro de forma ampliada. Nessa relação de reivindicações e de conquistas, notamos também um efeito reverso: uma vez ocorrida a efetivação do serviço solicitado por uma liderança ou coletivo, o sentimento de conquista mencionado pelos entrevistados ecoa e aumenta uma espécie de orgulho de ser da Restinga, ressignificando o estereótipo marginal para um povo batalhador. Na entrevista de Maria Salete, essa questão é evidenciada quando o bairro deixa de figurar majoritariamente nas páginas policiais dos jornais e passa a figurar nas páginas sobre educação.

Ao longo dos anos, esse cenário foi permeado pela precariedade extrema, na sua instalação e, de outro modo, motivadora, pois o conformismo nunca ocorreu. A precariedade foi motivação de ações para diminuí-la e, dentre essas, a pauta educacional tomou corpo, especialmente quando a segunda geração presente no bairro entra em idade escolar. As discussões coletivas das lideranças comunitárias passaram a considerar essa dimensão, que é bastante presente na fala de Maria Clara. Segundo a interlocutora, foi em *“1989, por aí que nós começamos, porque muitas das nossas crianças aqui já tinham se formado né, precisava fazer algo, ingressar no terceiro ano, vamos dizer assim”*. Ao perguntar se era uma referência ao segundo grau, que se efetivou alguns anos depois, sua resposta foi *“segundo grau, faculdade, a coisa toda”*.

Na sua fala, há a evidência de que a *“Restinga não tinha condições, a gente sonhava, achei um sonho muito, muito, muito grande, muito alto, que graças a Deus veio a se concretizar”*. A necessidade de mais escolas esteve consoante com o evidente aumento populacional (algo que até hoje é tema de debate entre a população), pois o pensamento à época era *“onde é que nós vamos colocar essa juventude pra estudar?”*. O aumento da demanda estava relacionado ao advento do estímulo a índices educacionais maiores, como resultado do fim da ditadura, promulgação da nova constituição de 1988, nova ordem mundial e advento da internet — não que ela tenha atingido diretamente a Restinga no início dos anos de 1990, pois trata-se de uma área periférica, materialização da desigualdade da estrutura do capital. Alguns anos depois, a LDB consolidaria o estímulo à escolarização da população, especialmente aquela em idade escolar e propondo alternativas para quem estava fora desta, como a educação de jovens e adultos.

O cenário de abertura política que estava presente possibilitava sonhos que antes não eram possíveis. A organização das lideranças era o alicerce necessário para que políticas públicas fossem implementadas no bairro. Havia vários desafios e dúvidas, *“quem sabe... pode ser até que fique no caminho o nosso sonho, mas a gente teve que criar coragem para lutar, para a construção da Restinga, necessidade básica”*. Maria Clara se encorajava para buscar mais uma infraestrutura para o bairro, assim como tantas outras que advieram pelo movimento dos moradores. Em 2006 o governo federal iniciou o planejamento para implementar a política de expansão da rede federal de ensino técnico, bem como a ampliação da rede federal de educação

superior. Os movimentos dos moradores do bairro parecem ocorrer num mesmo formato: mobilização popular, reivindicações, cobrança dos políticos, acompanhamento da implementação e manutenção do equipamento conquistado.

Todas essas etapas aparecem no texto, com a cadência de seu aparecimento e expressas com o caso do *campus* Restinga. Nessa visão, o entrelaçamento dos conceitos geográficos se manifesta e dialoga fortemente com a contribuição de Massey (2017) sobre a responsabilidade e sobre o cuidado.

### 3.1 A NECESSIDADE DE MELHORES CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO

Maria Clara contribui nessa perspectiva, afirmando que o movimento partiu do *“nosso interesse, a nossa política é uma política conjunta, política comunitária. E nós sofremos porque sempre tem alguém que monta em cima da política comunitária para poder crescer”*. Esse movimento resultou em sucessivos encontros coletivos que foram moldando as ações conjuntas para que o objetivo final fosse atingido. Conforme a interlocutora, *“batemos de porta em porta, fazíamos muitos encontros, muitas reuniões, muitos convites às pessoas”*. Dessa conscientização, muitas se engajaram à causa. Ela contextualiza, ainda, que já existia uma certa profusão de lideranças comunitárias pela Restinga e todos eles desejavam o *campus*. Dessa união, surgiu a força necessária para vencer as etapas seguintes. O processo de conscientização da sua necessidade foi encampado, especialmente, por Maria Guaneci, que assumiu sua coordenação.

O número elevado de lideranças que se comprometeram com a busca do *campus* foi um fenômeno que merece ser destacado, pois o conjunto delas possibilitou a pressão sobre os governantes, sobretudo, na esfera municipal, cuja dificuldade de diálogo e de ações quase resultou na perda do *campus*. Maria Clara nos diz que *“não era uma nem duas pessoas, eram várias. Houve uma resistência muito grande entre o município e o Governo Federal em causa do espaço [para a instalação do campus]”*. Essa forma de buscar os equipamentos urbanos por meio da pressão ao poder público retrata bem as negociações que Massey (2017) se refere, pois trata-se disso: um conjunto de pessoas convencidas de que é necessária a implantação de uma escola técnica no bairro, de modo a diminuir as desigualdades sociais produzidas pelo próprio Estado e das ações do capital.

Assim, demonstram que estão socialmente organizados, pois as tarefas eram distribuídas entre eles. Nas reuniões, havia encaminhamentos para cada ação proposta e desencadeada. Na visão de Maria Clara e Ênio, o resultado disso é bastante positivo: eles se sentem parte do processo e se sentem representados na coisa conquistada — ao encontro do entendimento de Serpa (2019) no processo de construção de símbolos que ficarão presentes na paisagem. Segundo eles, “*nós entregamos para a comunidade. Eu digo ‘nós’ porque nós somos maiores, a gente não contribuiu com dinheiro, mas contribuiu muito com a luta e a esperança*”. Essa, inclusive, permeia a população do bairro. Desde o início, depois da remoção, era o maior sentimento. No contexto da implantação do *campus*, ter disponível e acessível uma escola com essa finalidade significava a diferença, uma verdadeira revolução nas possibilidades de campo de trabalho, o que justificaria todo o trabalho empregado. Segundo a interlocutora, “*nós fizemos muito esforço para aquela comunidade que não tinha condições para sair da Restinga, para estudar. Então existia aquele espaço, aquela construção que era nosso [o campus], que era de direito nosso, então vamos ocupar*”.

A falta de opções de escolas também é mencionada por Nelson. A sua referência de escola técnica era o Parobé, pertencente à rede estadual e, ainda assim, centralizada. Ele trabalhou como técnico em telecomunicações e a referência de ter um curso técnico era bastante cristalina. Diz ele em seu relato: “*sempre senti falta desse curso profissionalizante*”. Havia poucas opções para cursar a formação básica no bairro e o interlocutor parecia considerá-las ineficientes para a vida profissional: “*porque com segundo grau, tu ia fazer [sic] o que*”? Segundo ele, as opções estavam limitadas a avançar para um curso superior, mas, ainda sem uma profissão definida, portanto, concluir o ensino médio era considerado insuficiente para concorrer a uma vaga de trabalho sendo morador da Restinga. Possuir maior qualificação era a necessidade para concorrer em igualdade à mesma vaga, quando comparado aos moradores dos bairros mais centralizados e não estereotipados, conforme seu relato. O estereótipo de restingueiro era um condicionante negativo. Esse ponto é interessante de observar sobre o que é necessário a uma população periférica, com grande presença de pretos e pardos em sua composição, para atingir a equidade na busca de uma vaga. A consciência da falta de equidade que os acomete, embora não alvo principal desse estudo, é um dos motores da construção de suas ações

reivindicatórias — ao cabo, tudo foi feito para se conseguir um pouco mais de equidade, mas a desigualdade do capital é mais cruel e severa.

Além disso, a falta de opções de escolas era evidente naquele período: “*e segundo grau, quando acabassem as vagas aqui, nessas duas escolas, tinha que ir lá para o Julinho, lá para o próprio Parobé, que era segundo grau também*”. Esse evento demonstra, novamente, a desigualdade presente no bairro, aquela enfatizada por Santos (2006), quando caracteriza o lugar. Essas características, que estão presentes na fala de Nelson, expressam as dificuldades de estar da periferia. Outros dilemas promovidos pela distância entrecruzavam a necessidade educacional. Os ônibus, “*era uma vez na vida e outra na morte (risos)*”. Havia poucas linhas de ônibus e, independente delas existirem, o tempo de deslocamento até as escolas disponíveis no centro correspondiam a 1h e 30min, para cada trecho deslocado. Assim, ter uma escola técnica na Restinga resolvida dois problemas de uma vez só: qualificação e superação da distância e de estereótipos. “*Então nós achamos que tínhamos que trazer uma escola de peso, de preferência profissionalizante*”. Essa necessidade surgiu quando o governo federal acenou para a expansão da rede técnica, conforme mencionado anteriormente.

A Lei nº. 9.649/1998 imputou, no art. 47, severas restrições para a expansão das escolas técnicas federais. Ela alterou o art. 3º da Lei nº. 8948/1994, cuja redação do § 5º versava sobre a expansão da oferta de educação profissional, quando da criação de novas unidades de ensino por parte da União, passaria a ocorrer apenas em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, e essas seriam as responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Nessa mesma alteração do artigo 3º, também houve a alteração do § 7º, que destinava à União autorização para realizar investimentos em obras e equipamentos, mediante repasses financeiros para a execução de projetos a serem realizados nas instituições. E caso os valores recebidos não fossem destinados para a finalidade requisitada, deveriam ser ressarcidos com juros e correção, e ainda sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis.

Nesse mesmo governo, também foi assinado o Decreto nº. 2.208/97, que restringia o ensino técnico à forma concomitante e subsequente ao ensino médio. Esse fato era conhecido do interlocutor “*sabendo que existia lá aquela lei que não permitia que se criassem escolas técnicas*”. Tal restrição também envolveu o ensino

superior, a partir da restrição e verbas para a educação. A concepção neoliberal daquele governo delegava a responsabilidade pela oferta e manutenção de cursos técnicos (e superiores) para a iniciativa privada, especialmente a formação técnica, aos estados e municípios, bem como ONGs e setores produtivos, como o sistema S. Foi nesse contexto que o SENAI foi instalado na Restinga.

A chegada dessa instituição foi mencionada por Nelson. É interessante como ele se posiciona sobre esse episódio, destacando as vantagens e as limitações, mesclando uma qualificação e, ao mesmo tempo, os empecilhos para se galgar uma vaga de trabalho por quem mora no bairro. Embora a instalação da unidade na Restinga “*ajudava um pouco*”, ainda não tinha sido suficiente para romper com o estereótipo. O SENAI, segundo ele, garantia a aprendizagem dos fundamentos de uma profissão e possibilitava a melhoria do acesso a vagas, contudo, o custo de passagem pela distância a ser percorrida era suplantado pela técnica atestada no certificado. “*Primeiro por que quem ia pagar o vale transporte? Eram duas fichas [passagens]. Aí eles já eliminavam ali. E segundo a fama do bairro, ‘pô esse cara chegar aqui, lá da Restinga, negrão, pobre, ah, não’, deixavam de lado*”. Desses episódios vieram a motivação para continuar a busca por uma alternativa com maior peso curricular para diminuir a separação entre os moradores do bairro e as vagas de trabalho. Como ele já estava aposentado, colocar-se em movimento, apropriando-se dessa característica do lugar, motivadora de ações, era o que sentia que deveria fazer: “*então, sentindo isso, porque eu estava aposentado eu podia caminhar, conversar, e eu podia sentir bem a situação. E aí pô, nós não podemos ficar nessa inércia*”. Esse movimento busca, ao fim, romper com preconceitos carregados há anos, manifestado pelo estereótipo de ser restingueiro.

Para os moradores do bairro, mudar esse estereótipo, por meio de equipamentos urbanos, significa mais do que dispor deles apenas. É também eliminar o ponto negativo na busca de uma oportunidade de trabalho atribuído exclusivamente pelo lugar onde se mora.

Dessa motivação, sua atuação articulada na comissão pró-implantação da Escola Técnica estava centrada na articulação com o governo federal, em Brasília, pois tinha condições de viajar e articular em conjunto com a deputada federal Maria do Rosário. Ela foi uma interlocutora da comissão junto ao MEC. O resultado dessa expansão foi confirmado pela Lei nº. 11.892/2008, que cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, em vigor atualmente, e que regula seu funcionamento, suas diretrizes, seu público-alvo e sua estrutura. Para Gadotti (2012, p. 16), “[...] a sociedade civil precisa chegar, e chega mesmo, onde o Estado normalmente não chega, sem desobrigar o Estado de sua responsabilidade para com a educação”. Aqui há um exemplo de organização de sociedade civil para fazer o Estado se tornar atuante naquele bairro.

Também é importante destacar, em diálogo com Santos (2020) e Gomes (2021) sobre a perspectiva de cenários. Para os autores, ao mencionar o processo discussão das leis sobre a diversidade étnico-racial, compreendem que foi uma construção ao longo do tempo e que, num certo tempo, foi o mais adequado para que tais promulgações acontecessem. Não é diferente com o cenário da educação profissional tecnológica. Durante os governos Lula e Dilma, o cenário de expansão da rede e da construção de seus propósitos foi profícua, permitindo, portanto, que a Restinga também acessasse essa política pública. A partir de 2019, o que se verifica em termos de políticas é um ataque sistemático à ciência e às instituições públicas de ensino, tanto técnico quanto superior.

### 3.2 A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PRÓ-IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL

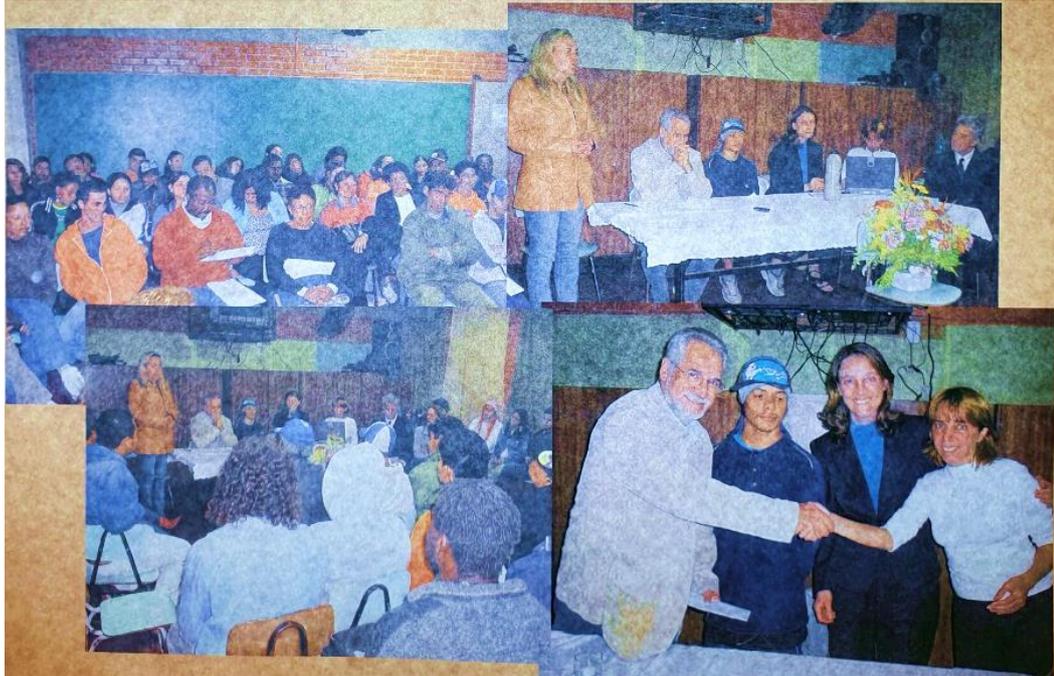
A atuação do Nelson estava consensuada dentro da comissão mencionada, cuja coordenação fora atribuída à Maria Guaneci, devido à sua atuação e empenho na busca pela escola técnica, que, segundo ela, essa possibilidade surgiu quando participou de um seminário onde a deputada federal Maria do Rosário mencionou o projeto de expansão da rede técnica federal. Nesse contexto, o governo já havia conseguido tornar sem efeito o Decreto nº. 2.208/97 e a política educacional brasileira passava por reformulações, especialmente no nível técnico. O processo de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica teve início quando o governo federal revogou, por meio da Lei nº. 11.195/2005, a proibição de criação de novas unidades de ensino federais, que encontrava amparo previsto no § 5º do Art. 3º da Lei nº. 8.948/1994. Nessa legislação atualizada, foi facultado, à União, a criação de unidades de educação. É desse movimento que a congressista Maria do Rosário informa da intenção de expansão da rede (que repercutiu na Fase I de expansão, em 2005, e Fase II de expansão, em 2007). Em 2008, além da publicação da lei que cria

os institutos federais, também foi publicada a Lei nº. 11.741, que insere a Seção IV-A — Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e os demais artigos relacionados. Essa seção é a base para a organização do ensino ministrado nos Institutos Federais.

E foi nesse contexto que, em 2006, Maria Guaneci participou de um seminário de educação, *“onde eu escutei uma palestra da Deputada federal Maria do Rosário, que falava da prioridade da educação, e que, naquela época, o governo Lula estava implementando no Brasil escolas técnicas Federais”*. Nesse seminário, foi explicada a proposta de uma escola técnica. Ao fim daquela fala, ela foi ao encontro da deputada e a questionou quais seriam os procedimentos para se conseguir uma unidade *“para a Restinga, ou mais perto da Restinga. E ela disse ‘isso depende do interesse da comunidade, conversa com a comunidade, se houver interesse, se organizem, nos chamem que a gente explica como é o processo e vamos ver no que que dá’”*.

Nesse ínterim, a interlocutora foi imediatamente conversar com Maria Salete e relembra da sua fala: *“— Salete, precisamos organizar uma reunião, precisamos chamar a deputada Maria do Rosário para falar, ela que deu essa informação’, e foi o que aconteceu”*.

Dessa possibilidade, organizaram uma reunião na escola Lidovino Fonton, cuja organização foi facilitada pois ambas faziam parte do Fórum de Educação que existia naquela instituição. Note-se que ambas já possuíam uma articulação no bairro, expressa nas participações em diferentes frentes, denotando essa apropriação de seus diferentes espaços. No dia oito de maio de 2006 foi organizada uma reunião, que culminou na constituição da comissão (Figura 9). *“E naquele dia nasceu a comissão e nós já começamos a nos reunir quinzenalmente. Começamos a pensar, porque era o nosso desejo, mas será que a comunidade queria? Então nós fizemos um abaixo assinado”*.



**Figura 9.** Seminário de apresentação da expansão da rede técnica federal. **Fonte:** acervo de memória *campus* Restinga — IFRS.

Conforme os arquivos de memória, disponibilizados ao *Campus* Restinga pela comissão pró-implantação, ela nasceu dia 8 de maio de 2006, na Escola Municipal Lidovino Fonton, na Restinga, em uma audiência Pública, organizada pelo Foro de Educação Restinga e Extremo Sul (FERES), Promotoras Legais Populares (PLP/Themis) e ONG Paulo Freire dos Trabalhadores em Educação. Para o evento, foram convidados a deputada federal Maria do Rosário, que era vice-presidente da comissão de educação da Câmara Federal; e, também, o secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), Eliezer Pacheco. Ambos informaram sobre as escolas técnicas federais que o Governo Federal, à época, estava planejando implementar por meio do MEC.

Nessa ocasião, cita o documento, foi entregue a ambos um documento explicando as carências educacionais da Restinga, “*e solicitando a instalação de uma Escola de Educação Técnica Profissional para atender a demanda de cursos profissionalizantes para nossos jovens, homens e mulheres desta comunidade Restinga*”. Após esse episódio, foi formada a comissão, constituída por movimentos sociais, representações nas áreas de educação, economia solidaria, representação dos diferentes órgãos públicos e ONGs atuantes no bairro, que, ao longo dos anos seguintes, discutiu, quinzenalmente, como seria a escola almejada. Contaram com o apoio da escola Municipal Lidovino Fonton, do Centro Administrativo Regional-

Restinga (CAR-Restinga) de associações comunitárias e o Centro de Promoção da Infância e Juventude (CPIJ).

As ações do grupo foram a coleta de assinaturas na comunidade, em torno de cinco mil; distribuição de um manifesto explicando as necessidades do bairro, cujo objetivo era conscientizar e trazer apoio para o projeto. Para tal finalidade, foram realizadas audiências públicas. A primeira ocorreu em 8 de maio de 2006, na Paróquia Nossa Senhora da Misericórdia (Restinga) e as subsequentes tiveram seus locais alterados, conforme a necessidade política da estratégia adotada: ora era necessário difundir o projeto para toda a cidade, ora era necessário afirmar que seu local de ocorrência seria da Restinga. A segunda e terceira audiências foram no centro da cidade, a quarta e a quinta foram na Restinga. As demais, cujos prazos estipulados já haviam sido ultrapassados, continuavam tendo o caráter político, mas voltados a pressionar a gestão municipal para a efetivação das contrapartidas necessárias e acordadas previamente.

Cada um desses encontros se destacou pela construção coletiva e participação da comunidade em diferentes esferas. Esse tipo de engajamento e participação se configura como a apropriação do lugar e dele deriva a consciência de sua existência e necessidades. Essa percepção denota consciência de classe e a necessidade de um Estado mais presente. Cada etapa da participação, organizada cronologicamente, demonstra, a partir da interpretação, o avanço da construção política dessa comunidade e o reforço do elo territorial, esse derivado da territorialidade presente.

É necessário lembrar que a educação foi motivadora de ações, ocasionadas pela falta de acesso. Essa falta de acesso, de isolamento, vai levar essas mulheres a se referir à Restinga como um grande quilombo, assim como feito por Maria Clara. Quilombos se formaram, especialmente, a partir de pessoas pretas, sem a intervenção do Estado — embora sejam uma forma de resposta à ação estatal. Eles se organizavam e se estruturavam pensando em sua manutenção, considerando o isolamento e priorizando a autossuficiência. A Restinga buscou sua organização, suas estruturas, visando ser autossuficiente na disponibilidade de equipamentos públicos necessários, para evitar ter de fazer grandes deslocamentos para acessá-los. A contradição aqui presente se verifica na ação do poder público, pois, no primeiro caso, negros escravizados e que conseguiam fugir buscavam um quilombo, o mais distante possível; e, no segundo, o Estado removeu as pessoas para o mais longe possível do

centro, isolando-as, tanto fisicamente quanto socialmente. Segue a contradição na ação dessas pessoas: elas passam a buscar o Estado na oferta dos serviços que a eles deveriam ser garantidos, tanto para cobrar os recursos quanto para a manutenção desses equipamentos, que é dever do primeiro. A sua busca se deu pelas ações nos comitês organizados pela Restinga, que se tornaram instâncias decisórias.

E é nessa concepção que as escolas desse bairro foram conquistadas, segundo as interlocutoras, pois foram fruto do engajamento das pessoas nas frentes de ações, como o Orçamento Participativo. Disso, refletiu o surgimento de várias escolas construídas. Como o *Campus Restinga* não dependia da articulação de ações apenas no nível municipal, as ações foram diferentes, abrangendo a capital nacional. Note-se que aqui, também, se verifica mais um exemplo da diferença entre os conceitos de lugar, encontradas em Tuan (2015), em Santos (2006) e em Santos (2020). Os sentidos que são expressos ao lugar são geradores de ações. Logo, um estaria incompleto sem a compreensão do outro. Trata-se de uma soma necessária ao entendimento desse lugar em tela.

### 3.3 UM SONHO OU A POSSIBILIDADE DE REALIZAR UMA AÇÃO OUSADA? — OS EFETIVOS TRABALHOS DA COMISSÃO PRÓ-IMPLANTAÇÃO

Durante o relato, organizado cronologicamente, as concepções da Maria Guaneci, Maria Salete e Djanira C. da Conceição estarão interligadas, pois elas estavam na coordenação da comissão e não faria sentido colocá-las de forma separada. A disposição textual que vem a seguir demonstra as ações a partir do surgimento da ideia até a assinatura da doação do terreno para a construção do *campus*. Dentre essas etapas, o envio do projeto, em 2007, pela prefeitura municipal, é uma parte, com o comprometimento da doação do terreno. A nomenclatura utilizada para se referir ao *campus* Restinga vai respeitar o aparecimento cronológico desse, pois, inicialmente, eram Centros Federais de Educação Técnica (CEFET), daí a referência como escola técnica.

Maria Guaneci, além de ser coordenadora da comissão, também era conselheira tutelar, à época, e Promotora Legal Popular (PLP), formada pela ONG Themis, projeto atualmente em atividade. A partir de sua formatura como PLP, na década de 1990, passou a coordenar os cursos ofertados pela entidade. No cenário da então escola técnica, relata que havia uma tensão nas suas ações, pois os moradores alegavam conflito de interesse quando encampou a coordenação do projeto. Por ser conselheira tutelar, acreditavam que ela buscava a reeleição para o cargo. Curiosamente, ela sequer se candidatou para uma nova gestão. O escrutínio social ao qual ela trabalhou em 2006 veio a se manifestar novamente no ano seguinte, pois como haveria eleições para a câmara de vereadores, mais uma vez supunham que ela iria se candidatar a um cargo político. A sua real intenção estava centrada em oportunizar estudo técnico de qualidade, à parte de quaisquer intenções de autopromoção, conforme a interlocutora. Justifica suas escolhas pela busca de melhorias para um bairro “*onde 65% da população é negra e que tem três escolas públicas para 200 mil habitantes*”. O Censo Demográfico de 2010 aponta que 41,59% da população do bairro se autodeclara preta ou parda.

A situação do número de habitantes já foi discutida na primeira parte, mas é necessário chamar a atenção à existência dessa percepção majorada da população, que reflete, conforme os moradores, a ausência de um recenseamento pleno de todas as localidades da Restinga, bem como a dinâmica migratória de moradores no bairro. Mesmo para um número aproximado de 60 mil habitantes, existem apenas quatro

escolas de ensino médio, insuficientes para a demanda. Talvez o descompasso entre o recenseamento oficial e a estimativa populacional seja um reflexo da marginalidade, cujo sentido ambíguo já foi abordado, e poderia ser perfeitamente essa a justificativa. O recenseamento não atinge todas as unidades habitacionais, quer seja pela sua instalação irregular, quer seja pela presença do narcotráfico em determinados lugares, que impediria seu acesso.

Decorrente da ideia lançada por Maria Guaneci à Maria Salete, foi organizada uma primeira audiência pública, que ocorreu em 8 de maio de 2006, na Paróquia Nossa Senhora da Misericórdia. Essa foi a primeira ação sobre a escola técnica, que contou com a participação de representantes do Orçamento Participativo, escolas do bairro, instituições culturais, religiosas, comunidade em geral, representações da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, gestão da Prefeitura Municipal, MEC, Assembleia Legislativa Estadual e Brigada Militar. Como Maria Guaneci era conselheira tutelar, o acesso às estruturas e às pessoas era relativamente facilitado, o que possibilitou realizar tal encontro. Nesse momento, ocorreu a apresentação da demanda, demonstrando, entre outras coisas, as dificuldades dos jovens da periferia em conseguir posições de emprego, bem como a precariedade da oferta de ensino médio no bairro. Conforme a Djanira, o estereótipo de ser morador da Restinga era um ponto de debate, que incluía a associação entre ser morador do bairro e o tráfico, a cor da pele e a distância da centralidade. Djanira C. da Conceição é uma liderança comunitária e esteve ao lado da Maria Guaneci no processo de implantação do *campus*, além de ser moradora do bairro desde a década de 1980.

Maria Guaneci afirmava que a luta pela escola técnica estava no bojo de outros movimentos que os moradores necessitavam realizar, demonstrando, aqui, a sua apropriação situacional do lugar, ou seja, apropriavam-se das condições existentes e planejavam ações para mudá-las, numa reação em cadeia, promovida pela noção do lugar onde se está e o lugar que se quer. Para isso, a expressão do ser restingueiro que evidencia a lugaridade da Restinga (HOLZER, 2013) passa a ser ressignificada para o sentido de ser guerreiro. Dessa apropriação, há um novo passo onde esse lugar constitui e delimita o espaço. Essa delimitação parece ocorrer pela utilização do estereótipo, já ressignificado, que motiva ações em defesa desse território. Exemplo disso são os ônibus, que todos entrevistados revelaram ser um ponto importante, também, o objeto dessa pesquisa, o *campus* Restinga, assim como o Hospital.

Corroborava com esse entendimento a fala da interlocutora: “*é a concretização de um sonho, que foi sair das páginas policiais para as páginas da educação*”. Isso representa romper com o estereótipo do bairro.

Depois da primeira audiência pública foi realizado um levantamento da situação da Restinga e protocolado, junto ao MEC, em 25 maio de 2006, um manifesto. Nele, foi informado que a Restinga era uma região que tinha, aproximadamente, 150 mil habitantes e estava localizada a 30 km do centro de Porto Alegre. Conforme o documento, contava com um bom serviço de transporte público e com fácil acesso a outros bairros da cidade.

É importante trazer aqui a memória de Djanira:

*A gente fez inúmeras lutas pela Restinga, porque quando a gente faz a gente nem se dá conta né, “bah, mas não é que a gente foi corajoso, como é que a gente enfrentou isso”. E a gente não tinha medo, a gente ia e fazia, como tantas lutas também que teve pelos ônibus, a gente fez uma luta também, a gente [se] deitava no chão, o único jeito que eles arrumaram pra tirar as pessoas foi dando serviço pra quem não tinha.*

O resultado desse evento está registrado na disponibilidade de linhas para diferentes bairros, bem como o aumento de linhas para o centro, e que justifica a instalação da escola técnica no bairro. O documento informativo também ressaltava o potencial do bairro, “*com boas possibilidades de se tornar uma das regiões de maior desenvolvimento da nossa cidade*”. Destacava a sua vocação comercial e a instalação de pequenas indústrias, que careciam de mão de obra especializada. Além disso, destacava que eram ofertadas apenas duas mil e cinco vagas para ensino médio, em todo o bairro, o que era insuficiente. Tal defasagem gerava um excedente de 70% de jovens se deslocando a outros bairros para buscar o ensino médio.

Além disso, evidenciava a baixa possibilidade de os estudantes acessarem a educação de nível superior, engessando possibilidades de melhores oportunidades de trabalho e indicava, também, que cursos técnicos poderiam superar, parcialmente, essa situação. O manifesto é encerrado convidando toda a comunidade para se mobilizar pela causa. No final daquela audiência pública, foi entregue ao secretário de educação profissional e tecnológica (SETEC/MEC), professor Eliezer Pacheco, o termo de apoio e parceria, idêntico ao entregue ao prefeito da época, que se consolidou na audiência realizada em junho daquele ano.

Nesse ínterim, foi organizado um abaixo-assinado que resultou na coleta de 800 assinaturas, aproximadamente. Esses moradores do bairro ficaram convencidos de que era necessária uma unidade de uma escola técnica federal, conforme Maria Guaneci, eles *“entendiam que era importante”*. Diante disso, a necessidade da contrapartida se manifestou, pois o edital indicava essa responsabilidade à prefeitura municipal. Os meios para conseguir o terreno foram por meio dos espaços populares de participação, dentre eles, o Fórum do Orçamento Participativo (FROP). Segundo Guaneci, os espaços coletivos para articulação política da periferia se davam tanto pelo FROP quanto pelo próprio Orçamento Participativo, além de outras frentes: *“tinha grandes lideranças na Restinga do teatro, do esporte, tinha a professora Clarice Abraão, na SMED, então a gente foi tentando fazer outros movimentos”*. E desses movimentos que se iniciou a jornada, *“aí começou o sofrimento”*.

A interlocutora evidencia que esse sofrimento decorreu do diálogo com a gestão municipal, pois entendiam que *“não era desejo do governo municipal. Nós tivemos muitas dificuldades, nós quase perdemos o recurso”*. Ela indicava que havia 7 milhões de reais destinados à construção, mas o valor estaria disponível após a gestão municipal implantar as infraestruturas que lhe cabiam responsabilidade na área a ser destinada à implantação, o que inclui a própria doação do terreno. As dificuldades ensejaram novas mobilizações, seguindo o formato que já conheciam e a partir da geograficidade presente na Restinga. *“A gente teve que fazer audiências públicas, na Câmara de vereadores, na Restinga, a gente teve que fechar ruas, a gente que fazer muitas ações, buscar muitas parcerias para que esse projeto desse certo”*.

Essa necessidade estava condicionada pelo edital da Secretaria de Educação Tecnológica do MEC (SETEC/MEC) nº. 001/2007. Com o apoio da deputada federal Maria do Rosário, Maria Guaneci e demais lideranças comunitárias se concentraram em preparar o projeto. Por essa razão, como a ideia partiu de uma iniciativa popular e não diretamente da prefeitura, as ações tiveram de ser estratégicas e precisas, pois o movimento partia da base populacional e não da administração municipal. Na essência da filosofia política, essa seria a mais legítima das ações. Desse modo, etapas foram estabelecidas para efetivar o sonho daquelas pessoas, consistindo na primeira delas sobre o interesse da população, representada por essa primeira audiência pública. Sonho, aqui, precisa ser relativizado, pois significa a perspectiva

de mudança de perspectiva frente a realidade presente no bairro. Talvez seja uma reivindicação ousada, mas possível. E é possível porque o aprendizado acumulado a partir do histórico de reivindicações permitia sonhar.

A segunda audiência foi realizada em 16 de junho de 2006 na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, formalizando a solicitação de apoio ao prefeito, à época, José Fogaça, face as justificativas do projeto apresentadas. A efetivação desse apoio viria a ser o principal percalço ao desenvolvimento do projeto. Esse encontro contou com a participação da Deputada Federal Maria do Rosário, da comissão de educação da Câmara dos Vereadores municipal, dos membros da Comissão Pró-Implantação, além do prefeito e do vice-prefeito. Naquela ocasião, foi firmado o termo de apoio e parceria entre a gestão municipal e a comissão. O teor do termo envolvia a *“totalidade do processo em curso desenvolvido por esta comissão, e especialmente, quanto à viabilização da área pública municipal, preferencialmente na Restinga Velha, para instalação da Escola e utilização de outros espaços e equipamentos”*. A localização preferencial na Restinga Velha é bastante simbólica. A partir de Serpa (2019) que, ao exercitar uma análise crítica da paisagem, indica que se precisa compreender a paisagem como possibilidade, observando nela também um sistema de ações, paradoxalmente à compreensão clássica que ela materializa um sistema de objetos unicamente. Para ele, é preciso intuir sobre uma paisagem periférica, essencialmente, que traduz um padrão periférico de ocupação dos bairros populares. Esse seria, segundo ele, o “[...] meio do caminho de uma crítica da paisagem contemporânea [...] como uma paisagem vernacular, construída a partir de pedacinhos, de construções isoladas” (SERPA, 2019, p. 56).

A crítica do autor também avança para uma nova perspectiva, essa que eu entendo bem representada pelos anseios da comissão pró-implantação, quando Serpa (2019) questiona o motivo de tão poucos estudos sobre essas paisagens e por que não observamos nelas “[...] a possibilidade de construção de paisagens e espaços mais cidadãos, a cidadania vista aqui como real-abstrato, como possibilidade de construção de diferentes paisagens e espaços pelos diferentes agentes e grupos” (SERPA, 2019, p. 56). O que ele defende é a criação de espaços que respeitem e não hierarquizem as diferenças e que valorizem a autonomia e a liberdade como valores maiores. Notem que a construção de uma unidade educacional do porte do Instituto Federal é uma obra de grande dimensão. Essa obra é evidente na paisagem. Ela se

configura como um símbolo, ao mesmo tempo em que cumpre uma função. Além da marca visual, ela também traduzirá o abstrato no seu funcionamento interno, como será descrito mais à frente. Aqui também se percebe como a paisagem é um elemento forte na expressão do lugar e, conseqüentemente, na definição dos territórios. A instalação da Restinga Velha, ou seja, onde o bairro se originou, possui a conotação de marcar territorialmente a localização do *campus*, quiçá para a cidade, onde o impacto na paisagem se dará num bairro periférico. Essa perspectiva também se evidencia quando há uma tentativa de instalar a unidade no bairro Partenon, um bairro localizado próximo do centro geográfico municipal. As falas anteriores de Nídia demonstraram a resistência que fizeram para evitar tal destino.

Dessa análise, entende-se o próximo passo do grupo, pois foram entregues três possibilidades de áreas públicas municipais, todas localizadas na Restinga Velha e um abaixo-assinado pelas comunidades manifestado o desejo da instalação da escola técnica federal. O termo de apoio e compromisso foi assinado pelo prefeito.

Entre julho de 2006 e março de 2007 não ocorreram audiências públicas. Nesse período, a comissão se organizou para se preparar ao edital, que foi lançado em 2007. A chamada pública MEC/SETEC nº. 001/2007<sup>12</sup> definia as condições à implantação de uma unidade de escola técnica federal nos municípios arrolados no anexo I do documento. Estavam previstas 150 novas unidades, compreendendo a fase II. A comissão organizou um dossiê com todos os movimentos executados, incluindo um levantamento de possibilidades de locais para a instalação da escola técnica. As três opções levantadas localizavam-se, como já foi dito, na Restinga Velha, conforme as Figuras 10, 11 e 12.

---

<sup>12</sup> Para mais, ver: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital\\_chamadapublica.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf)



**Figura 10.** Área 1. **Fonte:** acervo da Memória do *campus* Restinga.

Essa primeira área apresentada como possibilidade é contígua à área onde, atualmente, está implantado o CEU das Artes, na Restinga Velha, fruto da ação de José Ventura. A captura de tela é do ano de 2006, cujo adensamento populacional ainda é baixo, quando comparado com a atualidade.



**Figura 11.** Área 2. **Fonte:** acervo da Memória do *campus* Restinga.

A segunda área, também na Restinga Velha, localiza-se próxima à entrada do bairro, pelo Oeste. Curiosamente, a sede provisória do *campus*, quando iniciada em espaço alugado, no início das suas atividades, localizou-se nessa mesma imediação.



**Figura 12.** Área 3. **Fonte:** acervo da memória do *campus* Restinga

A terceira área, localizada mais a sudoeste em relação ao bairro apresenta-se como a maior delas, nas imediações do Barro Vermelho, limite da Restinga Velha com o bairro Lajeado. Todas as imagens foram obtidas pela comissão, a partir do Google Earth, em 2006. Pela análise, levando em consideração a escala, notamos que não figuram como áreas grandes, apenas como áreas médias. Talvez a única exceção seja a última, que teria um tamanho adequado, em conformidade com o edital da chamada pública, cuja área disponível deveria ser, preferivelmente, superior a 50.000 m<sup>2</sup>.

Em março de 2007, na Câmara Municipal, ocorreu a terceira audiência pública. Havia representações dos setores industriais, do comércio, de sindicatos, do poder público municipal, estadual e federal. Nessa audiência, o tema principal foi a possibilidade de mudança de local para a implantação da Escola Técnica. Os três terrenos listados pela comunidade não foram aceitos e, conforme os relatos, o

Ministério da Educação solicitou mais duas possibilidades de terrenos. Potencialmente, o motivo dessa solicitação estava relacionado à área disponível. Essa foi a última audiência antes do lançamento do edital mencionado. Cada município poderia enviar apenas uma proposta ao MEC, portanto, as lideranças comunitárias estavam organizadas para garantir que fosse a Restinga o destino da instituição, pois a prefeitura poderia destinar a outro bairro qualquer. Essa força presente no bairro se tornou a garantia de que a instalação se daria no destino almejado.

Em 19 de abril de 2007 iria ocorrer, então, a quarta audiência pública, uma semana antes da abertura do edital, cuja publicação se deu em 24 de abril do mesmo ano. Esse encontro foi na Escola Municipal Alberto Pasqualini, que contou a presença de representações de todas as escolas da Restinga e a pauta estava alicerçada nas concepções sobre a escola técnica presentes no projeto a ser submetido ao edital, bem como na falta do terreno disponível para a implantação, situação ainda não resolvida pela gestão municipal e requisito básico para a submissão do projeto. A data final de submissão era em 2 de julho do mesmo ano, o que representa um tempo deveras curto para a câmara votar e aprovar um projeto de lei de cedência.

Essa sensação se manifestava nos encaminhamentos da reunião, pois, como sugestão, estava organizar ações para que o prefeito comparecesse e assinasse o termo de doação do terreno para a implantação da escola. Note-se que, até então, o movimento de busca de uma unidade do então Instituto Federal foi todo da sociedade civil organizada, onde o papel do poder público municipal era viabilizar o terreno. Nos demais municípios, esse caminho é notadamente inverso: são as gestões municipais que buscam uma unidade do Instituto Federal, via parlamentares, para atender à população e buscar capital político com tal feito. Nessa audiência, uma das falas de Maria Guaneci cobrava maior participação dos vereadores nas audiências, pois havia o receio de se perder a escola, e destacava que, caso a perda ocorresse, a responsabilidade seria única e exclusivamente do prefeito.

Em 28 de maio de 2007, na Paróquia Nossa Senhora da Misericórdia, com a presença de representação do MEC/SETEC e gestão municipal, ocorreria a quinta audiência pública. Naquele mês, ocorreram outras duas reuniões (05 e 11/05), cujas pautas, assim como a audiência, eram o projeto a ser enviado ao MEC. Na primeira, a pauta era as questões técnicas do edital, tais como a informação que a escola técnica estaria vinculada a um CEFET, de que os cursos deveriam estar voltados às

demandas locais e a prioridade do terreno, que era contrapartida obrigatória pela prefeitura municipal, para submissão da proposta. Na reunião do dia 11 de maio, foi pautado o tamanho do terreno e a estrutura, bem como o formato da comissão organizadora, onde se definiu que seria composta pelo CEFET, gestão municipal e lideranças comunitárias, e, por fim, o processo de escolha dos cursos. Da leitura da ata, interpretei algumas situações, talvez pela forma como foi escrita, que jamais é sem intencionalidade, mas, ainda, poderiam demonstrar como as lideranças locais estavam se sentindo em relação ao conjunto de ações do poder público, em diferentes esferas e estarão traduzidas à medida que aparecem no texto.

É importante lembrar que as pessoas exprimem sentimentos sobre o lugar, que geram os vínculos, afetos, pertencimentos. Desses, surgem características próprias dele, como na Restinga, o restingueiro, ou, a forma da ação das lideranças comunitárias. Dessa apropriação desse lugar e sua respectiva dimensão na composição do todo, furto da consciência de qual lugar que se está no contexto capitalista excludente, surge a escrita dessa ata. A sensação, na leitura, foi de que os agentes municipais desautorizavam a comunidade no processo, excluindo-a das decisões. Essa dimensão excludente encontra respaldo em Serpa (2019), ao afirmar que a instalação de equipamentos públicos de grande visibilidade — um *campus* de Instituto Federal possui tal característica — envolvem parcerias entre os poderes públicos e privados. Tal instalação valoriza a área onde ele ocorre. No caso, o autor se refere aos parques públicos, mas sua análise afirma que se o adjetivo for “público” ao empreendimento, ele deve significar “[...] algo mais do que o simples acesso físico a espaços ‘abertos’ de uso coletivo. Pois a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica” (SERPA, 2019, p. 57). Ele conclui que o interesse do poder público, associado ao capital privado, presume que a instalação desses empreendimentos deve ocorrer nas áreas centrais da cidade e não nas (também socialmente) periféricas. Essa leitura vai transparecer de forma mais evidente quando as falas demonstrarem que a liberação de certas autorizações pela gestão municipal ocorreu de forma rápida para grandes investimentos imobiliários presentes na zona sul da cidade, distante poucos quilômetros do bairro Restinga e com distância semelhante, quando relativo ao centro da cidade, e para a construção da escola técnica não.

Durante toda a condução do processo, havia uma preocupação sobre a autonomia. Há uma frase bem emblemática na página quatro dessa ata de 11/05: “*não colocar panfletos de partidos políticos juntamente com a comunidade pois temos que aprender a caminhar sozinhos*”. Percebo, aqui, o reflexo da apropriação. A potência de uma frase que indica a necessidade de caminhar sozinhos sem partidizar o processo pode ter o significado mais próximo da perspectiva do quilombo, defendido pelas interlocutoras, outrora expresso nas páginas anteriores, ou, pode também, representar a noção plena de que se trata de um bairro periférico, onde as ações vão ocorrer a partir das demandas levadas pelas lideranças comunitárias aos entes públicos. E, também, que se possui uma evidente noção de quais são as demandas prioritárias. Parece que está sendo a definição máxima do reconhecimento como um bairro abandonado pelo Estado, desde o seu surgimento. Quaisquer infraestruturas a ser disponibilizadas só vão acontecer se forem demandadas pelos moradores. A Restinga se percebe negligenciada pelo Estado e reivindica sua presença.

Contudo, nessa mesma reunião, também houve a seguinte fala: “*deve-se sim reconhecer os políticos que estão colaborando no processo, tanto a nível federal, estadual e municipal. Este é um dos meios de se atingir o maior número de pessoas informados sobre o processo*”. Há consciência da necessidade de articular politicamente as ações para que o Estado se faça presente, bem como dos caminhos para viabilizá-las.

Por fim, sobre a audiência pública do dia 28, se definiu que a área seria em frente a rótula da 5ª Unidade (local onde o *campus* foi efetivamente instalado) e a estratégia sobre a divulgação da escola técnica. Foi nessa reunião que ficou definido o CEFET Pelotas como instituição de implantação da escola técnica da Restinga. Após essa audiência pública, estão registradas nove atas de reuniões que ocorreram entre julho e setembro do mesmo ano, todas com o intuito de construir o que se esperava do que viria a ser o *campus* e reforçando a necessidade do prefeito assinar a doação do terreno.

Em análise ao contexto apresentado pelas leituras dos documentos, depreende-se algumas observações. Uma delas é que esses entraves na busca do *campus* produziram como efeito, entre as lideranças comunitárias e que foi ampliado para todo o bairro, a união entre os diferentes atores para que o poder público cumprisse seu papel. Dessas ações, aparentemente, há um fortalecimento simbólico

dessas pessoas ao lugar, que ocorre a partir do processo de vinculação e pertencimento, resultado da notável negligência do poder público. Partindo dessa premissa, entendo que esse vínculo presente nesse grupo não se finda em si, mas permite que se crie a autoconsciência do lugar com o qual se está vinculado, como quando das ações das lideranças pela melhoria das infraestruturas, tanto de transporte quanto de educação, dentre as demais já citadas. Isso ocorre pela autoconsciência que se tem sobre o lugar em que moram: é processual e constante. E ela passa por diferentes vieses, como se fossem vetores: compreensão da dimensão espacial e localização da Restinga; compreensão da dimensão sociocultural dos moradores da Restinga, desde a remoção até os dias atuais, que se traduz muito no estereótipo atribuído; compreensão da ausência do poder do Estado como garantidor das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento econômico e social do bairro; noção de que a ação política dos moradores pode (e frequentemente é) ser apropriada por partidarismos políticos, que se utilizam dessas demandas para autopromoção em períodos eleitorais; pela esperança de que a educação é um dos melhores caminhos para a mudança de paradigma do bairro. Por isso a busca de escolas, pela qualificação, o que justifica a opção pela escola técnica, pois qualquer morador que pleiteia uma vaga de emprego, já parte com um ponto negativo por ser restingueiro, conforme descrito anteriormente.

Todos esses eventos se atravessam e se sobrepõem. O olhar desatento de um observador possivelmente não os notaria, eles seriam banais, ao conceito de Santos (2006). Contudo, nesse lugar eles não são apenas eventos que representam a dura realidade capitalista acentuada na periferia, eles também representam uma força que gera o pertencimento. E, ainda, é necessário lembrar-nos, corriqueiramente, que o lugar só existe porque os atores com ele envolvidos o atribuem um sentido. Um lugar, por si, não é um lugar quando se refere tão somente a uma pequena porção do espaço, a uma pequena área. Essa pequena área só vai se tornar um lugar quando representar sentidos para os atores, que podem ser distintos, conforme cada um interage nele e com ele (MARANDOLA JÚNIOR, 2020). Portanto, pode ser um lugar e vai marcar/demarcar seus limites, que pode passar a ser observado pela dimensão territorial. Na Restinga, isso parece representar uma possibilidade convergente para muitas pessoas, o que a torna um lugar e, apropriando-se dele, emana uma

característica própria, que pode ser significativa para o entendimento de como a lugaridade vai ser constituída ao longo do processo.

### 3.4 A DISCUSSÃO POLÍTICA: DA SUBMISSÃO DA PROPOSTA ATÉ A LIBERAÇÃO DO TERRENO

Entre o final de maio até outubro de 2007 ocorreram nove reuniões registradas em atas. A primeira delas foi em 09 de julho, findando o prazo para submissão das propostas ao MEC. Nessa reunião se avaliou a audiência pública do fim de maio e algumas questões foram pautadas, como a apresentação da proposta em Brasília e cotas e discriminação. Sobre a avaliação, dois itens registrados na ata chamaram a atenção. Um deles foi o aumento do número de pessoas participando da audiência pública. Segundo a fala do vereador Comassetto, “*a reunião teve qualidade*”. O segundo item foi a fala de Terezinha Marques, que, segundo a assinatura na lista de presença da ata, representava do gabinete da Ver. Maria Luiza: “*o negro não precisa de esmolas, mas de espaço para crescer*”. Talvez essa frase sintetizasse muito do que se esperava com a construção do que viria a ser o *campus* do Instituto Federal: uma possibilidade de mudança de realidade frente ao cenário existente, que remetia a condições precárias em vários níveis. A experiência acumulada e materializada em infraestruturas conquistadas corroborava com a máxima de que apenas uma sociedade civil organizada e engajada nas diferentes frentes de atuação poderia ser capaz de trazer novos equipamentos urbanos capazes de melhorar as disponibilidades do bairro. No caso específico, uma escola técnica elevaria o nível de qualificação daquela população, que a acessaria e permitiria outro patamar de remuneração em empregos e em outras posições.

É necessário lembrar que se trata do bairro Restinga, periférico e com uma concentração populacional de baixa renda. Conforme o Censo de 2010, realizado pelo IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011), o rendimento médio dos responsáveis por domicílios no bairro era de 2,1 salários-mínimos, enquanto a média municipal era de 5,29. Essa estatística coloca o bairro entre as áreas de média municipal mais baixa e, portanto, um dos mais pobres da cidade. Isso significa que o bairro está à margem de razoáveis condições de saneamento básico, bem como de outros aspectos relacionados à disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços. Potencialmente, essa condição é muito bem

percebida e consciente pelos moradores. Tais ausências são a motivação para a busca desses equipamentos e explica muito bem a questão da necessidade de “*espaço para crescer*”.

As ações possuem uma intencionalidade e, nesse processo, parecem ser fruto da autoconsciência do lugar e da percepção da ausência do Estado. Também pareceu transparente a execução de movimentos para garantir a vinda da escola técnica para o bairro. Um deles, foi a organização de uma comitiva, cuja representação da comunidade se deu por Nelson. O objetivo deles foi a viagem até Brasília, para um encontro com o ministro da Educação. Note-se que as ações até aqui envolvem diferentes níveis. Cabe considerar o porquê dessa organização. Conforme o Nelson, a comissão dialogava e definia as estratégias de ações. Dos distintos grupos formados (educação, saúde, esporte, segurança, transporte) em diferentes momentos, as ações entre eles eram articuladas, cuja estratégia era fortalecer as demandas do bairro. Nosso interlocutor é bem didático quando menciona a tática utilizada, pois, quando ele participava de diferentes reuniões, ele aproveitava o espaço para mencionar a situação da escola técnica. “*Aí o outro vai para a reunião da assistência social, ficava lá na sua área. Porque são várias frentes, e essas várias frentes foram puxar força para que essas coisas começassem a convencer o pessoal para que as coisas acontecessem*”. As coisas aqui ditas representam a concretização dos acordos com a gestão municipal.

Essas várias frentes de ações também simbolizam o conjunto de carências que a Restinga possuía e precisava de intervenção rápida. É um ponto de autoconsciência do lugar que está em xeque e que reforça a perspectiva da ausência do poder público sobre o lugar do abandono, que parece ter sido o mote da constituição desse bairro. Além de lograr essa perspectiva, seus moradores receberam a alcunha de restingueiros, especialmente pela presença do narcotráfico e da cor da pele de uma parte dos seus moradores. Embora esta pesquisa possua limitações quanto sua abrangência, não seria distante analisar outros vieses que se apresentam ao trilhar esse caminho, como o das relações raciais, da ausência do Estado, da luta feminina e dos demais equipamentos urbanos, que mereceriam estudos dedicados para compreender as reações e relações sociais entre os envolvidos e os moradores da Restinga. Percebo, com evidência, que a organização do bairro é distinta e sua forma se dá de maneira bastante horizontalizada, contraditória à organização hierarquizada

capitalista. O senso de coletividade, do dever e do devir estão muito presentes nas falas dos entrevistados e a noção dos papéis, enquanto cidadãos, é uma meta dos moradores.

Nesse ínterim, a viagem à Brasília, protagonizada pelo nosso interlocutor e viabilizada com seus próprios recursos, procurou ressaltar as necessidades do bairro periférico num cenário de discriminação social presente na cidade. A escola técnica era vista como uma “*tábua de salvação*”, pois representava uma qualificação profissional muito mais elevada, o que garantiria as vantagens já mencionadas. Ao chegar à capital federal, mencionou um primeiro desafio, “*que eles aceitassem o local, nós queríamos a Restinga, prioridade nossa. Porque nós estávamos brigando por uma escola técnica. Um campus em Porto Alegre já seria o máximo, nós já tínhamos uma no centro*<sup>13</sup>, então o outro tinha que ser deslocado”. Essa viagem não foi aleatória. Ela foi organizada em conjunto com o gabinete da Deputada Maria do Rosário. A articulação política da comissão pró-implantação possuía níveis distintos, pois sabia que precisava compor com a articulação nas esferas municipal, estadual e federal. A escola técnica no centro, que ele se referiu, tratava-se da Escola Técnica Estadual Parobé.

Naquela esfera e contexto, a referida deputada articulou o encontro dentro do MEC, tanto na SETEC, quando com o próprio ministro da educação, Fernando Haddad. Quando conversei com a parlamentar, o seu destaque foi sobre os moradores, que, segundo ela, eram a base de toda a conquista do *campus*, pois ela só foi possível pela mobilização popular. É perceptível que esse ponto é crucial para a compreensão de como o *campus* vai se tornar um marco, da conquista da comunidade, e passa a ter um significado distinto como delimitador do lugar.

Sobre a audiência, no Ministério da Educação, o Nelson comentou que havia a destinação de duas unidades para todo o Rio Grande do Sul, contudo, havia nove municípios subscrevendo ao edital para conseguir essas vagas, todas elas com terreno destinado, pois eram projetos submetidos pelos prefeitos municipais que tinham o interesse em conquistar uma das vagas. Já a proposta de Porto Alegre, enviada pela mobilização popular “*era a única que não tinha terreno, não tinha instalação nenhuma, mas tinha vontade*”. Nosso interlocutor, no contexto, relembra de

---

<sup>13</sup> À época, existia, também, a escola técnica de comércio, vinculada à UFRGS. Posteriormente, passou a integrar o IFRS, chamando-se *campus* Porto Alegre.

toda a dificuldade enfrentada para conseguir as assinaturas pelo município, sendo que o terreno ainda era uma perspectiva, nada havia de concreto, apenas um documento da gestão municipal com a garantia de que cederiam, mas sem nenhum ato oficial que o representasse. As atas, até aqui apresentadas, demonstram bem essa morosidade com o prosseguimento à demanda popular. Isso sugere, especialmente, a manutenção do distanciamento entre o poder público e a Restinga, consuetudinariamente constituído.

Mas ele não perdia a motivação: *“porque nós queríamos aqui na Restinga, aonde fosse, não importava [...] os espaços que nós tínhamos era destinado o distrito industrial, que há 20 anos estava prometido e não saía nada, e os ‘cara’ da prefeitura ‘não, mas isso aqui...’”*. A resiliência dos moradores parece ser uma virtude adquirida durante todos os anos necessários para se conseguir conquistar aquilo que percebiam faltar no bairro e reivindicavam, bem como os caminhos articuladores necessários para concretizá-las e materializá-las no espaço. Parece que tal característica também compõe a expressão do lugar Restinga.

Dessa audiência, seguiu o relato, dizendo que todas as demais propostas atendiam plenamente todos os itens do edital, enquanto a proposta de Porto Alegre possuía essa deficiência, mas *“como o ministro viu que era a única cidade que tinha um representante da comunidade, era nós e o resto tudo tinha o prefeito, tinha o secretário..., mas a comunidade mesmo não tinha representação. E com isso, então nós levamos a vantagem”*. Por essa razão, potencialmente, que a deputada Maria do Rosário percebeu o potencial e defende que o *campus* é fruto da mobilização popular. Essa vontade de ter um *campus* do Instituto Federal, advinda da população, ganhou simpatia do ministro, conforme o relato do Nelson. Esse também menciona a estratégia política, pois eles foram preparados para isso, pois *“nós tínhamos representante da comunidade, representante da prefeitura, representante do governo do estado, e representante do governo federal que era a Maria do Rosário. Então nós fomos cercados, né”*.

Essa estratégia garantiu a homologação da proposta e a instalação de um então *campus* do Instituto Federal em Porto Alegre (pois o edital previa a instalação no município), o local da cidade era uma definição da gestão municipal. Talvez, nesse momento, analisar o processo deixe mais evidente a dúvida motivadora dessa esfera de poder não ter definido o terreno da instalação da escola técnica, pois ela teria uma

relativa autonomia para instalá-la em qualquer parte da cidade. Em dado momento, conforme a interlocutora Nídia, a mobilização popular presente no bairro Partenon entra na disputa pelo local de instalação da instituição. Parece que esse fato se tornou capital eleitoral.

Por fim, o Nelson relembra que, daquele momento em diante, tinham o aceite, mas ainda faltavam muitas etapas para concluir: *“nós tínhamos um prazo pra apresentar a planta, o terreno, isso era com a gente”*. Igualmente à pressa deles era a morosidade da administração municipal: *“e aí nós começamos a encontrar dificuldade no governo municipal. E quase perdemos. Porque ninguém queria resolver e o pessoal lá do ministério com toda boa vontade”*.

As contribuições desse nosso interlocutor evidenciam, principalmente, o papel da mobilização popular, muito bem articulada e conhecedora dos meandros para atingir seus objetivos. Demonstra que o restingueiro possui habilidades políticas consolidadas e que é resiliente nos processos demandados. Essas características, que também são expressões do lugar, representam uma realidade mais fidedigna do bairro, bastante diferente daquela estereotipada a eles atribuída, relacionada à drogadição, ao narcotráfico e à violência. Ao cabo desse mês de julho de 2007, o grupo não imaginava que a sua saga para dialogar com o poder público municipal estava apenas começando.

### 3.5 AS VOZES, OS ECOS E OS DEVANEIOS: RELAÇÕES COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Novos elementos eram trazidos e informações eram comunicadas, mas havia a manutenção de uma voz sem eco, aquela proferida para o executivo municipal de Porto Alegre, bastante contraditória, pela perspectiva das lideranças que buscavam o que viria a ser o *campus*. Após o retorno de Brasília, a reunião de 14 de julho de 2007 tratou dos resultados das audiências e as ações decorrentes daqueles movimentos. Dentre aquelas, estava a estratégia de atingir a maior diversidade de público possível, para todos os segmentos da sociedade e a realização de pequenas audiências nas outras regiões para envolver outras comunidades. Essa estratégia visava à construção da importância da instituição para a comunidade e para o entorno, pois a justificativa maior que motivava a busca desse equipamento era a noção sobre a

realidade do bairro, essa, também esteve expressa na mesma ata: “a Restinga já foi criada num governo de exclusão”.

Entre a última audiência pública e a próxima, uma série de reuniões de organização aconteceram. As audiências eram uma estratégia de divulgar a importância de a escola técnica para a cidade e, especialmente para o bairro. Essa estratégia estava pautada na construção de noção de justiça social, refletida no encerramento da ata mencionada anteriormente. Ao mesmo tempo, a divulgação também tensionava a gestão municipal a prosseguir com a doação do terreno, cuja celeridade (ou não) estava diretamente relacionada com o sucesso do pleito.

Com essa estratégia estabelecida, a organização da comissão definiu, na reunião de 18 de julho do mesmo ano que, em agosto próximo, haveria uma campanha de divulgação no Mercado Público Municipal de Porto Alegre. Note-se que a estratégia utilizada está carregada de compreensão sobre os lugares da cidade e seus impactos. Essa estratégia precederia uma nova audiência pública para outubro daquele ano. Ainda, ao fim de julho, cujo prazo para envio da documentação correlata pela prefeitura findava, a comissão se reuniu para organizar o material restante, assim como as outras duas reuniões seguintes até o final do mês. Esse conjunto de ações que foram elencadas pelos membros da comissão pró-implantação me fizeram pensar no seu significado, pois eles denotam, com muita evidência, a perspectiva de estratégias, como já foi dito, mas, afinal, o que elas significam para a geografia?

Esse significado parece encontrar um suporte na concepção de experiência e existência, ou seja, nessa relação estabelecida que conforma o espaço. Outrossim, essa concepção assume a “prerrogativa do sujeito na constituição dos lugares” (MARANDOLA JÚNIOR, 2020, p. 5). Pautado pelas concepções do autor, há a leitura de que lugares, como a Restinga, podem ser compreendidos por perspectivas culturalistas, especialmente a partir de grupos sociais, cujo entendimento, significados e representações coletivamente constituídas se tornam fundantes desse lugar. Continuando nessa perspectiva, pode ser analisado que a Restinga, ao envolver seus atores e elementos, vai se constituir ao longo do tempo — e o *campus* é parte disso — em uma unidade muito forte, ou seja, há uma unicidade de conjunto. E essa perspectiva de autoconsciência da realidade que vai se traduzindo na necessidade de busca da instituição, bem como é, talvez, o elemento mais forte para que essas pessoas não tenham desistido de buscá-lo, mesmo com todos os entraves que serão

apresentados a seguir. Embora Maria Guaneci tenha dito que é um sonho que se realiza, uma interpretação possível para essa fala é: a autoconsciência da necessidade de melhor qualificação é a motivação para não ter desistido e a noção coletiva é o maior significado que poderia ter colhido.

Diante disso, esse objeto de pesquisa, a Restinga, no momento da análise, não se apresentava e nem se apresenta como apenas o lugar dado, mas sim, mostra-se como um ser-no-mundo, ou seja, o que possui autoconsciência a partir das relações entre as pessoas e o meio que as envolve, meio esse que se modifica constantemente pelas ações dos atores que o constituem, formando uma unicidade do lugar. Esse, por sua vez, demanda ações, quer seja do Estado, quer seja do pesquisador que o investiga, pois é dotado dessa consciência. É nesse sentido que uma interpretação possível para esse fenômeno é quando o objeto se torna sujeito, tanto na pesquisa quanto na proposição de diversas ações. Na concepção de Marandola Júnior (2020), que compartilho, analisar tais eventos por uma concepção fenomenológica apenas não seria suficiente, pois esta busca analisar o que parte do indivíduo, mas não questiona o porquê das suas ações. Ora, podemos saber todas as ações que nossos interlocutores tomaram, estão sendo descritas nessa tese com o maior detalhamento possível, mas, por que eles as fizeram? É nesse ponto que a autoconsciência do lugar prevalece.

Conforme o autor, a partir da análise crítica do lugar, referida por diversos autores que seguem essa linha, torna-se necessário “dotar de movência e dinamicidade o lugar que, para eles, estava preso ao hermetismo e à cristalização dos sentidos e da própria identidade” (MARANDOLA JÚNIOR, 2020, p. 5). Isso significa que essa autoconsciência está sendo motivadora das ações, pela crítica à realidade, mas sem perder a identidade e a sua característica. Não é à toa que o adjetivo restingueiro foi atribuído aos moradores, sintetizando a sua identidade, mas isso não os limitou e sim, os fez moverem-se. Para o autor, o evento, palavra utilizada por Santos (2006) para definir o lugar, ganha destaque, tornando-se um nó, como “um feixe de relações nas quais o espaço está implicado, dinamicamente, mas nega qualquer conexão com o espaço absoluto ou mesmo com o espaço relativo dos pontos de vista” (MARANDOLA JÚNIOR, 2020, p. 5). Na realidade, o autor contesta a própria relatividade, dando essa ideia de constituição permanente do lugar, como um processo das relações constantemente modificado. Portanto, ele estaria em devir,

afinal, a construção e desconstrução são constantes pelas contradições, pelas lutas políticas e pelos desejos.

Nessa perspectiva bastante singular, a organização da Restinga parecer advir de uma teimosia por reivindicar e conquistar aquilo que a autoconsciência a orientou, rompendo com algumas formas tradicionais de arranjos, que sinalizam estar presentes como características das periferias, onde os coletivos precisam recorrer ao poder público, devido à sua omissão naquele lugar, como executor e garantidor dessas estruturas. Servem como exemplo o *campus*, o Hospital, e todas as demais reivindicações conquistadas, cujo processo se deu dessa maneira.

No movimento analítico, voltemos ao cronograma de reuniões. Em agosto, poucos foram os encontros, pois estava aguardando o resultado oficial divulgado pelo MEC. Em 9 de setembro de 2007 foi a última reunião com registros em ata. Nela, foi tratada das estratégias, que visavam focar nos itens de menor pontuação do resultado do edital e as mídias sociais. Nessa ata, há dois momentos em registros que chamam a atenção. Um deles foi a evidência de que só existe a mobilização do governo em virtude da pressão exercida pelos moradores. Nesse registro é importante frisar a autoconsciência das estratégias necessárias em virtude da realidade experimentada. O segundo momento foi a proposição dos dizeres na faixa a ser estendida quando o resultado oficial da classificação sair: “*A comunidade venceu*”. Essa proposta evidencia a noção coletiva de organização do bairro e as estratégias para mobilizar o poder público, que parece ser um opositor para os moradores. Talvez seja o reflexo da forma como a Restinga se originou. Por fim, houve mais uma audiência pública em outubro de 2007, no Mercado Público Municipal de Porto Alegre, para possibilitar que toda a cidade participasse e conhecesse o projeto. Fez parte da estratégia de usar as mídias sociais para divulgação.

Nesse ano, a comissão pró-implantação conseguiu se organizar para concorrer ao edital, organizou uma visita à Brasília, conseguiu a assinatura do termo de compromisso pelo prefeito e, em decorrência disso, sua proposta submetida foi contemplada na chamada pública regida pelo edital MEC/SETEC nº. 001/2007. Desse ponto em diante, as vozes não ecoam mais no âmbito do poder público municipal de Porto Alegre.

Em março de 2008 ocorreram os primeiros registros de reuniões. No dia 17 daquele mês acontecia uma audiência pública organizada pelo grupo. As pautas das

reuniões dos dias 1º e 8 são inteiramente dedicadas à organização do evento, cujo foco era a organização da escola técnica. A audiência pública ocorreu na Paróquia N. Senhora da Misericórdia, com representantes do CEFET de Pelotas, para conhecer as aéreas de atuação e estruturas de uma escola técnica federal. Nesse encontro, foram debatidas estratégias de integração entre servidores e estudantes, formato dos cursos, tanto para o técnico integrado ao ensino médio, quanto para os cursos superiores, bem como acesso aos grupos minoritários. É interessante perceber como a autoconsciência do lugar se manifesta nos focos de diálogo. O acesso aos grupos minoritários esteve alinhado com a política de cotas de ingresso, cujo efeito foi verificado nos processos de ingresso discente a partir de 2013, afinal, a Lei nº. 12.711 foi sancionada apenas em 29 de agosto de 2012. Logo, cinco anos antes já havia a preocupação com a desigualdade de acesso para o público da periferia. Guardemos essa informação, ela vai ser traduzida na concepção pedagógica.

Em abril do corrente ano ocorreram três reuniões. A primeira foi no dia 05 e foi anunciada a mudança de autarquia ao qual a escola técnica estaria vinculada. A Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), como era chamada, estava, até então, vinculada ao CEFET Pelotas. Daquele mês em diante, a vinculação passou para o CEFET Bento Gonçalves. Daquele momento em diante, via portaria, foi constituído um comitê de implantação da UNED Restinga. Dentre os participantes estava o prof. Amilton Figueiredo, que viria a ser o primeiro diretor do *campus*, anos mais tarde. A equipe destinada pelo CEFET Bento Gonçalves passou a acompanhar as reuniões organizadas pela comissão pró-implantação local a cada duas semanas.

Desse ponto em diante, há uma diferença marcante no processo de construção de um *campus* do Instituto Federal. De toda a minha trajetória na rede pública federal de ensino técnico, que se iniciou em 2010, não conhecia relatos sobre tamanha articulação com a comunidade para a implantação. As audiências públicas para a escolha de curso ocorrem em todas as unidades, mas a participação na construção da obra, não. Tampouco a participação da comunidade nas soluções dos entraves burocráticos, como liberação de terrenos pelas gestões de prefeituras municipais. Essa diferença, como já mencionada anteriormente, ocorre, na maioria dos casos, porque são os entes municipais que submetem o projeto via edital, com o terreno já destinado. No nosso caso, o caminho foi o inverso: os moradores da Restinga que buscaram o *campus*. E trabalharam arduamente para a sua implantação.

Nessa mesma audiência foi apresentada a nova configuração da escola técnica, cujo projeto de lei tramitava no congresso para a criação da lei dos Institutos Federais (Lei nº. 11.892/2008), que lhe conferia status de centro universitário. Assim, a escola passaria, formalmente, a se chamar *campus* Restinga, vinculado ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Outro ponto abordado no encontro foi a importância da escolha dos cursos e dos professores e as estratégias de organização dos debates para escolhas de cursos. Isso tudo seria acompanhado de um plano de pesquisa com jovens alunos da Restinga sobre o que pensam em cursar no futuro. Não há o registro da pesquisa realizada nos documentos cedidos. Talvez ele não tenha sido efetivado, pois as dificuldades técnicas com a gestão municipal começariam nas semanas seguintes.

O cenário poderia ser descrito em duas frentes: uma delas pensando pedagogicamente a instituição e outra, com a implantação em si. Nessa parte, o foco estará centrado no entrave com a gestão pública municipal. As questões pedagógicas serão tratadas numa seção à parte, dedicada a ela.

Em 7 de abril de 2008, a ata da reunião realizada fazia destaque à responsabilidade e importância do poder público para com a comunidade em relação a implantação do *Campus*. Também mencionava as dificuldades para inicialização da obra (atrasada em relação ao previsto pelo MEC) por falta de comprometimento do governo com as contrapartidas (liberação do terreno). Havia, também no registro, uma angústia, pois a preocupação com os reflexos daquela morosidade já produzia vozes, uma vez que os prazos não cumpridos acarretariam a perda do *campus*. Nesse mesmo encontro, foi informado que representantes do MEC estariam em Porto Alegre e se teria uma reunião entre esses e a gestão do município.

No dia 18 de abril de 2008, a ata da reunião apresenta registros bastante emblemáticos. Nessa reunião foram tratadas as dificuldades da implantação do *campus* e escolha de cursos. Também foi pontuada a importância dele dentro da Restinga, por fatores como o histórico do bairro, locomoção, distância, superpopulação, entre outros, e o valor do diploma do ensino técnico federal. Por fim, houve a proposição de um ônibus para visitar a área de implantação do *campus*, para próxima reunião.

As próximas atas que tratam sobre a doação do terreno são de 17 de maio de 2008, onde seria votado, na Câmara de Vereadores Municipal, o projeto de lei da sua

doação. Depois, em 12 de julho do mesmo ano, onde a gestão municipal ainda não havia realizado o trâmite no cartório do repasse do terreno. Em 23 de agosto subsequente, está em pauta a falta de assinatura de doação do terreno, bem como a ausência de previsão de realização das contrapartidas definidas no edital (acesso, iluminação, saneamento). No mês seguinte, em reunião, a comissão informa que cobrou formalmente a gestão municipal a ausência da doação, bem como a não previsibilidade, na peça orçamentária do ano seguinte, os recursos necessários para a implementação das infraestruturas pactuadas para o funcionamento do *campus*. No final do mesmo mês, em nova reunião, foi debatida a pretensão de realizar uma nova audiência com o prefeito para informá-lo do cumprimento legal dos prazos.

No mês de novembro do mesmo ano, estava pautada na reunião ocorrida no dia 1º a falta de recursos para a implementação das infraestruturas de contrapartidas e que não estão na previsão do orçamento do ano seguinte, nem para o Hospital e nem para a habitação. Na próxima reunião daquele mesmo mês, a questão do terreno se tornaria urgente, pois havia o risco de perdê-lo. Essa preocupação é muito evidente nas falas de todos os nossos interlocutores. Ela ganhou uma proporção maior nas suas verbalizações, pois parecia representar o risco iminente de perda do *Campus*, algo que era muito caro para o coletivo que o buscou.

Nelson, em seu relato, informava que *“tinha até já o pessoal trabalhando com a gente, dando as dicas e tal, mas ficou a liberação pendente”*. Essas pessoas trabalhando com eles eram a equipe liderada pelo professor Amilton Figueiredo, onde o início dos trabalhos se deu em abril de 2008. Era a sua equipe a responsável junto ao Ministério da Educação para o acompanhamento da obra e implementação do *campus*. O interlocutor seguiu o relato dizendo que *“o cara’ não queria liberar o terreno aqui. Estava faltando analisar a planta, o nosso amigo, o nosso prefeito Fogaça, não podia olhar para minha cara mais”*. Ele retrata a estratégia utilizada pelo coletivo, que era usar o mais amplamente possível os espaços disponíveis para cobrar a assinatura de doação do terreno, pelo prefeito, que estava sendo deveras moroso para com o processo. Mais uma vez, o poder público demoraria a chegar até à Restinga.

Em 7 de abril de 2008, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a comissão participou de audiência junto à Comissão de Educação da instituição. O tema principal discutido foi o prazo exíguo para a instalação das infraestruturas como contrapartidas.

Nesse cenário, os prazos prometidos pela administração municipal não estavam sendo cumpridos. Naquele momento, o prof. Amilton Figueiredo, designado pelo CEFET-BG para coordenar os trabalhos de implantação em conjunto com a comunidade, mencionara a necessidade de o governo municipal iniciar as contrapartidas que são de sua responsabilidade, uma vez que a aprovação do projeto ocorreu em setembro de 2007, pelo MEC.

Entre outros pontos, mencionaram a visita do secretário da Secretaria de Gestão e Acompanhamento Estratégico (SMGAE) da gestão de José Fogaça, o Clóvis Magalhães, realizada ao prof. Eliezer Pacheco, titular da SETEC/MEC, em Brasília. A comissão pró-implantação ficou sabendo do evento pelos jornais e ficaram bastante receosos. Conforme nossos interlocutores, havia um rumor de que a gestão municipal gostaria de implantar o *campus* em outro bairro, à revelia do conhecimento e dos trabalhos da comissão já instituída.

Na sequência da audiência, Maria Guaneci tomou a palavra e reafirmou a importância dos prazos, bem como o receio de perder a escola. Nelson corroborou com a necessidade de se cumpri-los, pois esses eram os finais, não haveria prorrogação. Também retomou o histórico municipal para com a perda de prazos. Justificou sua fala pelo significado do *Campus* para a Restinga, pois era um lugar composto por “*pessoas que se entregam, que lutam e se dedicam a lutar, um povo que vê seus filhos sendo presos ou assassinados sem ter oportunidade de vida. A construção dessa escola será uma alforria ao povo que lá mora*”. Percebe-se, novamente, a autoconsciência do lugar como motivadora de ações e reivindicações para a mudança da realidade do restingueiro. Esses elementos vão construindo uma descrição mais ampla das diferentes e complexas facetas que compõem a busca da instituição e justificam a preocupação para com os prazos. O *Campus* parece ser um caminho para a liberdade e sugere, naquele momento, que há uma reclusão vigorando entre os moradores do bairro.

Entre os relatos há o da professora Andreia<sup>14</sup> Zortea, da EMEF Mário Quintana, localizada na Resinga, que afirma ser necessário “*ter medo de perder a escola*”. Ela segue dizendo que há 10 anos trabalha na referida escola e vivencia o que seus alunos passam, bem como o que acontece com essas crianças e adolescentes.

---

<sup>14</sup> O registro da ata não trouxe seu sobrenome e não consta sua assinatura na lista de presença dessa reunião, mas foi localizado na lista de presença da reunião de 14 de junho do mesmo ano.

Também adiciona que a gestão municipal não retorna com respostas e não colabora para a solução dos problemas. Por fim, diz que “*a comunidade não aguenta mais ser relegada ao segundo plano*”. Há aqui o que podemos compreender como a geograficidade explicada em Serpa (2019), como aquilo que pode “embasar descrições compreensivas da experiência geográfica, já que ‘tendo identificado e interpretado estruturas de experiência, torna-se possível examinar os caminhos pelos quais se constituem, onde elas se originam, como elas se desenvolvem e se transformam’” (SERPA, 2019, p. 61). Trata-se das experiências presentes no espaço antes mesmo de analisarmos elas pela geografia. O que os relatos trazem aproxima-se desse conceito, por traduzir a autoconsciência presente. Embora ela esteja explicada como necessário à compreensão dos lugares pela perspectiva da existência, ela não se limita nessa acepção e torna-se promotora de ações, fruto da apropriação da autoconsciência do lugar. Essa apropriação simbólica do lugar lhe confere os limites e contornos da sua ocorrência e avança na figuração de lócus e passa a representar uma estrutura de poder constituída pelos moradores do bairro. Tal forma de manifestação de apropriação simbólica está representada na fala de Maria Salete ao dizer que “*não falam de partido político e sim dos novos governos que assumem e destroem tudo o que é feito, traz prejuízos à comunidade*”.

As duas passagens anteriores demonstram a noção gerada pela autoconsciência do lugar, em seus diferentes aspectos e entre os diferentes atores que compõem aquele lugar, quer sejam moradores, servidores ou professores. Essa noção é permeada por um cenário de violência e criminalidade e apenas contemplá-lo não é mais concebível. A necessidade de se movimentar perante essa realidade mescla todas essas intencionalidades com o lugar e gera ações. Esse lugar, então, reclamou seus direitos, empoderou-se e encontrou estratégias emancipatórias por meio da educação. Submeteu-se a um edital e construiu seus caminhos de ações para avançar no cenário posto. E conseguiu.

Isso demonstra o panorama institucional municipal, à época, cuja gestão parecia querer deslocar a instituição para outro bairro, muito mais centralizado e vinha sendo muito morosa nas liberações necessárias para a obra se iniciar, representando alto risco de perda ao *Campus* reivindicado e aprovado.

Outra perspectiva de compreensão dessas ações é aquela em que a participação do coletivo das lideranças comunitárias da Restinga, em prol do bairro,

se centra na união de forças em conjunto. Logo, não eram só as lideranças comunitárias, mas sim, um conjunto de várias pessoas, que acionavam mais pessoas no processo. Essa necessidade de lutar pelas melhorias de infraestruturas, também parece ter se tornado uma marca do bairro, somando-se às características do restingueiro. Além disso, algo que foi perceptível nas diferentes falas é sobre a manutenção da infraestrutura ou serviço conquistado, pois todas são resultados de grande esforço coletivo. Potencialmente, esta característica atribui um significado diferente ao objeto, tornando-o parte presente da apropriação desse espaço, tanto simbolicamente quanto materialmente, conferindo-lhes proteção.

Esse sentimento cuidadoso se manifestou em todo o processo de implantação do *campus* e pode ser traduzido pela memória do Nelson: *“ele [prefeito] vinha nas atividades, olhava para mim, eu estava na frente dele. ‘De novo, Seu Nelson!’ ‘Sim senhor!’”*. A posição dele era de perseverança, pois enquanto não saísse o terreno, ele, e toda a comunidade que representava, não parariam as cobranças. E essa concepção de coletividade transpassava suas necessidades individuais, pois *“nessas alturas, os meus filhos já tinham passado para o segundo grau. Nós já estávamos lutando pelo filho dos outros. Mas continuava, a luta continuava”*.

Nesse mesmo espírito, Maria Salete também colabora com a sua memória para compreender o significado desse momento. Quando questionada sobre como foi o processo, ela deixou bastante nítida sua percepção de que a prefeitura não imaginava que a Restinga pudesse estar organizada para ter um projeto pronto, o que parece corroborar com o estereótipo da marginalidade atribuído ao bairro. Segundo sua fala, quando o edital abriu, vários outros bairros também queriam concorrer, mas eles já haviam realizado a inscrição. Especificamente sobre a gestão municipal, ela citou um boicote sistemático, pois *“o próprio prefeito nos boicotou assim, o que deu por causa desse projeto. Tanto é que, nós passamos três anos nos reunindo de quinze em quinze dias, nessa comissão, buscando com que o prefeito cumprisse a parte dele, que era a cedência do terreno”*. Além do terreno, frisava ela, deveria cumprir com as demais instalações, como energia elétrica, rede sanitária, iluminação pública e pavimentação asfáltica para acesso ao *campus*.

Maria Guaneci traz uma percepção semelhante sobre o tema. Para ela, foi o início de uma *“luta, e aí começou o sofrimento. Porque não era desejo do governo municipal”*. Ela continua o relato falando sobre as dificuldades, que foram várias, além

de terem sofrido enorme pressão pela inércia do governo municipal, que estava acarretando numa perda do valor já destinado à instalação do *campus*, “R\$ 7 milhões pra começar a escola”. Ela relatava ainda a série de audiências públicas realizadas, na Câmara dos Vereadores Municipal e no bairro, conforme documentado anteriormente. Além delas, outra estratégia passava pela pressão física: “a gente teve que fechar ruas, a gente que fazer muitas ações, buscar muitas parcerias pra que esse projeto desse certo né”. No entendimento da coletividade, a multiplicidade ramificada em diferentes lugares era uma estratégia para a efetivação do projeto. Um dos exemplos foi o uso das mídias impressas. Várias notícias saíram em jornais de grande circulação em Porto Alegre e tratavam do processo de doação do terreno, corroborando com o que estava sendo discutido nas atas. O braço das comunicações da comissão transmitia suas angústias, desfechos e realizações às mídias, que publicavam o acompanhamento integral do processo de instalação do *Campus*.

Como efeito de todas as movimentações envidadas, em 17 de julho de 2008 foi publicado no Diário Oficial do Município de Porto Alegre (DOPA) a Lei municipal nº. 10.495, que tratava da doação de 78.086m<sup>2</sup> de área ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET-BG), condição necessária para concorrer ao edital SETEC/MEC nº. 001/2007. A liberação do terreno durou um ano, o que ratifica a morosidade da prefeitura em cumprir seus compromissos com o bairro periférico. Com efeito, o jornal Correio do Povo noticiou, em 8 de setembro de 2008, que a prefeitura havia escriturado o terreno em nome do CEFET-BG. Contudo, esse não era o fim do imbróglio. Ainda restavam as infraestruturas para ser disponibilizadas e a pressão da população ainda era grande devido a esses agravantes.

Entre os agravantes, há o que José Ventura trouxe: embora o prefeito tenha sido reeleito em 2008, a estrutura da prefeitura mudou, portanto, os processos ficaram morosos novamente, a ponto de perder toda a trajetória já consolidada. Segundo ele, o “governo quase colocou o projeto fora (inviabilizou), tanto pela assinatura do terreno quanto pela sensibilidade (da necessidade)”. Mas ele atribui o sucesso da conquista do terreno pelo reforço da estratégia já mencionada pela Maria Guaneci. Segundo ele, a divisão de tarefas entre as lideranças para acompanhar o processo foi fundamental e as decisões eram tomadas de forma coletiva.

### 3.6 DO ACESSO AO ACESSO

Depois da lei de doação do terreno, uma longa estrada aparece e, nela, há a necessidade de instalação de rede de água e de esgoto, rede de energia e eletricidade, bem como pavimentação asfáltica, conforme o edital preconizou. Tais necessidades foram alvo das reuniões entre final de 2008 até a conclusão das obras. Portanto, a lei dava acesso ao terreno, mas a falta de disponibilização de infraestruturas viárias não permitia acessá-lo fisicamente para iniciar as obras. Após o ato legal, fruto de intensa reivindicação e movimentações entre os atores envolvidos, a nova etapa era a contrapartida que faltava. Para compreender melhor isso, precisamos lembrar o episódio de Cláudia, interlocutora, com o engenheiro para a aplicação do asfalto na rua em que reside, conforme descrito anteriormente. Nele, ela cobrava a correta aplicação da manta asfáltica, ao qual o engenheiro dizia que para quem nada tinha, um pouco já era suficiente. No diálogo original, as palavras foram mais ácidas e, possivelmente, ele só aconteceu porque sua formação enquanto liderança acompanhou esse processo que será demonstrado e analisado a seguir. Nesse contexto, a ideia é semelhante: o papel executado pela Cláudia Cruz, agora está sendo executado, primeiramente, pelas demais lideranças envolvidas. Continuar acompanhando bastante próximo cada passo dado e cada promessa realizada é um sinal evidente de cuidado com a coisa conquistada, pois entende-se o impacto que ela tem e terá nas suas relações internas e externas, o que nos leva, mais uma vez, à compreensão dessa relação dialógica entre lugar e apropriação dessas características, que levará a outras ações, de defesa desse lugar, da manutenção do sentido de sua existência e do seu significado, tanto localmente quanto para o mundo.

Em 20 de setembro de 2008, a reunião realizada na escola Mário Quintana foi a primeira depois de ser realizada a escrituração do terreno em nome do CEFET-BG. Logo, as próximas etapas precisavam ser encaminhadas. A primeira delas, foi a abertura de uma estrada de acesso ao terreno, pois não havia infraestruturas disponíveis no local destinado para a instalação do *Campus* (e do Hospital, na quadra ao lado). Conforme o Nelson, o terreno destinado era bastante distante das áreas inicialmente sugeridas para a instalação, o que ensejaria grande deslocamento, mesmo dentro da Restinga. Esse aumento da distância poderia ser um impeditivo de acesso a muitos estudantes. Atualmente, ainda são restritas as linhas de ônibus que atendem a instituição.

Nesse ínterim, para que a licitação da obra pudesse ser lançada, a área do *campus* deveria ter a posse definitiva para o Instituto Federal e as infraestruturas deveriam estar disponíveis, pois impediam o início das obras a falta de rede de água e eletricidade instaladas. É nessa perspectiva que a mobilização continuou para depois da promulgação da lei.

Na reunião de outubro de 2008, a pauta continha o problema da falta de acesso, cuja responsabilidade era dos órgãos da prefeitura. Em novembro do mesmo ano, a pauta estava concentrada na falta de previsibilidade orçamentária para a execução das obras de infraestruturas previstas no ano seguinte. Em meados do mesmo mês, há o registro de outra reunião realizada, onde foi levantada a necessidade de maior mobilização para difundir as informações sobre as dificuldades que a comunidade estava enfrentando, para a Restinga e, também, para os demais bairros. Em 06 de dezembro de 2008, última reunião registrada daquele ano, persistiam os problemas com a gestão municipal. Em paralelo às questões que envolvem o terreno, desde meados de 2008, as concepções pedagógicas já estavam aparecendo nas atas, mas serão tratadas logo mais. Cabe o destaque para a compreensão do conjunto que a comissão possuía ao tratar da implantação de uma escola, pensando em seus diferentes aspectos e em conjunto com o ambiente ao qual ela se circunscreve.

Em 17 de janeiro de 2009, os movimentos da Comissão Pró-implantação recomeçam. Naquela altura, José Fogaça havia sido reeleito prefeito e seu vice era José Fortunati. Nessa reunião, foi tratado da audiência com o vice-prefeito visando encaminhar todas as liberações necessárias, uma vez que, conforme a ata, se comentava que Fogaça iria concorrer ao governo do estado do Rio Grande do Sul e, portanto, o vice-prefeito iria assumir a prefeitura. As questões políticas também permeavam as conversas, pois não queriam servir de propaganda eleitoral para nenhum candidato, visto que toda a mobilização para a vinda do *campus* foi apartidária<sup>15</sup> e organizada pela comunidade para a comunidade. Havia um orçamento destinado para o início das obras de algo em torno de 3,9 milhões de reais, cujo valor poderia ser recolhido pela União caso não fosse utilizado. Essa era uma das preocupações dos moradores do bairro: não utilização de um recurso público destinado a eles, o que soa inconcebível, frente as suas necessidades de uma rápida

---

<sup>15</sup> Por mais que a organização fosse apartidária, houve maior empenho das representações políticas do mesmo partido que estava no executivo federal e que, certamente, se utilizaram desse capital político para suas campanhas.

instalação do *campus*. Nessa mesma reunião, foi informado que os CEFETs haviam sido agrupados em Institutos Federais, compostos por *campi* instalados em diferentes municípios. A Restinga emprestaria seu nome ao *campus*, vinculado ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Em fevereiro ocorreram duas reuniões, a primeira estava mais concentrada nas questões pedagógicas e nos valores orçamentários para a obra e a segunda, focava mais no projeto, que já estava pronto para ser licitado, contudo, a falta da instalação das infraestruturas necessárias, como contrapartidas da prefeitura, impedia que o processo licitatório fosse iniciado. Depreende-se a frustração das pessoas envolvidas no processo por essa demora.

Toda essa morosidade enseja ações de mesma proporção, no sentido inverso, tanto que, no mês seguinte, na reunião se tratou da organização de uma audiência pública na câmara dos vereadores municipais, prevista inicialmente, para 7 de abril. Nessa audiência, propunha-se levar os documentos organizados de todo o processo até então transcorrido, demonstrando todo o empenho do grupo para que o *campus* fosse instalado. Também era estratégico que a divulgação na imprensa acontecesse, mas desde que não tivesse divulgação anterior. A perspectiva era evitar que a causa fosse apropriada por um ou outro partido político. A indignação era tamanha, naquele momento, que a falta de cumprimento das metas estabelecidas pela gestão municipal, alicerçadas na doação do terreno, levou-os a cogitar a possibilidade de se entrar com uma representação no Ministério Público contra o executivo municipal. A sensação de impotência parecia permeá-los, devido ao descaso do poder público. Afinal, era um coletivo de lideranças comunitárias lutando contra a máquina pública municipal, a proporcionalidade não os favorecia.

No mês de abril de 2009, as duas reuniões versaram sobre o mesmo tema. Os apelos seriam levados até a Assembleia Legislativa. Naquela reunião, a avaliação dos retornos da prefeitura sobre suas demandas era bastante negativa. Nos “jogos de empurra”, havia a revolta dos membros e o anseio para serem atendidos. A falta de empatia da gestão municipal para com os moradores da Restinga levava ao aumento da sensação de indignação e revolta. A ata de 17 de abril de 2009 possui uma frase muito emblemática e representativa dessa situação: “*injusto é perder nossas crianças nas ruas, injusto é mães perderem seus filhos por falta de opção profissional e educação*”, disse Maria Guaneci na audiência pública na Câmara dos Vereadores

Municipal. Nela, também ponderou a falta de agilidade da prefeitura para com as causas do bairro, especialmente, de modo inverso quando se trata dos grandes condomínios da zona sul da cidade, cujas liberações ocorriam com celeridade, demonstrando sua análise sobre as parcerias estratégicas da administração municipal com a iniciativa privada. Neste mesmo mês, quinze notícias saíram em jornais da cidade (Zero Hora, Correio do Povo, Diário Gaúcho, Jornal Vitrine, Jornal do Comércio) e no site da Câmara dos Vereadores. Antes da audiência pública do dia 17, o conteúdo jornalístico citava os atrasos nos prazos e o risco de perda do projeto. O prefeito justificava esses atrasos por dificuldades na aprovação ambiental. Na véspera e após a audiência, as notícias mencionavam o envio de secretário municipal de governança para assinar convênio no MEC para a implantação da escola, bem como tentar implantar uma unidade no bairro Partenon. Também mencionaram o início da limpeza do terreno pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU).

A reunião de maio do mesmo ano apresentou um cronograma de atividades, sintetizando as ações e seus responsáveis. Nesse cronograma, todas as etapas estavam previstas, conforme Quadro 1.

**Quadro 1.** Cronograma de execução das obras de acesso ao *campus*

Descrição	Início	Final	Responsável
Via de Acesso (Ensaibrada) DIR 7121	22/12/08	22/04/09	SMOV
Laudo de Cobertura Vegetal do Leito das Vias DIR 7119-7120-7125 (Entorno)	02/03/09	23/04/09	SMIC
Licença para Abertura e Ensaibramento (Entorno)	23/04/09	27/04/09	SMAM
Execução das Vias do Entorno	27/04/09	11/05/09	SMOV/EPO
Limpeza do Terreno	17/04/09	22/04/09	DMLU
Levantamento Planialtimétrico da Área	20/04/09	30/04/09	BSC
Laudo de Cobertura	30/04/09	05/05/09	PROFILL
Licença Prévia	05/05/09	08/05/09	SMAM
E.V.U.	30/04/09	15/05/09	SPM
Aprovação do Licenciamento Arquitetônico	15/05/09	01/06/09	Emp. Edital Proj. Escola
Elaboração Proj. Rede CEEE e Execução	15/05/09	01/06/09	SMOV/DIP
Rede d'Água Adequação Proj. e Orçamento	30/04/09	01/06/09	DMAE
Execução de Extensão p/Abastecimento d'Água — Obra	01/06/09	15/06/09	DMAE

**Fonte:** Ata 02/05/2009 – Acervo do núcleo de memória do *campus* Restinga.

Esse cronograma representava um sopro de esperança, pois permitia a visualização da conclusão das etapas e o início das obras de implantação da estrutura da escola. Contudo, ao fim do mesmo mês, a comissão verificou que os prazos seguiam sem ser cumpridos e discutiu novas ações para pressionar o governo. Entre os meses de junho e julho, a execução do cronograma ora estava no prazo, ora não estava. A comissão, naquele momento constituída de um grande grupo de lideranças comunitárias fazia a pressão nos órgãos públicos para que se autorizassem as ações necessárias. Durante o mês de julho, quatro ações pressionando o governo foram efetivadas. No dia 11, uma passeata na Explanada; no dia 13, fecharam o Centro Administrativo Regional Restinga (CAR), das 7h e 30min às 12h; dia 14 novamente tomaram o CAR, das 17h às 21h; e a quarta e última manifestação não foi registrada na ata. Na reunião de 15 de julho, especificamente, as falas registradas permitiam a interpretação de um sofrimento ainda maior do que da última vez. Alguns presentes na reunião pareciam tão indignados que suas falas soavam mais como ameaças aos membros da administração municipal. Havia razoabilidade para isso, depois de anos de espera, as obras não eram executadas conforme o cronograma proposto pela própria administração. A última reunião registrada em 2009 foi em setembro, cujas pautas não versaram sobre o cronograma.

Como havia uma resistência evidente no cumprimento dos prazos, a comissão se organizou e realizou ações permanentemente, como a menção que o Nelson fez ao Sete de Setembro, articulando ações com as escolas, onde as crianças levantavam cartazes confeccionados a lápis e canetas escrito “Assina Prefeito!” Outras ações foram mais drásticas, devido à dramaticidade que a situação ensejava. Uma dessas foi um ato refratário em relação ao uso e ocupação dos espaços. Além de fechar avenidas cobrando uma posição da gestão municipal, evidenciando a apropriação territorial daquele lugar, como mencionado, a articulação da comissão fechou o CAR-Restinga — que funciona como uma subprefeitura regional. Maria Salete mantém muito viva essa memória:

*Nós fechamos o CAR, que era o centro administrativo daqui. Daí nós invadimos e fechamos o centro! Não saímos daqui enquanto não nos derem uma resposta. E aí toda comunidade foi falar, todos os representantes de todos os lugares sabe, os guardas que eram amigos olhando para nós “Meninas, só não façam bagunça, só não quebrem nada” (risadas). Mas assim, pessoal todo foi para lá, levou o chimarrão, nós fizemos revezamento. E nós não vamos sair daqui enquanto não tivermos uma resposta! E a mídia em cima né. Houve muitas reportagens. (...) E nós não saímos enquanto não*

*vierem conversar 'com nós'. Queria que nós fossemos lá na prefeitura. Aí eu disse "não, agora chega".*

Essa memória da interlocutora evidencia um efeito colateral daquela distância de acesso ao poder público produzido pelo capital: um ato representativo de apropriação territorial do espaço público para demover o esse poder até eles. A simbologia do lugar de poder municipal sendo invadido pelos moradores e representações comunitárias da Restinga, cuja interpretação se tornara óbvia, pois era o momento de a administração pública municipal realizar o caminho até a periferia, uma vez os moradores estavam indignados de ir até a centralidade reivindicar suas necessidades. A indignação mencionada possui a mesma característica daquela que sugere o reconhecimento da periferia como fruto da exclusão capitalista, pelo sentido na necessidade da sua existência como provedora de mão de obra barata. Ao mesmo tempo que é necessária, deve ficar distante do alcance da visão da elite hegemônica financeira. O evento descrito acabou sendo uma mensuração de poder em relação à esfera pública e um grito de atenção. Dito em outras palavras, são uma comunidade consciente das suas necessidades, marcada pelo estereótipo de ser da Restinga, que lutam com condições melhores e que estão realizando o trabalho que o próprio poder público deveria fazer. Basicamente, eles pretendiam ter a atenção que o Estado não lhes dava. Fizeram o uso da mesma linguagem do prefeito: emperraram o processo e não deixaram de fazê-lo enquanto a coisa não se movimentou.

O ano de 2010 é marcado pela inauguração do *campus* Restinga/IFRS, na sua sede provisória. A mudança para o espaço definitivo aconteceria em 2012. Nesse ano, muitas atividades por parte das lideranças comunitárias aconteceriam. O jornal *Vitrine* já destacava em fevereiro, novamente, a invasão do CAR Restinga, mencionando “a força de uma comunidade organizada e mobilizada, quebrando barreiras burocráticas e acelerando órgãos públicos” (Jornal *Vitrine*, 2ª quinzena/fev/2010; acervo do núcleo de memória do *campus* Restinga). Em março, o jornal *Correio do Povo* noticiava o início das obras e, contraditoriamente, o *Jornal Vitrine* noticiava, em abril, que as obras no terreno estavam aguardando as contrapartidas da gestão municipal. No dia 27 de março há o registro de uma ata de reunião da comissão e nela foram debatidas as pautas que envolviam as obras para construção da estrutura física do *campus* e as responsabilidades. Para eles, o atraso foi reflexo da morosidade dos órgãos municipais, associado ao descaso da administração central. Visto de outra forma, o

grupo responsabilizava o prefeito Fogaça, diretamente. Como reflexo, os serviços dos órgãos estaduais estavam atrasados porque dependiam das conclusões das obras de competência municipal, especialmente as partes elétricas e de saneamento, incluindo a área de alagamento. Na reunião, avaliaram que em dois meses as obras estariam concluídas. Como encaminhamento da reunião, discutiram como estratégia a pressão por providências junto à gestão do município.

Tal problema era noticiado pelo jornal Zero Hora, em 13 de abril de 2010, cuja manchete versava sobre a paralisação das obras por falta de infraestrutura básica, ou seja, a contrapartida que não havia sido cumprida ainda. Em 24 maio de 2010, foi a vez do jornal Correio do Povo noticiar o mesmo problema. Nesse mesmo mês, no dia 18, houve um novo registro de reunião em audiência pública, cuja pauta óbvia eram os atrasos e a postergação do início das obras do prédio. Ao contrário das narrativas dos nossos interlocutores que expressam emoções nas tonalidades das suas vozes e expressões, o papel onde há o registro da ata não possui essa característica, mas conseguem traduzir a intencionalidade da escrita. Assim, a aparente intencionalidade presente no que está escrito é de demonstrar a indignação com os atrasos recorrentes, motivados por múltiplos fatores, entre eles a dificuldade de comunicação entre os órgãos internos do governo municipal. Nessa reunião, Djanira manifesta sua insegurança com as obras da copa, pois não conseguem construir uma escola em quatro anos. Para ela, há muita morosidade e a fala dos vereadores presentes não atingem a comunidade, pois eles não a conhecem e comenta: “*o avô da vereadora Brizola [que estava presente na audiência pública] e o Paulo Freire devem estar se revirando no túmulo pelo descaso com a educação*”. Interpreto que a ata da reunião parece demonstrar sua indignação por se sentirem manobrados pelas representações governamentais. Na ata, mesmo o representante do MEC, que atualmente é professor do IFRS, defendeu o governo municipal. É evidente que há a necessidade de não romper as parcerias estabelecidas e não cancelar os convênios. Mas a conivência pareceu ser temerária para os representantes da comissão. Mais uma vez, a situação do comento gera preocupações e ações derivam disso, logo, é um processo autoconsciente e político, onde há lugar de fala sobre o espaço ocupado.

Em junho de 2010 é o último registro em ata de atividades daquele ano. As obras no *campus* continuam com problemas, mas as aulas iniciarão em sede provisória alugada até a conclusão das obras. Embora não em estrutura própria e

definitiva, o objetivo de toda a luta começa a colher efeitos: o ingresso de estudantes, do bairro Restinga ou não, está definido. Tal novidade foi alvo de notícias no jornal Diário Gaúcho (01/06/2010), que, além desse fato, noticiava o atraso nas obras. Esse veículo de imprensa trazia o histórico de acompanhamento desde 2009 da previsão das obras, demonstrando a evolução e os atrasos sucessivos. O Jornal Vitrine também noticiou o sorteio de candidatos(as) para ocuparem as primeiras vagas destinadas aos cursos propostos.

Na sede provisória (Figura 13), sonhos e esperanças acumulados pela comissão pró-implantação começaram a tomar forma. As angústias até aqui relatadas tiveram o propósito de demonstrar o empenho dos moradores em efetivar a instalação do *Campus* do Instituto Federal. Tal empenho é tão evidente porque mostra-se como um reflexo desse amor pelo lugar. Esse amor é demonstrado pela defesa da coisa reivindicada para que seja instalada e se possa dizer, ao fim, que eles conquistaram mais uma obra. Esse marco, no lugar, vai concentrar todos esses sentimentos, quando pronto e manter a representatividade deles e sem compreender esse amor e afetos por esse lugar, nenhuma ação teria o mesmo resultado, porque o sentimento manifestado parecer ser a potência que os mantém.



**Figura 13.** Sede provisória em 2011: primeiro grupo de servidores. **Fonte:** acervo de memória do *campus Restinga*.

### 3.7 SIGNOS, SIGNIFICADOS E SENTIDOS: O QUE SE ENTENDE E SE PERCEBE SOBRE O CONJUNTO DE REUNIÕES

Sobre esse enorme circuito de reuniões, depreende-se que o nível de esforço dos moradores para o poder público se fazer presente na periferia é imenso. Aparentemente, a manutenção da distância estabelecida 42 anos antes se mantinha, mesmo essa sendo simbólica agora. A representação de tais movimentos pelas lideranças comunitárias sintetizam essa força pela pressão firmada. A fala de Maria Guaneci, nesse sentido, que coloca em xeque a morosidade da prefeitura pelo tipo de ação a ser desempenhada é muito evidente desse descaso. Obras destinadas ao atendimento de uma pequena elite financeira da cidade são facilmente executadas, enquanto aquelas para o atendimento de uma das mais afastadas periferias do mesmo município não avançam. É uma mensuração óbvia de prioridades. A sensação das representações comunitárias estava sendo orientada pela emergência daquele lugar, quando esse é pensado a partir das lugaridades. Segundo a proposição de

Marandola Júnior (2020, p. 9), esse termo é uma “adverbialidade” de lugar, que o dota de “uma dinâmica existenciária articulada com outras escalas de constituição de espacialidades”. Holzer (2013) sintetiza o seu entendimento sobre lugaridade como uma expressão dialógica dos seres em movimento entre lugares e caminhos. Dessa vivência e experiências, em conjunto com a geograficidade, arrumam e delimitam os espaços.

Marandola Júnior (2020) nos auxilia para além da compreensão fenomenológica, avançando para uma perspectiva crítica. Se aplicada ao contexto da Restinga, a sua teoria encontra respaldo pelo lugar em que os moradores se encontravam naquele momento, ao considerarmos a lugaridade para além do pensamento focado apenas sobre os objetos, e ainda, para além da relação existente entre sujeitos e objetos, ou seja, quando sujeitos e objetos relacionados se fundem num único elemento. Esse novo elemento — a Restinga como unicidade — constituída pelo conjunto de moradores que interagem com o lugar, dota-se de autoconsciência sobre si e percebe, criticamente, a sua situação, da qual gera as demandas necessárias para supri-las. Essas demandas enseja a busca de soluções para os problemas encontrados e as configuram como as emergências, que estão sendo representadas pela necessidade de ter uma escola técnica federal ou um hospital, cujos argumentos de Maria Guaneci estão respaldados. Essas emergências “entrelaçam de maneira essencial espaços, lugares e entes em ato, em uma topologia relacional que em sua presentificação acontecimental, não se delinea a partir de uma anterioridade histórica, mas de um acontecer” (MARANDOLA JÚNIOR, 2020, p. 10). Isso entende-se por um devir e o que faz criar a necessidade: a autoconsciência do lugar que gera ações fruto da lugaridade. Nesse caso, sujeito e objeto não são mais distinguíveis, apenas são sujeitos ensejadores de ações, portanto, um elemento combinado que possui uma força, um poder, um território próprio.

O cabo de força é muito representativo disso, pois estão sendo duas posições distintas em disputa num jogo de forças: a Restinga como unidade *versus* gestão municipal da época. Marandola Júnior (2020) e Holzer (2013), colaboram para elucidar tais análises, pois estão postas como expressões materializadas do espaço geográfico que ocorrem para além da sua interpretação clássica, da separação entre sujeitos e objetos. Elas “se constituem como espaços-entre a partir de relações de lugaridades existencialmente significadas em sua multiplicidade, coexistência e

conflitividade” (MARANDOLA JÚNIOR, 2020, p. 11). Nessa concepção, houve um espaço criado resultante de disputas políticas, um espaço particular entre esses dois sujeitos, pela mesma perspectiva de que se pode pensar o lugar como um modo de ser, e daí, expresso pela lugaridade, que não seria percebida de forma individual, mas sim, pelo modo de ser, que seria “irrupção, vida, pulsação, movimento, encontro, reunião, copertencer, tensionamento, transpassamento, embate” (MARANDOLA JÚNIOR, 2020, p. 11). Tudo isso sintetiza o fenômeno e o evento aqui debatido, também representa o lugar e lugaridade, portanto, espaço.

Por fim, todas essas questões ainda são permeadas por outras percepções. Se fôssemos atribuir vetores aos sentidos das ações empregadas ou interpretadas pelas falas dos interlocutores, poderia se indicar o sentido externo e o sentido interno, conforme eram pensadas as ações para o bairro, disso, considere como a Restinga para dentro e a Restinga para fora. Várias das lideranças deixaram transparecer em suas falas uma perspectiva de conquistar todas as infraestruturas pensadas para uma cidade para dentro da Restinga, como se ela fosse autossuficiente e que os moradores não necessitariam de grandes deslocamentos para trabalhar. Seria isso uma forma de gentrificação? Ou seria fazer o poder público assumir seu papel em todas as responsabilidades que lhe cabem? De alguma maneira, o reflexo disso são os equipamentos urbanos que a Restinga possui, como o *Campus*, o Hospital, o CEU das Artes, um fórum, um camelódromo, entre tantos outros. Todos só foram possíveis pela mobilização popular. Na fala do Nelson, em 7 de abril de 2008, o uso da palavra “alforria” possui uma possibilidade de resposta à pergunta. Certamente não se trata de um processo de gentrificação, é uma real possibilidade de libertação por meio da ascensão pela educação. A forma emancipatória que se evidencia entre as camadas sociais menos favorecidas e defendida por Paulo Freire (2017). Talvez, essa concepção do que é externo e do que é interno do bairro, em boa parte traduzido no estereótipo atribuído e na reação a esse estereótipo, sugira a compreensão de parte do entendimento sobre a proposição de quilombo, nessa ideia de autossuficiência e numa identidade predominante.

Outra perspectiva que surge é sobre o impacto das reivindicações conquistadas, que retroalimentam ações. Essa ideia parecia estar sendo refletida na própria mobilização das lideranças, pois elas se davam pelos interesses manifestados e ocorriam, justamente, nos espaços já construídos outrora. É como se a infraestrutura

disponível facilitasse a organização dos encontros, ou seja, à medida que se sofisticavam os aparelhos conquistados ou disponibilizados, maior era a capacidade de buscar novos equipamentos mais complexos e o *Campus*, atualmente, também é exemplo disso. O agrupamento das pessoas em comissões se deu pelo conhecimento da importância que esses equipamentos teriam (e têm) para a Restinga. Maria Guaneci percebe a luta como algo extremamente importante. Segundo ela, atualmente, ao olhar para o contexto social da Restinga, nota que a educação do ensino fundamental e do ensino médio estão bem fragilizadas, tanto que *“a gente sabe que os nossos alunos não conseguem passar numa prova do IF [Instituto Federal], ou não conseguem permanecer nos cursos porque o que eles aprenderam no ensino fundamental ou no médio, não consegue acompanhar o aprendizado do IF”*.

Como já demonstrado, o conjunto de fragilidades características de bairros periféricos, bem como a relação produzida pela distância se reflete no sentido ambíguo da marginalidade. Nesse ínterim, uma análise possível de ser realizada é sobre o binômio marginalidade e conquista, conforme as ações já demonstradas ao longo do texto. É possível traduzir esse binômio para lugar marginal e território conquistado? Ou ainda, uma tradução mais adequada é dizer que a marginalidade é refletida no lugar — ou o lugar reflete a marginalidade, tanto quanto as reivindicações e conquistas são fruto da apropriação do lugar, ou seja, da lugaridade e, portanto, ensejadoras de ações e por isso, tornam-se alvo de defesas dos moradores, que pode ser entendido tanto com uma defesa, quanto de um território. Nessa análise, ambas andam juntas e são mais do que apenas palavras: possuem um forte significado pela história de lutas que carregam. E, por fim, se ambas andam juntas, elas seriam um híbrido entre lugar e território. Como elas se manifestam no *Campus*?

A próxima dúvida que surge é como todo esse acúmulo se manifesta na organização didático-pedagógica da instituição?

#### **4 DA RESTINGA AO *CAMPUS* RESTINGA: UM POUCO DE SENTIMENTO VAI DO CORAÇÃO ÀS MÃOS**

Até esse momento, tentei construir os argumentos para demonstrar o processo de constituição do lugar, nesse caso, compreendido entre a fenomenologia de Tuan (2015) e a crítica de Santos (2006). Entende-se, a partir de Serpa (2019), Marandola Júnior (2020) e Holzer (2013), a perspectiva da geograficidade, da lugaridade e que sujeitos e objetos precisam ser vistos em conjunto, quando estes estão imbricados de tal maneira ao lugar que um faz parte do outro. Nessa unicidade, há ações que são demandadas pelas pessoas a serem executadas sobre aquele lugar e uma forte reação de defesa desse lugar, nesse sentido, territorializando-o.

Os marcos territoriais se apresentam como símbolos expressos no lugar. Eles se originam da organização e da composição dos lugares, a partir dos sentidos que são atribuídos aos objetos, que podem ser uma praça, como a Esplanada ou, até mesmo, o *campus* Restinga. No bairro, deixar as suas marcas nos objetivos reivindicados e conquistados acabou sendo uma característica das ações entre as lideranças comunitárias, organizadas em grande grupo e responsáveis pela construção de políticas internas de ação do bairro. É importante fazer o destaque de que responsabilidade é essa, pois ela é simbolicamente adquirida e respeitada pelos demais moradores, com todos os conflitos que isso pode acarretar, ao passo que não é um cargo público, mas sim uma representação dos anseios de grupos estabelecidos em diferentes partes do bairro. Cada grupo reconhece uma liderança e essa desempenha esse papel, que pode mudar ao longo do tempo. Uma das perspectivas é que esses papéis são assumidos conforme a idade e histórico de experiências de vida e as ações desempenhadas em prol dos moradores próximos. Mas, compreender minuciosamente como cada um foi se construindo é uma tarefa que não teria o melhor espaço nessa pesquisa, pois merece uma dedicação para tal feito e esse não foi um objetivo aqui proposto.

Logo, como o *campus* Restinga é o objeto de pesquisa, e também o sujeito da pesquisa, pois levar esse conhecimento adiante e difundi-lo é uma estratégia dos moradores da Restinga, e, portanto, essa tese se tornou um objeto deles, pretendeu-se, aqui, analisar como as políticas internas representadas pela comissão pró-implantação se materializaram na organização da instituição. Nesse caso, estou numa posição muito privilegiada, pois, conforme dito anteriormente, ocupei o cargo de

diretor de ensino entre agosto de 2016 e fevereiro de 2020. Dentre as minhas responsabilidades, estava a manutenção da política pedagógica institucional, bem como a concepção pedagógica adotada no *campus*, que possui peculiaridades, quando compara às demais empregadas nos outros dezesseis *campi* que constituem o Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Essa concepção pedagógica, possui a ser muito bem compreendida a partir do momento em que realizo essa pesquisa e desenvolvo essas reflexões, pois ela traduz o ambiente em torno do meu lugar de atuação.

Ao construir a proposição da entrevista com as lideranças comunitárias, um dos objetivos era analisar a relação com o *campus*, bem como o processo de reivindicação e conquista dessa instituição. Nisso, transpareceram as formas de ação que culminaram na proposta de concepção pedagógica adotada. A participação dessas pessoas foi elementar e sua perseverança na coisa batalhada foi até o final. Um verdadeiro ato de resiliência. Portanto, percebo como o melhor caminho para explicar o processo como aquele em que os diálogos estabelecidos demonstram essa preocupação e proposições. Neles, as concepções de lugar e de afeto e defesa deste surgem e são materializadas na proposta relacional que vai se estabelecer dentro e fora da instituição.

A composição dessa análise encontra recursos nas falas, como mencionado, mas, também, nas atas dos eventos realizados para sua construção. É possível acreditar que desde o início da ideia de se trazer um *campus* para o bairro, as moradoras envolvidas já haviam pensado no formato que a escola teria, pois não foi a primeira a ser reivindicada e conquistada, vide suas experiências na busca das escolas municipais para o bairro. No caso do Instituto Federal, a primeira menção aos objetivos aparece na ata registrada de 14 de julho de 2007, o mês em que foi submetida a proposta ao MEC. A primeira turma começaria as aulas em agosto de 2010.

O resultado de todo esse esforço coletivo é a materialização dos sonhos do grupo, suas dores, suas lutas e seus esforços, bem como seus afetos, seus amores e suas perspectivas. Compreender essas manifestações no espaço é caro para a geografia, pois denota o vivido, por meio de formas particulares de organização, que se constroem por etapas e por amadurecimentos. Essa é a forma de construção dessa parte da pesquisa.

#### 4.1 A PERSPECTIVA DOS CURSOS PRETENDIDOS

Em julho de 2007, no retorno da ida a Brasília do Nelson, a reunião do dia 14 tratou das avaliações dele e dos próximos passos que deveriam ocorrer sequencialmente, uma vez seguido o ritmo natural do processo, caso os estraves com o governo municipal da época não tivessem existido. Naquele momento, não havia nenhuma outra orientação sobre como se dava a escolha de cursos, nem os professores definidos, nem que a escola técnica ficaria ligada a um CEFET (e posteriormente, compondo o IFRS). Para eles, a definição dos cursos era o ponto mais importante e que deveria ser dialogado com o MEC, bem como a busca de empresas para parcerias. A área de informática já se destacava nas discussões. No debate, temas como economia solidária, com o intuito de agregar mais pessoas, especialmente aquelas sem formação e adultas com mais de 30 anos. Pode-se considerar os princípios da extensão presentes nas falas.

Na fala de Josué Cilmar L. da Silva, representante da Câmara dos Vereadores Municipal e morador da Restinga, no Barro Vermelho, é destacada a necessidade de “*trazer técnicos negros para se fazer presentes, índios e todos os segmentos*”. Além da preocupação do acesso amplo, especialmente para negros e indígenas, algo que se tornou lei alguns anos depois, que foi o acesso por cotas sociais, raciais e indígenas, havia, também, uma preocupação com todas as gerações poderem acessar a instituição. Este tópico surgiu na fala de Maria Guaneci. Como resposta à inquietação, o Nelson relatou o projeto de EJA para escolas técnicas. Possivelmente, sua relação estava atrelada à assinatura do Decreto nº. 5840/2006, que instituía e dava providências para a implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade EJA. Atualmente, a Restinga é o único *campus* dos que compõem o IFRS que possui dois cursos nessa modalidade, oferecendo 64 vagas anuais para ingresso, sendo 32 no curso de Comércio e 32 no curso de Agroecologia, revelando um alinhamento estreito com as necessidades dos moradores do bairro.

Na mesma reunião, o Ver. Comassetto falou sobre ser estratégico um número maior de cursos, procurando abranger a maior diversidade possível de pessoas. Complementou dizendo que “*no encontro com o ministro [da educação, Fernando Haddad], juntamente com o professor Eliezer Pacheco [secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC] e Maria do Rosário [deputada federal],*

*ressaltaram que a Restinga já foi criada num governo de exclusão*". Aparentemente, a instalação do *campus* acabou sendo uma forma de justiça social. Se o governo municipal da época realmente não queria a escola técnica na Restinga, isso não pode ser afirmado, pois a pesquisa não abrangeu esse nível de detalhamento e pessoalidade. Contudo, os fatos encontrados nas atas, jornais e falas dos moradores evidenciam uma enorme morosidade para o atendimento das solicitações da população do bairro. Estava sendo nítida a falta de vontade política daquela gestão em instalar as contrapartidas, após a liberação do terreno. Ao contrário desses, a administração pública federal estava procurando agilizar ao máximo os processos, promovendo uma agenda progressista.

Essa reunião trouxe temas caros sobre a educação brasileira e demonstra como outros intelectuais já pensaram sobre eles e que, como reflexo, vão compor documentos orientadores da política pedagógica institucional em diferentes esferas. Gadotti (2012) afirmava que é necessário contextualizar a educação no momento histórico e do lugar e território do qual ela está sendo discutida, portanto, é sobre o contexto periférico da Restinga e sua complexa forma de composição e organização. Ao pensar esses contextos que são apresentados em diferentes momentos de reuniões realizadas pela comissão pró-implantação, dialoga-se com diferentes grupos, tentando compor uma ideia de currículo intercultural, que englobasse as ações e relações com a escola, assim como o conhecimento científico — pressuposto para a existência do *Campus* aos olhos dos moradores —, “os saberes da humanidade, os saberes das comunidades, a experiência imediata das pessoas e considera a educação como um processo sempre dinâmico, interativo, complexo e criativo” (GADOTTI, 2012, p. 14).

Outro diálogo imprescindível que permeará os demais debates que se desenvolvem, especialmente, a partir desse ponto, é com Arroyo (2013), que compreende o papel da diversidade populacional na formulação de currículos, singularmente, na educação popular. Os temas levantados pelas lideranças comunitárias sugerem que há uma efetiva afirmação e emergência de sujeitos, que irão ser refletidas nas salas de aula da instituição, quando em funcionamento, que representarão as afirmações desses sujeitos sociais que estão sendo contemplados na perspectiva de inclusão curricular, tanto a partir da permanência e do êxito, quanto do acesso à instituição, como se verificará nas falas. Esse fato traz luz aos

ocultamentos e ausências históricas que as periferias sofrem ao longo do tempo. Para o autor, quando não se observa a diversidade, os currículos acabam tratando se estudantes genéricos. Ele propõe uma nova abordagem, numa possibilidade de diálogo com o que ocorre na Restinga.

A diversidade de experiências sociais, culturais, de formas de ler e pensar o real e de pensar-se chega às escolas com essa diversidade de sujeitos. Diversidade e presença que não podem ser desperdiçadas. Se por décadas foi tentado ocultar a diversidade de sujeitos, hoje os mestres percebem que não é mais possível. Que é urgente torná-los visíveis e reconhecê-los sujeitos críveis. As tentativas históricas de ocultá-los e desacreditar tanto aos mestres quanto aos alunos, sobretudo dos setores populares, encontram resistências das crianças, adolescentes e jovens, das famílias e comunidades dos próprios trabalhadores da educação (ARROYO, 2013, p. 148)

Torna-se evidente que as experiências e vozes trazidas pelas lideranças comunitárias traduzem a necessidade de dar visibilidade aos seres invisíveis da periferia, abrangendo uma perspectiva de qualidade educacional aliada ao respeito à diversidade encontrada na periferia. A visibilidade é o tema central da proposta pedagógica proposta pelos nossos interlocutores. Observem que à medida em que se avança nessa composição, mais elementos que permitem suprimir os ocultamentos se fazem presentes. Prova de sucesso dessa perspectiva é que será visível nos murais do *campus*, nas figuras 14 e 15.

Retomando o processo de construção, na audiência pública mencionada anteriormente, uma estratégia debatida foi a realização de um circuito de visitas a outras escolas para analisarem os formatos existentes, tanto de administração como de concepções pedagógicas. Além disso, algumas estratégias de cunho territorial foram debatidas, especialmente, para superar a organização da zona norte. Se fazer presente e militar junto era uma demonstração de forças frente aos outros grupos organizados de outras áreas periféricas, ainda mais que o instrumento mais utilizado, à época, para o poder público municipal se fazer presente nesses lugares era o Orçamento Participativo, logo, o número de delegados em cada região era um fator importante.

Na sistematização de encerramento daquela audiência pública, apareceram “definições dos conceitos e diretrizes da nossa escola”. Havia a previsibilidade de dar continuação na próxima audiência pública, que possivelmente foi realizada em 15 de setembro do mesmo ano. Infelizmente, não há registro desse evento.

Em 17 de março de 2008 ocorreu a primeira audiência pública daquele ano. Ela contou com a presença de oitenta e cinco pessoas, conforme a lista de assinaturas.

Entre os presentes, estavam representações dos CEFETs do Rio Grande do Sul, cujas falas fizeram referência à discussão pedagógica da escola, que deveria ser construída com a comunidade e órgãos de educação. Entre outras coisas, informaram que os estudantes iriam ingressar por processo seletivo e que os cursos seriam médios integrados, com duração de quatro anos, bem como o ingresso de servidores ocorreria via concurso público, além de equipes terceirizadas, que seriam contratadas diretamente. Outra informação apresentada era a necessidade de pensarem políticas que permitiriam o acesso de grupos minoritários. O Nelson traz para a discussão as cotas, questionando se elas seriam sociais ou raciais. Nas diferentes falas, entenderam que essas concepções deveriam ser construídas de forma ampla com todos os moradores. Notem que a forma como estão pensando a escola e sua tradução em currículos perpassa compreensões sobre o papel que a escola deveria ter, produzindo uma resignificação do espaço escolar, contribuindo para a resignificação do restingueiro, que avançam em relação com o que Arroyo (2013, p. 149) trazia como preocupação, sobre a abertura de espaços centrais para os autores das experiências e que reconhecem os sujeitos dos conhecimentos. Além disso, entendem que a educação escolar é um direito inalienável e é um dever do Estado e, também, avançam no entendimento sobre qual é o espaço da educação, visto que ele está sendo discutido por um grupo de pessoas, dialogando com os moradores e em diferentes esferas, articulando-se a uma rede de políticas sociais e culturais, com atores sociais e de equipamentos públicos. Essa articulação entre espaços, políticas e atores que possibilitam a construção de novos lugares, territórios físicos e simbólicos, bem como suas expressões nas paisagens, traduzidos na educação pública é o que Jaqueline Moll (2008) vai conceituar como Educação Integral.

Uma característica manifestada foi a atenção e o cumprimento das normativas legais instituídas, a exemplo da inclusão e do acesso. Outra característica que se verificou sobre o processo de condução e de desenvolvimento do projeto foi o diálogo no grupo e a reflexão sobre as ações, produzindo melhorias ao longo das suas execuções, pois a estavam conduzindo de maneira transparente e horizontalizada. Essa perspectiva vai acompanhar todo o processo e se concretizar na organização pedagógica do *campus*, que evitaria, na perspectiva de Moll (2008), a crise da instituição escolar. Para a autora, o constante diálogo entre os diferentes atores que compõem a escola: servidores (docentes e técnicos), estudantes e seus familiares,

gestores e comunidade (no caso do IFRS, sociedade civil organizada), é o que vai garantir os melhores rumos para a instituição, assim como Arroyo (2013), que defende o papel dos sujeitos coletivos presentes na história (e comumente negados) tem profundo sentido didático-pedagógico. No caso do *Campus Restinga*, isso é representado pela presença e atuação desde o conselho de *campus* até as diferentes comissões e projetos que dialogam com esses atores.

O próximo evento, em 5 de abril do mesmo ano, foi onde surgiram novamente as discussões pedagógicas, transcorridas duas semanas da anterior. Nessa reunião, se discutiu possibilidades de cursos a serem implementados no *campus*. Cada pessoa que sugeria as áreas trazia suas justificativas pela avaliação da necessidade frente a realidade local. Os cursos sugeridos estavam nas áreas da saúde, afinal, o Hospital da Restinga Extremo Sul já estava em vias de construção para o bairro. Também se discutiu a área ambiental, cujas justificativas passaram pela poluição das águas e bairro. Outro tema foi a área agrícola, especialmente, a agroecológica, pela vocação rural da zona sul da capital. Por fim, a prof.<sup>a</sup> Janete Otte (CEFET-Pelotas) diz que o *Campus* terá a cara deles no “*nosso campus*”.

Das discussões iniciais, já estava sendo evidente a noção micro e macro regionalizadas em relação à zona sul de Porto Alegre em diferentes questões, como demonstrados nos eixos sugeridos dos cursos, bem como a vocação para uma construção pedagógica que traduzisse a realidade do bairro para dentro da instituição. Essa tradução é um fator importante, pois deixa impressa a marca do coletivo de pessoas que o representaram no processo e segue presente. Essa forma de marcar o espaço favorece a identificação e o pertencimento, bem como desenvolve o cuidado pela coisa pública, pois faz parte do seu cotidiano, da sua vida. Também demonstra um diálogo inicial que traz a compreensão sobre o papel da educação pública quando essa toma para si responsabilidades, que, em conjunto com as demais instituições sociais, poderia fazer convergir políticas públicas intersetoriais e articulá-las via instituição (MOLL, 2008).

Duas semanas mais tarde, em 18 de abril, em reunião realizada no CAR-Restinga, o Nelson versava sobre os resquícios da ditadura militar que ainda permaneciam no bairro que o remetiam à importância de uma escola técnica ali instalada. Outrossim, ele era oriundo da Escola Técnica Estadual Parobé e que era graças ao seu ensino técnico que ele manteve a família até então. Maria Guaneci

mencionava a dimensão populacional da Restinga, questionando os dados oficiais do Censo de 2000, que estariam muito defasados, em cerca de 1/3 do que ela estimava de moradores ali habitando. Além disso, outro fator que ela mencionava na sua explanação era a distância até o centro. Na sequência, Luceti Moraes<sup>16</sup>, moradora há trinta anos no bairro, desde que veio de Angola, versava sobre seu entendimento de que a Restinga não era um bairro dormitório, mas sim, que tinha o porte de uma cidade. Além disso, sua fala evidenciava a preocupação ambiental e sugeria que essa fosse tratada como eixo transversal em diferentes cursos.

Entre outros pontos trazidos naquela reunião, um que se destaca é sobre a “*liberdade que as pessoas têm de trazer propostas para os cursos*”, mencionada por Nilson L. Coelho. Essa liberdade de diálogo se manteve presente no projeto pedagógico institucional e está em vigor até os dias atuais, bem como na proposta de gestão do *campus*. Por fim, o Nilson propôs cursos na área industrial, com prevalência para a construção civil. Após esse momento, concepções pedagógicas da estrutura física foram discutidas, como a necessidade de ser ecologicamente eficiente, incluindo o melhor uso da energia e o reaproveitamento de água, além de parte da área ser de preservação ambiental. Tais perspectivas foram efetivamente implementadas na sua construção.

Em maio de 2008, foram realizadas quatro reuniões e em todas elas surgiram elementos que corroboram com a concepção pedagógica vigente, esta que traduz o lugar *campus*, atualmente. A primeira reunião, em 3 de maio, trouxe a necessidade de contemplar as demandas daquele momento, especialmente, àquelas aglutinadas nas áreas como informática, agroecologia e telecomunicações. Também se discutiu o acesso dos estudantes à instituição, traduzido no ingresso. Considerou-se importante a visão da desigualdade presente nas formas de ingresso, especialmente, pela realidade dos estudantes da Restinga. Esse diálogo já incorpora, à instituição em processo de construção, a perspectiva do próprio bairro, que, como dito nas falas anteriores, quando um morador dali vai buscar alguma vaga de emprego, ele já sai com pontos negativos em função da distância, da sua cor e do lugar onde mora. A noção da realidade presente no bairro produz estratégias que possam garantir aos estudantes o acesso ao *campus* que está sendo implementado.

---

<sup>16</sup> Era refugiada da guerra angolana. Estava representando a ONG LUMIGITUS (Academia da Mente — Centro de Qualidade de Vida).

Outros fatores, como a empregabilidade, foram elencados para discutir em seminário destinado para esse fim. A estratégia de dialogar sobre temas-chave em seminários formativos vai aparecer em todo o processo de construção do projeto pedagógico institucional para o *campus*, o que reflete o caráter organizativo da própria comissão pró-implantação, reflexo de como as políticas discutidas e implementadas para o bairro se desenvolvem, não só para o *campus*, mas para as demais estruturas reivindicadas e conquistadas.

Em 17 de maio, a segunda reunião aconteceria na cidade de Bento Gonçalves/RS. Uma comitiva de vinte e duas pessoas visitaram as instalações do CEFET-BG, naquele município, onde foram recebidos por um grupo de professores para a discussão sobre os critérios para escolha de cursos. Entre os critérios, um deles foi o desenvolvimento regional, premissa presente e direcionada pelo MEC, onde que cada *campus* deve observá-la para a oferta de cursos, portanto, deve-se observar os Arranjos Produtivos Locais (APL). Logo, a definição dos cursos no bairro exigiu o mesmo critério, o que resultou no conhecimento sobre seus arranjos locais. Nesse caso, não envolve apenas o bairro, mas todo o extremo sul de Porto Alegre.

Uma semana depois, no dia 22 de maio, ocorreu uma reunião extraordinária, onde foi definido o formato do seminário. Para as propostas a serem trazidas no evento, critérios como o potencial de empregabilidade e o alinhamento com as APLs foram considerados prioritários. Além disso, a definição final sobre os cursos escolhidos deveria ser da comunidade. Nas propostas, os critérios descritos precisavam demonstrar a sua relação com a dinâmica econômica estadual e regional, visto que no bojo proposital da instituição estava a formação de profissionais para atuar em qualquer lugar e não apenas na Restinga.

Na reunião de 31 de maio, a forma coletivizada da discussão e a distribuição equânime de tarefas e responsabilidades chamou a atenção: todas horizontalizadas e conversadas e que, na indisponibilidade de um membro para executar uma tarefa, haveria a redistribuição dessa. Tal característica permeou as decisões administrativas do *campus*, até fevereiro de 2020, onde eu participava, enquanto diretor de ensino, das reuniões do Grupo Diretivo e, também, enquanto o *campus* funcionava presencialmente. Após esse período, a nova gestão foi empossada e tivemos o advento da pandemia pela COVID-19.

Em 14 de junho de 2008, foi realizado o seminário que contou com a participação de cento e duas pessoas. A organização contou com momentos de imersão e discussão em grupos de trabalho (GT). Os temas propostos foram: comunicação institucional; juventudes; mobilização; representações e secretaria. Todos os participantes participaram de algum deles, incluindo a comissão organizadora. Ao final, cada grupo, a partir da sua relatoria, elaborou uma sistematização das principais ideias conversadas. No grupo destinado à discussão institucional, alguns elementos trazidos à época contribuíram para a construção pedagógica. Naquela perspectiva, já estavam asseguradas uma formação cidadã, que perpassaria a visão do trabalho focada apenas no mercado, bem como a gestão ambiental já era discutida como eixo transversal no ensino.

Nas mesas de debates desse seminário, uma destacada no relato foi aquela voltada para as potencialidades da Restinga. Essa foi debatida a partir do contexto presente no bairro, à época, e que ainda faz parte do seu cotidiano, como vários outros da cidade, a violência. Como debatedores, a mesa contava com a presença do Ver. Comassetto, num dos painéis e o Nelson era o coordenador. Segundo o relato, a violência era resultante da falta de infraestruturas disponíveis no lugar, cujas ausências são ocupadas pelo tráfico, que gera violência. As moradias também figuraram como temas destacados sobre as potencialidades. Aqui, violência e moradia são trazidas no contexto de uma discussão pedagógica de um projeto de escola, mas por qual motivo? Para o grupo, a escola precisa estar inserida no contexto do bairro, portanto, conceber a realidade do meio em torno é uma necessidade para se pensar a perspectiva de como será ensinado ou contextualizado esse ensino. Essas características do lugar, ou seja, essa geografia do entorno do local do *campus* deveria, para a comissão, estar presente no seu projeto pedagógico. A moradia era significativa porque a regularização fundiária era um horizonte, para muitos dos moradores do bairro. Rocha (2007) já contribuía com o tema a partir da realização de um mapeamento das áreas com maior ou menor regularizações fundiárias do solo urbano ocupado. A maior concentração de lotes ocupados e não regularizados se encontrava nas periferias do município de Porto Alegre.

Na Restinga, isso não foi diferente. Os debatedores mencionaram duas categorias de moradores nessas regiões: os que vivem na cidade irregular e ilegal e os que vivem na cidade legal e regular. O debate se concentrou no sentido de

transformar o problema em potencialidade e, segundo eles, era o motivo de se pensar a regularização como potencialidade para o projeto pedagógico do *campus*: perceber as potencialidades locais e desenvolvê-las. Além disso, pelos relatos, era perceptível a expectativa de que a instituição seria a melhor alternativa para a formação técnica, cidadã e consciente de uma nova geração, que tivesse plena possibilidade de desenvolver a autoconsciência do lugar, assim como eles tiveram de desenvolver e, conseqüentemente, apropriarem-se dela. Uma formação ampla e complexa tenderia a gerar esse resultado e perpetuaria o cuidado com o bairro. Nesse sentido, assegurar que essa geografia estivesse presente no projeto pedagógico fez parte da estratégia concebida.

Dois painéis trabalharam tecnologia, demonstrando o potencial que essa área teria na cidade e, especialmente, no bairro, sobretudo porque ali teria um *campus* do Instituto Federal de Educação e Tecnologia. O potencial tecnológico tinha a perspectiva de ser traduzido em empregos qualificados e na expansão das vagas em diferentes empresas instaladas no município. Tal premissa não poderia ter sido mais acertada. Transferindo o tempo de 2008 para 2021, os cursos atualmente ofertados no *campus*, na área tecnológica, tanto os de informática quanto de eletrônica, em nível técnico e superior, possui alta razão de empregabilidade para quem deseja seguir naquelas áreas. Parece representar um sinal evidente de que os objetivos emancipatórios previstos pela comissão pró-implantação estão sendo satisfeitos.

No painel sobre comunicação, o relato apresentou como conclusão de que o *campus* precisaria refletir sobre o papel social que ele teria na comunidade, visto que, como geradora de força de trabalho qualificada, também promoveria uma melhor qualidade de vida, por meio de melhores salários que os respectivos profissionais formados perceberiam. Um fator importante é que a unidade de ensino, apenas como estrutura, não pensa, não reflete, é estática. O conjunto dos seus atores pensa, o que inclui, atualmente, as lideranças comunitárias, os estudantes e os servidores. Esses continuam trazendo a realidade local para dentro da instituição como potencialidade de transformação e de reflexão sobre ações e práticas devolvidas para o lugar onde está inserido, produzindo reafirmações identitárias, aproximações, afetos, pertencimentos, apropriações culturais e novos movimentos de defesa desse lugar.

No painel de inclusão, coordenado pela prof.<sup>a</sup> Cláudia Schiedeck Soares de Souza (CEFET-BG), foram debatidas as concepções sobre a formação de um

profissional pensante e, para isso, a estrutura pedagógica (espaços físicos) precisa contemplar as expressões artístico-culturais dos estudantes, como estratégia de favorecer o processo de comunicação entre os profissionais formados. Essa estratégia representa a tradução do meio em torno do *campus* na sua estrutura interna, logo, dotá-lo de identidade, o que faz muito sentido quando a autoconsciência do lugar é responsável pela existência da instituição ali instalada (Figuras 14 e 15). Metaforicamente, é como um filho, que terá as características dos pais, sendo moldado e instruído para ter uma relação autônoma com o mundo, mas sem esquecer suas origens. Pedagogicamente, é como Moll (2008) vai definir a educação integral, ao considerar que a diversidade humana é um dos temas para compô-la, pois não haveria possibilidade de efetivá-la se os estudantes que efetivamente ocupam os espaços escolares, em sua diversidade — negros, indígenas, pobres, LGBTQIAP+, com deficiências ou com defasagem na sua trajetória idade-série (os EJAs são necessários na periferia) “[...] não estiverem simbolicamente inscritos nesses espaços” e também, “[...] inscritos no olhar do professor e de quem faz a gestão educacional” (MOLL, 2008, p. 15). Para a autora, deve-se haver a representatividade no espaço escolar e a promoção dessa, como forma pretensa de estabelecer uma educação integral. Também, pedagogicamente, é como Arroyo (2013) preconiza um currículo que tenha a tradução do território ao qual está inserido, permitindo a visibilidade aos educandos dos sujeitos coletivos que estão presentes nesse entorno escolar. Os murais suplantam o choque que currículos sem diálogo com o território poderiam causar. “O choque nessas dimensões tão profundas pode ser uma das causas da sensação de que os educandos e seus mestres sentem-se estranhos em um território onde os sujeitos são estranhos” (ARROYO, 2013, p. 150). A abertura dos currículos a “projetos, à vida, às experiências, ao trabalho, às indagações dos seus autores” (idem), como é verificável, diminui essa sensação de estranhamento.



**Figura 14.** Tapumes transformados em murais, via oficinas promovidas pelo NEABI. **Fonte:** acervo do campus (2015).



**Figura 15.** Tapumes transformados em murais, via oficinas promovidas pelo NEABI. **Fonte:** acervo do campus (2015).

Outro ponto trazido, que comunga da mesma óptica da formação integral dos estudantes, é que eles deveriam ser sujeitos de suas próprias histórias e cômicos de seus papéis sociais, estando em harmonia com a base a partir da qual se propõe uma instituição escolar que “pensa e propõe uma educação integral [e que] precisa considerar os saberes, as histórias, as trajetórias, as memórias, as sensibilidades dos grupos e dos sujeitos com os quais trabalha” (MOLL, 2008, p. 15). Quando isso acontece, demonstra o caráter de uma pedagogia crítica, característica da educação popular, que rompe com a pedagogia dita puramente científica, que, “sob sua pseudoneutralidade, escondem a defesa de interesses hegemônicos da sociedade e concepções de educação, muitas vezes, autoritárias e domesticadoras” (GADOTTI, 2012, p. 10).

Nesse sentido, o *campus* desenvolveria projetos de pesquisa e extensão, associados aos processos ensino. Também seria dotado de políticas afirmativas, pensando na permanência e êxito dos estudantes. Se debateu a oferta de bolsas e cotas para acesso, assim como o PROEJA. Além da formação cidadã, a instituição também deveria, a partir do seu papel social, desenvolver a formação de professores, bem como a inovação, que precisaria ser sua característica permanente. Essas características encontram, também, suporte naquilo que Gadotti (2012) vai compreender como a realidade do educador popular, social e comunitário, que é a utopia. Segundo o autor, é utópico porque o objetivo é a busca de um “mundo justo, produtivo e sustentável para todos e todas. Para intervir e mudar o mundo que deseja transformar, ele precisa conhecer a realidade onde atua, com os pés no chão mas procurando enxergar longe” (GADOTTI, 2012, p. 11). Embora a formação de professores que o grupo tenha pensado se refere ao curso de licenciatura, a formação dos docentes da instituição, aquela não formal e que se traduz para o formal, engloba essa realidade que é vivenciada pelos estudantes do *campus* e pelos moradores do bairro. Logo, o lugar do *campus* promoveria esses dois tipos de formação: uma formal, do curso de licenciatura e uma informal, junto aos servidores da instituição. ambas como reflexo do lugar e território presentes e manifestados.

O seminário ocorreu num sábado, por ser um dia em que a participação seria maior em virtude dos compromissos de trabalho. O evento resultou em aprendizagens significativas para toda a comissão pró-implantação e para a comunidade, pois possibilitou compreender melhor os desafios e limites da escola que desejavam. Essa

compreensão veio do próprio conjunto de trocas de saberes, num processo de multiplicação de conhecimento que se retroalimenta no próprio grupo. Esse processo de trocas de saberes acaba fortalecendo-os enquanto unidade e, por consequência, a apropriação do lugar que ocupam e de onde falam, pois são cada vez mais autoconscientes desse. E por isso, uma instituição, como um *campus* do Instituto Federal, torna-se importante, uma vez que ela possua as características que estes almejam, buscado, pensado e planejado pelos moradores do bairro e, dentro dos limites possíveis, gestado por eles.

Esse formato de ação pressupõe algumas garantias mínimas de que haverá uma conexão mais bem contextualizada entre a instituição e o local onde está instalada, dotando-a de identidade e a inserindo no processo constante e retroalimentado entre um e o outro, que se tornam inseparáveis. Nesse caso, um é a consciência do lugar expressa pelos moradores do bairro e o outro são as ações desenvolvidas ou desencadeadas a partir da instituição, que se soma às possibilidades infra estruturais de apoio existentes. Essa consciência, no entendimento de Moll (2008) trataria de reaproximar os tempos de vida dos estudantes e dos tempos da escola, como um continuum. Esse espaço seria qualificado como o de vida, assim como um espaço de conhecimentos e valores, onde a vida transita na sua amplitude complexa, envolvendo as diferentes grandes áreas do conhecimento formal de forma a se ressituar na cidade, promovendo uma nova compreensão sobre ela, sobre si e relacionando-se com o seu entorno, de forma a incorporar-se na cidade e no seu entorno mais próximo.

Em 12 de julho, a reunião foi iniciada com uma fala sobre a importância da política para o lazer no currículo dos educandos. Nessa fala, foi salientada a necessidade de uma maior atenção nessa área, pois resultaria numa formação de adolescentes com maior protagonismo numa nova diretriz de educação que considerasse tais prerrogativas sobre o lazer. Nessa reunião, foram conversadas estratégias na ordem de ocorrência dos cursos, considerando os estágios de implantação do *campus*.

Os debates do seminário descritos anteriormente frutificaram, pois se abordou, naquele momento, os temas transversais na construção pedagógica do ensino na escola, bem como o acesso e critérios de ingresso. Decidiram planejar um seminário específico para essa finalidade. Esse cuidado com a concepção pedagógica,

estendida à amplitude do *campus* (desde a forma de gestão até mesmo a estrutura física e demais temas transversais), numa analogia, poderia representar um pré-natal de uma concepção planejada, desde a submissão da proposta até todos os cuidados durante o processo de construção, em todos os detalhes. O neonatal, embora não seja exatamente o fruto dessa pesquisa, também já estava nos planos, uma vez que a participação nos fóruns de gestão estaria garantida pelas normativas que eram discutidas e construídas. Nesse ínterim, ao objeto criado, espera-se que ele se torne sujeito, por isso, dotá-lo de todas as concepções, prerrogativas e características do bairro acaba sendo uma forma de garantir de que essa estrutura tenha movimento, ou seja, que vá além de uma mera estrutura estática cuja função pedagógica termine em si. Era esperado que dali frutificassem novas ações a partir de novos atores que se formariam e se tornassem cômicos do lugar que habitam.

Em 21 de julho de 2008 foi realizada uma audiência pública na Câmara dos Vereadores. Inicialmente, foi realizada uma sistematização das etapas do processo de implantação. Nesse contexto, informaram que estavam previstos doze cursos para o *campus*, contudo, o início de cada um deles se daria conforme avançasse as etapas de implementação da estrutura física e da contratação de servidores. Outro ponto levantado foi a oferta dos cursos na modalidade Ensino de Jovens e Adultos, especialmente, os ligados ao PROEJA. Esses possuem, no escopo de operação, a previsão de bolsa permanência, cujo valor previsto era de R\$ 100,00, o que, em valores atualizados para 2021, representaria algo em torno de R\$ 250,00<sup>17</sup>, pois apenas o acesso ampliado não seria suficiente para garantir os objetivos do programa, que repousavam na capacitação do público adulto e de baixa renda. Nessa mesma audiência, a então diretora-geral do CEFET-BG, prof.<sup>a</sup> Cláudia Schiedeck Soares de Souza, reconheceu todo o esforço e mérito da comissão e mencionou o privilégio que foi ter participado do processo. Esse reconhecimento dialoga com a perspectiva de Gadotti (2012), na qual “as populações precisam recorrer às forças sociais que se organizam na sociedade civil para obter acesso à educação que lhes interessa, fora dos marcos da escola formal” (GADOTTI, 2012, p. 16). Contudo, foram promovidos pressupostos da educação não-formal para dentro da educação formal, aquilo que o autor defendeu que ocorresse, ao afirmar, que a luta por uma educação social

---

<sup>17</sup> Conforme atualização de valores a partir do site do Banco Central do Brasil.

emancipadora também deva ocorrer no interior do Estado, logo, na escola pública, de qualidade e com acesso para todos.

Após julho, devido aos sucessivos atrasos na liberação do terreno, as questões pedagógicas deram lugar às pautas estruturais e que visavam garantir a existência do *campus*, pois a gestão municipal estava demasiadamente morosa com os prazos.

Em 20 de setembro, em reunião realizada, se acordou que os novos servidores precisariam passar por uma formação sobre a história da Restinga, que culminava com a construção do *campus*, haja vista que aqueles que para ali fossem designados teriam o conhecimento de todo o esforço dos moradores na conquista daquele espaço de ensino. Era uma forma de perpetuar a memória e o seu sentido institucional naquele lugar, abrangendo, aqui, o processo de educação não-formal para com os servidores, como mencionado anteriormente.

Em 1º de novembro de 28 se discutiu a organização do seminário pedagógico, embora tivessem encontrado dificuldades no diálogo com a gestão da Secretaria Municipal de Educação. Segundo o relato nas atas, a gestão da repartição não estava oferecendo o suporte para a realização da atividade planejada, o que dificultava a tarefa. Também consideraram que a concepção pedagógica deveria ocorrer em seminário, previsto para 6 de dezembro do mesmo ano, cuja estruturação do evento deveria acontecer por audiência pública, vinculado ao tema “A escola que queremos”.

Esse título traduz muito do que o *campus* estava se transformando para os moradores: o reflexo de suas necessidades advindas das suas demandas, logo, uma expressão do conjunto de suas ações desencadeadas e frutificadas a partir da autoconsciência do lugar. Tal noção, que a diferenciou, foi citada na reunião pelo prof. Amilton, pois a instituição é fruto da luta dos moradores. O docente também reforçou o papel dos Institutos Federais de realizar uma formação integral. Essa é papel de todos os *campi* que compõem as diferentes Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mas, sobretudo na Restinga, ela parece ter um sentido mais amplo, visto que ela acaba sendo disponibilizada para quem mais precisa. Parece apresentar-se como uma medida reparadora, de justiça social que os moradores buscam.

Na data prevista, um dos pontos tratados foi a importância do Ensino de Jovens e Adultos. Essa demanda era justificada por ser uma importante porta de acesso ao mundo do trabalho. A prof.<sup>a</sup> Analia, da Rede Estadual, ao defender o PROEJA, deu especial destaque à localização do *campus* no bairro, justificando que tal fato seria

muito útil ao seu desenvolvimento regional. Outro palestrante, o prof. Vilmar, elogiou a horizontalidade na condução do processo de implantação da unidade, característica que se traduz, atualmente, na forma de gestão institucional.

Após a parte introdutória, o seminário efetivamente começou, a partir do painel sobre as concepções pedagógicas. Naquele momento, estabeleceram que os atores envolvidos no *campus* teriam um tratamento igualitário, ou seja, o peso da participação de estudantes, técnicos, docentes e comunidade seria o mesmo. Esses enquanto representação no conselho de *campus*. Um diálogo registrado na ata chamou a atenção. Nele, diziam que *“todo ato pedagógico não ocorre num vazio e, portanto, se constitui num ato político que possui uma teoria que embasa seu jeito de ser professor ou educador”*. Isso parece traduzir a essência da proposição da comissão na organização institucional, logo, uma organização horizontalizada onde o processo de construção do conhecimento ocorre de maneira pensada e planejada, pressupondo a superação da velha forma de ensino como um depósito de conhecimento, onde se demonstram terem convergência com as concepções de Paulo Freire. Também registraram que o professor ou *educador* *“deve dar aula com o objetivo de mudar a realidade daquele aluno e, conseqüentemente, da comunidade. (...) A educação que se espera para a Restinga é a progressista, histórico-crítica e popular”*. Ambos os trechos estão na página 5 da ata do dia 6 de dezembro de 2008. Sobre essa perspectiva, Gadotti (2012) defende que um “educador social pode ser considerado como um profissional no sentido da transformação social e pela emancipação humana. Nesse sentido, sua função de socializar o indivíduo, numa época de extremo individualismo, é muito relevante” (GADOTTI, 2012, p.17). Nessa, o autor salienta o extremo individualismo, como marca do sistema capitalista desigual em vigor. Ao pensar a periferia, compreender essa desigualdade e informar-se sobre ela é essencial para uma possibilidade de visão de mundo menos desigual.

Desse registro há possibilidades diversas de compreensão e uma possível acaba sendo aquela que parece sintetizar a história da construção do lugar Restinga que, com todas as suas contraditoriedades, vai se organizar um movimento popular, cuja estruturação é anárquica e que demanda uma ação. Essa ação não frutificou apenas pela autoconsciência do lugar, mas sim, da consideração desse lugar como espaço de relações contextualizadas por múltiplas e imbricadas escalas, uma teia de objetos e ações com causa e efeito e que atinge tanto as variáveis internas já

existentes quanto novas que irão se internalizar. Para Santos (2006, p. 61), “mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida por meio do lugar”. Essa consciência resultante empodera e amplia as ações, pois compreende que elas são um ato político e sabe que a educação pode ser revolucionária se conduzida para tal finalidade. Em análise ao contexto que se apresenta, essa finalidade educacional torna-se evidente como justificativa ao *campus*: educação como um ato político de conscientização e de libertação, a partir do conhecimento da realidade de mundo traduzida no lugar Restinga. Outro fator que se torna presente na análise, no contexto de pensar o currículo pedagógico institucional, é o contexto da sua própria criação e desenvolvimento. Gomes (2012) considera que as formas tradicionais de pensar o conhecimento são excludentes, tal qual a forma de organização do território brasileiro: hierárquico, dominante, exploratório e colonialista. Para ela, é um processo que ainda precisa ser rompido e superado onde um currículo precisa ser concebido de forma igualitária. Essa forma, como análise do processo em tela, demonstra que não ocorre apenas pela sistematização de conhecimentos, mas pela possibilidade ampla de vários atores discutindo-o, como foi o processo de concepção da instituição pela comissão pró-implantação. Assegura-se aqui a gênese a partir da comunidade e do lugar do *campus* no contexto do bairro.

Contudo, o modelo que se projetou para a Restinga, nos moldes progressistas, histórico-crítico e popular avançou para um elemento não citado, mas defendido. Quando os moradores defendem que os servidores precisam saber da história da Restinga e da luta para conseguir a instituição, eles acabam estendendo suas características à identidade do *campus* e almejam que ela seja preservada e defendida. Nessa identidade está agregada as lutas dos moradores e os seus sentimentos sobre esse lugar *Campus*. Logo, esse ensino ali praticado também trata dos sujeitos, tanto dos que lutaram quanto dos que estão estudando atualmente na instituição, futuros atores que poderão perpetuar, ou não, a característica daquelas pessoas. Isso sugere que o *campus* também é um sujeito da Restinga, quando, por meio dele, novas ações são desencadeadas ou que ele dê suporte para essas ações, resgatando a ideia de movimento, de continuum. Essas ações são, por exemplo políticas públicas intersetoriais que poderiam ser executadas em conjunto com as demais instituições sociais de modo articulado, mas só seriam possíveis a partir da existência do *Campus* Restinga (MOLL; RABELO, 2010). Isso sugere a integração

ampla para a manutenção do estudante no espaço escolar. Nas periferias, além do acesso, há questões de saúde, econômicas e sociais que transpassam aquele lugar, como reflexos da ação excludente do capital, como já mencionado anteriormente. É esse o sentido que eleva o objeto *campus*, em diálogo com o conjunto de atores, ao sujeito *campus*, como pessoa jurídica, propositor e executor de ações.

Nesse seminário, ainda surgiram uma série de perguntas sobre os motivos da educação e sinalizou que pequenos grupos seriam constituídos para iniciar a construção do documento pedagógico. Num evidente acerto pela antecipação, o documento pedagógico institucional atualmente em vigor, carrega essas diretrizes que figuravam nos grupos de discussão em 2008. Esse documento dialoga com as indagações de Gomes (2012) sobre uma perspectiva descolonizada dos currículos, ao considerar as reflexões que a comissão discutiu e as perspectivas pedagógicas para o bairro, como uma estratégia emancipatória. Para a autora,

a compreensão das formas por meio das quais a cultura negra, as questões de gênero, a juventude, as lutas dos movimentos sociais e dos grupos populares são marginalizadas, tratadas de maneira desconectada com a vida social mais ampla e até mesmo discriminadas no cotidiano da escola e nos currículos pode ser considerado um avanço e uma ruptura epistemológica no campo educacional. (GOMES, 2012, p. 104)

Em janeiro de 2009, foi realizada uma reunião, porém, nada se tratou das questões pedagógicas do *campus*. Contudo, ao compreenderem que uma nova mobilização seria necessária, defenderam que essa só poderia ocorrer após o carnaval (previsto para fevereiro daquele ano), devido ao envolvimento da comunidade com o evento. A cultura do carnaval, na Restinga, exerce uma força e uma expressão enorme no bairro e é mais uma de suas marcas, de tal forma que o curso técnico em lazer, presente na instituição, é fruto de características locais como essa.

Já em 14 de fevereiro, a reunião aconteceu num bar, pois não conseguiram acessar o CPIJ, devido a uma falha de comunicação (o local estava fechado na hora marcada para a reunião). No encontro, apresentaram os avanços, como a vontade política, uma vez que José Fortunatti era o novo vice-prefeito. Também se conversou sobre as possibilidades frente aos problemas para o início dos cursos, onde a busca de soluções para a aquisição ou doação de equipamentos era uma forma de sanar o problema. Todos envidavam esforços para que a escola técnica avançasse.

Em 2 de maio do mesmo ano, a reunião se concentrou nos atrasos da obra, protagonizados, especialmente, pela gestão municipal. Contudo, a pauta pedagógica aparece, confiando aos professores Amilon Figueiredo e Cláudio Kray, somada a apresenta da professora Bianca Lautens, a tarefa e o cuidado necessário de traduzir todas aquelas concepções num documento pedagógico. Esses foram os primeiros docentes lotados no *campus* Restinga do IFRS. Para tratar especificamente do projeto pedagógico, a comissão organizou uma reunião para 23 de maio corrente.

Na data prevista, aconteceu a reunião planejada. A ata dessa reunião possui uma característica que chama a atenção, especialmente, porque ela é aberta com a seguinte frase: “*Reuniu-se na associação Núcleo Esperança, nº. 1, para continuar nossa luta pela escola técnica federal da Restinga*”. Essa frase representa vieses simbólicos, iniciando pelo lugar onde ocorre a reunião — Núcleo Esperança — e segue pela posição de luta assumida pelos moradores — quando afirmam que a escola técnica é da Restinga — o que está sendo a característica do empoderamento daquelas pessoas que representam a comunidade. Essa apropriação também será traduzida no projeto pedagógico institucional, valorizando a relação e os conhecimentos locais.

Nessa reunião, também foi mencionado por Beleza, um projeto da UFRGS onde foram elaboradas quatro mídias, gravadas em DVDs e um livro de geografia. Aquele momento, foi assim registrado: “*quanto todos ficam chocados como eram apresentados como maloqueiros, que tínhamos que ser reeducados*” (p. 2, ata de 23 de maio de 2009). O contexto das falas sugeriu a necessidade de ressignificação do estereótipo atribuído ao restingueiro, como maloqueiro, potencialmente ladrão ou traficante, carregado de preconceito e que não poderia assumir um posto de trabalho. A tarefa da comissão era traduzir, pedagogicamente, a descaracterização daquela imagem e produzir um novo significado ao povo da Restinga, logo, ressignificar a identidade para um povo guerreiro e qualificado, a partir do Instituto Federal. Considerando o impacto no lugar, é como um movimento, onde a expressão deste, a partir de sua apropriação, gera uma ação que busca ressignificá-lo, assim transformando-o em um processo retroalimentado.

Em 12 de setembro foi organizado um seminário para tratar da concepção do *campus* que os moradores desejam. O evento foi estruturado para o correr o dia todo, num sábado. Após a parte matutina, onde apresentações sobre a rede federal de

educação e a rede municipal aconteceram, à tarde foi destinada aos grupos de trabalho (GTs), organizados a partir de três temáticas elencadas: a) gestão democrática; b) políticas afirmativas; e c) concepções pedagógicas do *campus* Restinga.

O primeiro relato tratou do perfil de gestão. Na concepção dos presentes, caso o candidato ao cargo de gestor não tivesse o perfil democrático, tampouco a sua gestão seria. Também se discutiu a estrutura do IFRS, cujo órgão máximo seria o conselho superior, com representações de estudantes, docentes, técnicos e comunidade. Se pensou num conselho deliberativo, ao nível de reitoria e um conselho escolar (atual conselho de *campus*), com a mesma estrutura do conselho superior.

O grupo levou como definições a participação da comunidade, ampliada para entidades, bem como seu caráter democráticos e representativo, onde deveria devolver à comunidade as discussões, bem como os conselheiros desse segmento levariam as reivindicações do grande grupo. Segundo o GT, o objetivo era o “*fortalecimento das instituições já existentes que congregam os vários segmentos*”, tanto comunitários quanto dos servidores da instituição. (p.5 da ata da presente data). Essa perspectiva parece traduzir bem o que Gomes (2012) relacionou ao dizer que os “ditos excluídos começam a reagir de forma diferente: lançam mão de estratégias coletivas e individuais” (GOMES, 2012, p. 102), quando a comissão considera que agregar é mais importante do que sectarizar, na organização da gestão institucional. Esse entendimento também dialoga com a perspectiva curricular, pois atinge, além do currículo, dialogaria com os sujeitos e suas práticas, “instando-os a um processo de renovação. Não mais a renovação restrita à teoria, mas aquela que cobra uma real relação teoria e prática. E mais: uma renovação do imaginário pedagógico e da relação entre os sujeitos da educação” (GOMES, 2012, p. 103).

Quanto aos demais GTs, não houve registros na ata, bem como, nas demais reuniões em que se tem registro, a pauta pedagógica não apareceu. Contudo, os documentos oficiais da instituição traduzem tais prerrogativas ali discutidas. Em 26 de junho de 2010, o *campus* foi inaugurado, na sede provisória, alugada.

Entre os documentos oficiais, está o Projeto Pedagógico Institucional<sup>18</sup> (PPI), aprovado pela resolução do Conselho Superior nº. 084/2018 como parte do Plano de

---

<sup>18</sup> Para mais, ver: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/Resolucao\\_084\\_18\\_Aprova\\_PDI\\_2019\\_2023\\_Completa.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/01/Resolucao_084_18_Aprova_PDI_2019_2023_Completa.pdf)

Desenvolvimento Institucional para o quadriênio 2019–2023. Compreende as páginas 123 a 155 do documento e traduz muito do que se concebeu como educação pela comissão pró-implantação. Encontra-se nele acepções sobre o “fazer”, que não está descolado do “aprender”, e que é preciso compreender que tudo o que ocorre em uma instituição de ensino é educativo e que a aprendizagem é um processo permanente de construção social por meio de símbolos, valores, crenças, comportamentos e significados.

O documento também estabelece a perspectiva de que o processo de ensino-aprendizagens é comum aos segmentos que compõem a comunidade escolar (docente, discente e técnico-administrativo) do IFRS. Foi construído pensando na multiplicidade de que todos ensinam e todos aprendem respeitando as nuances singulares, pois cada ser é constituído de forma múltipla, representando um coletivo e um indivíduo ao mesmo tempo, logo, contempla as identidades, apropriações e concepções que cada pessoa carrega e se organiza a partir dela e que as utiliza nas suas proposições de soluções de problema. A busca do *campus* foi reflexo exatamente disso e, aparentemente, essa filosofia está traduzida no documento.

Além dessas relações presentes no documento com o processo de reivindicação e de conquista do *campus*, está pautada, na construção do PPI, a contribuição das discussões coletivas da comissão pró-implantação na concepção de Ensino Profissional e Tecnológico (EPT), impulsionadas pela articulação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia. Gomes (2012), ao compreender a discriminação presente no cotidiano escolar e pensar numa ruptura advinda dos movimentos sociais, contribui para considerar a identidade da Restinga, nessa proposição, como uma forma diferente de se pensar e fazer o processo pedagógico.

Como a construção da concepção pedagógica do *campus* se deu no exato momento em que as bases nacionais estavam sendo constituídas, suas perspectivas estavam plenamente alinhadas com a ideia de verticalização dos cursos previstas no modelo adotado nos Institutos Federais: educação pública, de qualidade e gratuita voltada à interiorização, no país, como forma de descentralização das universidades públicas já tradicionalmente constituídas. Uma unidade de ensino na periferia dos centros urbanos, mesmo dentro de um, era resultado dessa concepção. Além disso, as apropriações de mundo e de educação dessa periferia estão presentes no

documento. É um caminho interessante de traduzir o lugar num documento pedagógico: o lugar da educação no bairro Restinga.

Nesse íterim, o documento apresenta tais concepções, contextualizadas anteriormente, nas páginas 124 e 125. Sinteticamente, como ações fundamentais, está a oferta de educação em todos os níveis, com vistas à formação de cidadãos com qualificação profissional para atuar nos diversos setores da economia, especialmente no que tange ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Também cabe destaque ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo intercultural e investigativo de produção e recriação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação. Aqui se destaca a perspectiva dos arranjos produtivos locais debatidos durante a fase de acúmulo de discussões nos seminários.

Outro ponto que a comissão pró-implantação debateu e consolidou como estratégia a ser seguida foi o eixo ambiental. No referido documento, na página 125, consta como concepção o fomento à produção, ao desenvolvimento e à transferência de tecnologias sociais, com atenção especial às tecnologias assistivas e àquelas que visam à criação de estratégias de preservação do meio ambiente, bem como a integração com as comunidades locais por meio da participação em grupos, comitês e conselhos municipais e regionais. Percebe-se aqui o fortalecimento institucional mencionado numa das últimas reuniões para o debate das concepções pedagógicas em 2009. Tais premissas estão presentes no documento homologado em 2019 e devem se manter constantes na sua próxima versão, para entrar em vigor em 2024.

Talvez o momento em que a Restinga buscou o *campus* foi o mais adequado possível, visto que os debates para a construção da rede federal de educação profissional e tecnológica estavam em pleno vigor. As contribuições desse lugar foram profícuas para sua concepção, tanto de missão quanto de valores pedagógicos.

Esse contexto reforça aquilo que Rego (2010) postulou como a relação entre meio em torno e meio entre (ao colocar-se na perspectiva de um centro relativo), a interpretação (hermenêutica) instauradora e a dialógica, citando justamente esse bairro. Para o autor, os conceitos, que servem como lentes para a leitura dos fatos,

interligam-se, “criando uma malha de leitura complexa”. Logo, a valorização do lugar e do mundo vivido parece estar garantida na perspectiva da construção pedagógica da instituição, requeridas “[...] como referenciais cognitivos/emocionais essenciais para o processo educacional” (REGO, 2010, p. 49).

Nessa leitura em malha, há uma estrutura, que pode ser compreendida como um desenho onde há um centro estabelecido, como sendo o “centro relativo de um sujeito individual/coletivo que lê o meio em torno (com as suas diversas escalas interpretativas), valorizando os referenciais locais dos meios entre exercidos com seus pares cotidianos” (REGO, 2010, p. 49). Percebam que nessa centralidade há um sujeito. Nessa perspectiva, podemos considerar como centralidade a comissão pró-implantação que busca produzir um objeto que irá se tornar sujeito, como uma entidade criando outra entidade, ativa, viva. Aqui, a comissão pró-implantação representa o conjunto de pessoas da comunidade que busca algo a partir da autoconsciência do lugar, não apenas fruto do local, mas dessa relação do que está em torno e do que está entre, ou seja, o mundo manifestado numa escala próxima. Na perspectiva do que se tornou necessário, esse objeto buscado, o *campus* do Instituto Federal, será dotado da consciência que o concebeu, tornando-se uma entidade autônoma, mas filiada à entidade mãe, logo a comunidade.

Se as escolas das periferias elencam suas próprias adversidades socioeconômicas como suporte ou veículo para o seu processo educacional, instaurando esforços de compreensão ativa das condições de sua existência, então, esse *campus*, quando concebido por esse coletivo, vai elencar quais questões para dar suporte ao seu processo educacional? Um caminho que se apresenta como evidente para essa resposta é a busca de ressignificação do estereótipo do que é o restringueiro, ou seja, da ressignificação da identidade maculada que recai sobre os moradores do bairro. O *campus* tornar-se-ia esse lócus para tal acontecimento, balizado pela busca de compreensões, tais como as gêneses históricas e macrossociais dessas mesmas condições de existência.

As proposições pedagógicas ratificadas no PPI se apresentam como fruto exatamente das demandas educacionais e de ações desencadeadas e processadas pelo óbvio reconhecimento das necessidades materiais e simbólicas postas por aquele lugar e pelos nexos dos acontecimentos em curso.

Quem define esse óbvio a ser reconhecido são os sujeitos envolvidos nos diálogos, apropriadores (em alguma medida) das possibilidades do meio *em torno*. Essa leitura ativa do mundo, na própria medida em que modifica um pouco esse mesmo mundo, e na medida em que aprofunda o seu modo de ler, e lê de um outro modo porque está puxada para adiante pelo desejo de ler e agir, pode ser chamada de uma interpretação instauradora (REGO, 2010, p. 49).

Essa interpretação instauradora se deu pelas concepções de educação dialogadas num bairro que pulsava, à época, por ações educativas inovadoras. Possivelmente, o conjunto de ações lá desencadeadas por um modelo educativo presente no município (e criticado, igualmente), em ciclos, mas valorizando o estudante, foi transferido para o modelo do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. A temporalidade referida no artigo escrito por Rego (2010) e debatido nessa passagem é o mesmo onde as discussões pedagógicas aconteciam no *campus*. Ele foi publicado em janeiro de 2010, portanto, escrito em 2009, mesmo período em que debato até aqui. Nessa mesma produção, o autor cita a Restinga como um excelente exemplo do que seriam as gerações de ambiências, nas pesquisas de Gisele Laitano e de Carlos Henrique de Oliveira Aigner, ambos professores da rede municipal de ensino e que atuavam no bairro.

Aquele era o bairro onde os números representativos de violência decresciam, algo inverso aos dados dos demais bairros das cidades do Brasil e da América Latina. Para o autor, esse fenômeno apresentava, potencialmente, múltiplas respostas, mas uma dessas parecia ter seu percurso explicativo pela educação, no sentido de que o trabalho pedagógico estava alicerçado numa valorização existencial das questões étnicas, culturais, cotidianas daquele mundo mais proximamente vivido por seus habitantes. Ainda, essa valorização não se restringia ao sentido da compreensão analítica do já acontecido, “mas no sentido do agenciamento dialógico do vamos fazer acontecer” (REGO, 2010, p. 50).

Por fim, refere o autor, que pensar sobre os três conceitos articuladores se fundamenta na observação de práticas e a Restinga oferece um bom exemplo dessa relação entre formulação conceitual e observação de práticas, conforme já demonstrado. A minha prática docente também age sobre a Restinga, assim como tantos outros professores que atuam no bairro. Há um contágio pela forma como os moradores se dedicam a ele, ao cuidado e à manutenção das conquistas. Esse contágio, de cuidado, incentiva uma prática pedagógica do cuidado e do afeto com os estudantes, possibilitando que estes e estas possam ser multiplicadores de cuidados,

de afetos, de amores, tanto com o e no lugar, como entre eles e como em diferentes lugares que ocuparem e se apropriarem.

#### 4.2 DO AMOR À CONCEPÇÃO QUE SE EXPRESSA POR PALAVRAS

Escrever essa última parte, antes das conclusões, ensejou reler o que já havia sido escrito, porque há uma malha de entendimentos sobre a Restinga, que se desenvolve a partir dos acúmulos interpretativos ao longo do processo e será traduzida no final. Nesse momento, os sentimentos estão em destaque, como o amor.

O amor pelo lugar se desenvolve num processo constante e retroalimentado de sentimentos que envolve pessoas. Seria tolo dizer que um objeto vai expressar sentimento pelos sujeitos, pois são inanimados. Contudo, ao se referir ao lugar onde esses objetos estão inseridos, eles deixam de ser simples objetos para compor o conjunto lugar, atribuindo-lhe sentidos que antes não seriam possíveis. São novos elementos que vão constituindo-se.

Esse relacionamento afetivo, cuidadoso potencializa o pertencimento entre um e outro, mas de maneira quase maternal. É contagiante aos que participam do processo, como se estivessem cheios de padrinhos e madrinhas. O conjunto de pessoas passa seus ensinamentos para esse novo ser, dando-lhe suporte em diferentes momentos, seja por tê-lo ensinado, seja por conduzi-lo com responsabilidade, seja por dele ter o apoio quando se precisa.

E o ato de comemorar com ele as conquistas, estar ao lado dele quando for ameaçado. É guardá-lo no seu coração, tê-lo sem tê-lo, criá-lo para o mundo e ficar feliz ao vê-lo crescido e andando sozinho. É ter um poder que não é simples de explicar, pois não aprisiona. É uma das melhores expressões de apropriação simbólica que se poderia imaginar.

Aqui, os sentimentos pelo novo lugar são expressos, para facilitar essa compreensão. Mas, antes, é necessário estabelecer alguns entendimentos. Falamos sobre paisagem, como acúmulo de tempos e expressões das rugosidades, em como, necessária para a manutenção dos símbolos presentes. Falamos de lugar e lugaridade, tanto na perspectiva daquilo que se sente e se apropria como da particularidade do mundo globalizado e da manifestação das desigualdades sociais. Falamos de território e de territorialidade, como manifestações de relações de poder, tanto simbólicas quanto jurídicas e a expressão dessas apropriações no cotidiano.

Entendemos que o lugar marca o limite do território, portanto, delimita-o e, também, produz símbolos que estão na paisagem, como os marcos territoriais.

Essa compreensão está baseada em Serpa (2019), ao questionar se realmente há uma limitação entre um conceito em outro. Para o autor, a dúvida recai sobre a possibilidade de vivermos sem o exercício do poder, ou da possibilidade da existência do poder sem o exercício do poder. Ele compreende que o poder é fruto da experiência do vivido e que este também manifesta as relações de poder e que o lugar está subordinado ao exercício do poder. Isso sugere uma justaposição entre um ou outro. Há limite entre um e outro ou há uma forma de continuum? O que se apresenta é uma mescla onde o sujeito parece desempenhar um papel-chave e nisso todos estão inclusos, não apenas os da pesquisa: sujeitos produzem ações e delas, dependendo do seu objetivo, vão surgir objetos, logo. E ao somos produtores de ações, então, os objetos, no ápice da artificialização do meio, são todos fruto das nossas ações. Portanto, a paisagem vai carregar os símbolos presentes no lugar que o identificam e o caracterizam e também são frutos dessas ações e expressamos afetos por eles. Ao expressar sentimentos, estabelecemos uma apropriação e uma relação de poder pode ser verificada.

Observemos na prática como isso se manifesta no relato da Maria Guaneci, quando questionada sobre o sentimento verificado quando ela avalia todo o processo: *“eu não consigo mensurar a satisfação que tem, de ter lutado muito, de ter apanhado muito, porque a sociedade não entendia, o poder público não entendia a importância dessa escola no nosso bairro”*. Quando ela se refere à compreensão, está partindo da premissa da necessidade verificada e já debatida largamente sobre a autoconsciência presente no lugar. E que esbarra numa limitação, que se verifica na falta de entendimento sobre essa necessidade. Contudo, limite, como mencionado por Haesbaert (2018) e Serpa (2019), é onde as coisas começam, não onde elas terminam, o que sugere, pelo entendimento dos autores, o surgimento de uma nova realidade. A sutileza está presente no entendimento de Serpa (2019), quando ele define, sinteticamente, que *“território tem a ver com a posse domínio, lugar tem a ver com amor, compromisso e senso de responsabilidade. Temos ciúmes do lugar e defendemos através do limite e fronteiras o território”* (SERPA, 2019, p. 65). Notam-se as noções de limite que levam ao entendimento territorial.

A interlocutora segue expressando seus sentimentos, quando refere sobre sua participação ativa na instituição, ao visitá-la e encontrá-la em pleno funcionamento, repleta de estudantes, docentes, servidores, cada um com seus afazeres e atividades, e apenas a desconhecem, enquanto ela aguarda alguma reunião, *“eu fico olhando eles fazendo alguma atividade e digo [penso] assim “nossa, eles não têm ideia de como a gente lutou, de como a gente brigou pra ter esse espaço, eles nem sabem. Quem é a Guarnezi? Né”*. Mais uma vez, recorro ao entendimento de Serpa (2019) ao afirmar que defendemos o território contra outros territórios e aqui podemos compreender a comissão pró-implantação disputando forças com o poder público municipal para a agilização das liberações necessárias. Já o lugar, segue o autor, consegue se defender, *“ele sobrevive pela abertura, pela interconexão em rede, tecendo uma intersubjetividade, que, dialeticamente, supera a posse e a autodefesa pelo abrir-se para o mundo em diferentes escalas espaço-temporais”* (SERPA, 2019, p. 65). Essas duas concepções parecem traduzir bem o sentido territorial e de lugar numa mesma frase, quando ela relembra a *“luta e a briga”* para ter o *campus* e que se traduziu naquele espaço, onde as relações intersubjetivas entre todos os atores (e ela também) estão acontecendo, estão vivendo aquele momento.

Por fim, talvez a maior intersubjetividade presente esteja na parte final de seu relato sobre essa forma de compreender aquele espaço: *“mas isso é tão gostoso, poder ficar no anonimato e poder dizer “a gente venceu”. Eu não venci sozinha, a gente trouxe muitas pessoas para luta, e essas pessoas, é isso que é interessante, a gente priorizou isso, quem é da comunidade”*. Nota-se que há um desprendimento e uma exaltação do trabalho em rede com as diversas pessoas envolvidas e que foi essa conexão um dos destaques à compreensão da finalização do empreendimento. Observem que há, ao longo de todo o processo, o rompimento com a estrutura hierárquica presente na sociedade, fruto da forma como o capital hegemônico organiza a sociedade, com as elites financeiras no topo e propondo todas as regras sociais, os currículos e a forma como a educação deve acontecer, especialmente, mas as escolas que atendem aos pobres, formando apenas uma força de trabalho (sub)qualificada e não pensante. A forma como a Comissão pró-implantação promove o debate e a concepção pedagógica tange à ruptura colonial que se mantém nas estruturas até os dias atuais, assim, é foi possível pensar a estratégia de ressignificação do estereótipo no contexto ao qual ele se apresenta: do racismo e do

mito da democracia racial, possibilitando sua expressão na realidade social e escolar (GOMES, 2012; SANTOS, 2020).

O desprendimento da coisa conquistada também é manifestado por Djanira. Assim como outra interlocutora, ela afirma que já fez “*parte de alguns processos em que eu iniciei, participei da construção e depois eu me retiro*”. Aparentemente, em ambas, o significado simbólico já está bem construído e pode ser considerado um marco na vida delas e das pessoas que participaram do processo. Contudo, Djanira adiciona um novo elemento, ao considerar que a participação dos novos atores/usuários possa, também definir os rumos institucionais, portanto sua “retirada” servia para permitir que outras pessoas assumissem seus papéis e mantivessem o legado. Nesse processo, a oxigenação de ideias inovadoras e novas contribuições seriam bem-vindas. “*Tanto que no IF, eu era do conselho. O mandato todo deu 2 anos, daí eu disse ‘agora eu vou sair eu quero que outras pessoas participem’, para também aprenderem, conhecerem, valorizarem né*”.

Para o José Ventura, as dimensões subjetivas que se estabelecem com a instalação do *Campus* são o conhecimento, a gratuidade/instituição pública, a credibilidade e a localização, dito por ele: “nosso território”. Aqui a manifestação daquilo que Serpa (2019) nos elucidou parece bastante evidente. Para ele, a credibilidade do ensino oferecido pela instituição permite romper com o estereótipo de restringido porque atribui ao candidato a uma vaga no mundo do trabalho uma vantagem em relação a outras instituições de ensino dos concorrentes. Ele compara o Instituto Federal, presente no bairro, como sendo melhor que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, justamente, pela sua localização.

Outra característica evidenciada pelos nossos interlocutores é a forma como a instituição se conecta ao bairro, por meio dos diferentes núcleos, setores e contato com as redes de apoio. E adicionam ao entendimento que a qualificação dos docentes é capaz de inspirar os estudantes a seguir suas qualificações e formações em diferentes níveis. Para eles, isso significa a diminuição da violência, uma vez que a subjetividade presente no processo os estimula a buscar melhores condições para si, que vão se refletir nos demais ao seu entorno, mais uma semelhança com os dados que Rego (2010) discutia em sua publicação.

Para Maria Guaneci, os rumos que a instituição tomou estão no caminho certo e se inclui no processo.

*Eu acho que a gente está no caminho certo, e eu acho que é isso que a gente tem que dar conta, dar oportunidade, não só pros nossos jovens, adolescentes, como a gente sabe que tem os adultos que estão ali. E eu conheço vários adultos da comunidade que já se formaram, isso gente, a anos atrás era um sonho, era uma utopia, hoje a gente chega ali e vê o Ventura [José Ventura, nosso interlocutor] formado, vê a Cláudia [Cláudia Cruz, nossa interlocutora] formada, tem a Noeli que se formou que hoje tem uma empresa de guia de turismo, tem a Cris [Elizete Cristina dos Santos, técnica administrativa em educação] que trabalha lá, tem aquele menino do som [Mikael Marques Medeiros, técnico em audiovisual] que foi um dos primeiros, que é da paróquia.*

A intenção de traduzir toda a sua fala é demonstrar a apropriação da interlocutora sobre os processos que acontecem na instituição. É como se ela mantivesse seu olhar atento ao que acontece no espaço público, cuidando-o e preservando a intencionalidade ao qual ele foi pensado. Djanira deixa bem evidente qual essa intencionalidade estava centrada no crescimento do bairro, como um símbolo: *“era o título que a gente falava, era escola técnica federal na Restinga, a gente queria que os nossos fossem os privilegiados, que fossem o público maior dentro da escola, por ser dentro da comunidade”*. Observem que foi usada a expressão “na Restinga”, não da Restinga, o que confere a compreensão de que se trata de um equipamento público, de acesso a toda a população, contudo, que cumprisse seu papel inclusivo e diminuísse a desigualdade no bairro pela educação. Significa, além disso, a conotação de importância que o bairro passa a ter no contexto do extremo sul do município de Porto Alegre. Aparentemente, a perspectiva era garantir que o *campus* estivesse em sintonia com a realidade dos arranjos produtivos locais.

José Ventura manifesta seu sentimento sobre a instituição, a qual ele concluiu seus estudos em nível de graduação. Ele entende que o *“Campus é nosso”*. A sensação de pertencimento que ele manifestou vem do processo de enraizamento com o bairro, especialmente, via lideranças comunitárias. Para ele, é necessário relativizar o sentido de apropriação, pois *“essas se acham donas do campus. Não ‘donas’, o campus corre na veia delas, é coisa assim que a gente luta e se tiver [que] se chamar a comunidade, eu tenho certeza [de] que a comunidade vem defender o campus”*.

Por fim, compreende-se que a apropriação desses espaços, ao mesmo tempo em que possuem marcas simbólicas tão fortes estão sustentados naquilo que Serpa

(2019) considerou sobre formas de relações com os espaços públicos, podendo elas ser “centrípetas (para dentro) e/ou centrífugas (para fora) quando se trata de intersubjetividade e modos de existência frente ao diferente e/ou ao igual (a mim)” (SERPA, 2019, p. 63). Consideremos essas duas formas de relações no contexto do *campus*, ele é pensado para dentro e para fora ao mesmo tempo, pois a premissa de contemplar, especialmente, o bairro, dá essa característica, ao mesmo tempo em que ele não é apenas para aquele local. Ampliando esse entendimento, ao passo que ele carrega as características do lugar onde está instalado, a instituição também expande a lugaridade para os seus demais usuários, extra-bairro. Neste entendimento, a forma como “agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes vão reagir ao outro é, enfim, o que ‘ser lugar’ ou ‘ser território’ manifestam enquanto essência nas mais diversas escalas espaço-temporais” (SERPA, 2019, p. 63). Portanto, para o autor, a relação que se estabelece entre esses sujeitos é o que define ao qual se encontra a definição, ou não. Percebam que estamos usando a expressão sujeitos e sujeitos e não mais sujeitos e objetos, pois estamos considerando que, além de um objeto construído, o *campus* pressupõe um tipo de relacionamento que é único e possível, pela sua existência.

Embora os tijolos, o concreto e todos os materiais que compõem a instalação sejam inanimados, eles, em conjunto com as pessoas que o utilizam, são capazes de performar ações, uma vez que foram edificadas para esse fim e com essas características. Portanto, considerando aquilo que Marandola Júnior (2020) definiu, podemos entender o lugar *Campus Restinga* e não apenas o lugar do *Campus Restinga*. Essas duas formas de compreensão do lugar, a primeira enquanto ser e a segunda enquanto objeto ensejam essa compreensão do momento em que ele é visto como lugar e quando ele é visto como território.

Quando nos voltamos intencionalmente para dentro e nos colocamos como iguais ou quando estamos voltados para fora e entre diferentes é possível perceber a constituição de momentos e princípios existenciais dialeticamente relacionados, mas distintos enquanto manifestações do ser-no-mundo. (SERPA, 2019, p. 63).

O autor nos coloca a pensar sobre a relação. Basicamente, é isso que a geografia estuda, a relação entre sujeitos e objetos, ou, entre um sistema de ações e um sistema de objetos, como definiu Santos (2006). Mas, entre um sujeito e um objeto existem muitas formas de relações que se estabelecem, até ao ponto de

compreendermos quem é sujeito e quem é objeto, conforme o ponto de vista. Os objetos de pesquisa se tornam sujeitos quando eles interagem de tal maneira que ressignificam o próprio pesquisador.

*Eu achava assim, meu conhecimento de vida é maior que um diploma, mas aí eu percebi que também é necessário, sabe? Porque daí quando tu falas de igual para igual, não só pelo teu conhecimento de vida mas também pela tua trajetória de estudos, tu colocas as pessoas para entender também que tu sabes o que se está falando, sabe que se tem propriedade mesmo do assunto (Cláudia Cruz).*

Na formatura ocorrida em agosto de 2019, estavam presentes, na primeira fileira, Maria Guaneci e Cláudia Cruz. Eu as observava e ambas estavam muito emocionadas, apenas por estarem ali, vendo as pessoas se formarem, logo, concluindo uma etapa formativa na instituição. Quando perguntei sobre a emoção, elas me responderam: “*é um sonho realizado*”. A emoção de ambas ao verem pessoas que elas nem conheciam se formando no *campus* foi um dos motivos para realizar essa pesquisa, pois demonstra o papel social da instituição e, portanto, uma política implementada.

## 5 EM TODO MOVIMENTO HÁ PAUSA, MESMO QUE MOMENTÂNEA

Essa pesquisa buscou apresentar, de alguma maneira, as (re)configurações do espaço em que a Restinga surge, é construída e, como fruto disso, um *campus* do Instituto Federal é instalado. Ela se baseou na análise da relação entre o bairro e o *campus* Restinga, a partir do processo de reivindicação e da conquista do equipamento público, conduzido pelos moradores. Essa análise utilizou os conceitos de paisagem fenomenológica, lugar e lugaridade, território e territorialidade (e múltiplas territorialidades), para compreendê-la pela geografia. A necessidade da análise se verifica ao tentar compreender o papel dessa instituição de ensino e sua intrínseca relação com o local que lhe empresta o nome.

Para compreender essa necessidade, que se concretizou em 2010, foi necessário fazer um movimento de resgate histórico da construção do lugar. Para tanto, recorreu-se ao que já se produziu sobre a Restinga, especialmente em Gamalho (2009) — do ponto de vista territorial, dialético e crítico — e em Araújo (2019) — do ponto de vista temporal e material. Além dessas duas referências, os interlocutores foram fundamentais no entendimento de como aquele espaço foi construído, como a paisagem se modificou, como os símbolos presentes nela foram instituídos. Muitas lacunas ficaram abertas, por se compreender que a complexa malha de acontecimentos e de significados possui uma amplitude que apenas uma pesquisa não seria suficiente, sugerindo muitas outras contribuições sobre as especificidades que ali se manifestam.

Essas contribuições permitiram compreender a conformação do lugar, ao mesmo tempo que a paisagem se modifica e sustenta os seus símbolos. Além disso, esse lugar também transparece a identidade, os vínculos e as características próprias daquelas pessoas, cujos limites e fronteiras passam a ficar evidentes, conotando as delimitações territoriais, sejam elas por apropriações jurídicas ou culturais.

Nessas identificações, surge o *restingueiro*, estereótipo manifestado pelos interlocutores. Ele representa a forma como eles se percebem vistos a partir de como são tratados fora da Restinga, o que leva a ações de fortalecimento interno no bairro para ressignificar o lugar e, portanto, ressignificar essa identidade de *restingueiro*, alternando-a da marginalidade, como principal elemento, para uma pessoa com preparação técnica superior a outros bairros da cidade, por ter à disposição um *campus* do Instituto Federal que é sinônimo de qualidade formativa.

Nesse ponto, a discussão sobre marginalidade e periferia, entre reivindicação e conquista expôs o papel do Estado no bairro. Ele é efetivo na remoção das pessoas, se apresenta muito forte naquele momento e, depois, mantém uma aparente ausência. A população da então Vila Restinga, desolada, abandonada, procura-o novamente e reivindica sua presença efetiva. Sua força está na organização coletiva entre os removidos e demais que se somam ao local, com a promessa de terem a propriedade sobre lotes de terra para residirem. Somam-se, também, novos moradores que adquirem residências construídas na Vila Nova Restinga, pelo DEMHAB, uma promessa não cumprida aos removidos, que continuavam sem acessar o direito à moradia.

Nesse contexto, paisagem, lugar e território vão performando à medida que as relações se estabelecem. Marginalidade é traduzida tanto em morador periférico, distante da centralidade, quanto em bandido, ladrão, traficante. Reivindicação também significa, além da instalação de equipamentos urbanos e infraestruturais, a presença do Estado. Conquista passa a significar a apropriação desses objetos à paisagem construída. Da apropriação, surge o cuidado com a coisa conquistada, passando a defendê-la também.

Do conjunto de infraestruturas e equipamentos urbanos, um processo interno de consciência sobre o lugar se manifesta e se potencializa, tornando notável a força da organização popular e da situação precária, ainda, do lugar que habitam, sugerindo que o Estado ainda não estava suficientemente presente. Ao mesmo tempo em que as reivindicações de infraestruturas básicas eram solicitadas a partir da organização lideranças comunitárias e pressões para suas instalações eram praticadas, novas demandas surgem, dentre elas, a de qualificação profissional, a partir da educação técnica. No entendimento deles, esse seria o melhor caminho para uma mudança de status para concorrer a melhores condições de empregabilidade e de vida, conforme a larga documentação disponibilizada, que traduziu a magnitude do percurso.

Essa mudança permitiria a ressignificação do estereótipo de restingueiro, rompendo, então, com a desvantagem na busca por uma vaga no mundo do trabalho. Efetivamente, não é possível quantificar se essa expectativa dos moradores se concretizou ou não, porém, nota-se que os estudantes do *campus* possuem uma enorme aceitação para vagas de estágio e de empregos formais. Além disso, a

presença do *campus* no bairro possui um significado simbólico que colabora com essa mudança.

Soma-se ao fato que quanto mais pessoas formadas pela instituição, maior é a difusão da qualidade técnica dos egressos e, portanto, ser morador da Restinga deixa de ter um significado pejorativo na busca por uma vaga de trabalho. O restingueiro não é mais o marginal, mas é o batalhador, que luta pelos seus direitos e expressa seu afeto pelo território. Há um orgulho manifestado que retroalimenta a defesa desse lugar. Por fim, as defesas se estendem às instituições, concretizadas, presentes na paisagem, simbolizando, além da funcionalidade a qual se destina, o histórico de luta travada, desde a reivindicação até a conquista e pleno funcionamento. Esse materialismo histórico representa, aos moradores, verdadeiros marcos territoriais. São os seus totens, seus orgulhos, símbolos de suas lutas, de suas conquistas. São os marcadores do tempo e da memória. Essas marcas não delimitam o espaço, mas marcam o espaço e quanto mais visíveis, melhor. Esses espaços públicos possuem uma conotação singular na Restinga, pois são fruto da mobilização popular.

Tal conotação precisou ser garantida nos documentos e na proposição pedagógica, como forma de perpetuar a história e manter as marcas no lugar. Isso caracteriza a instituição de outra forma. Diferentemente de um parque, por exemplo, esse espaço possui a função de desenvolver novas ações, de forma autônoma. E essa autonomia que, talvez, leve a nuances diferentes, ora o *campus* se apresenta como lugar, ora se apresenta como território, depende da relação estabelecida em determinado momento e pela condição existente. Essa autonomia do currículo, traduzindo visibilidades dos sujeitos coletivos que compõe o contexto ao qual o espaço escolar está inserido é justamente a defesa de Arroyo (2013), onde ações presentes nos cotidianos, para além da sala de aula, garantem o pertencimento, a visibilidade e o acolhimento.

Retomo, então, a partir das necessidades, o que considero como o elemento do processo, que é a presença de sujeitos. Como mencionado anteriormente, estou oferecendo uma perspectiva de análise relacional entre sujeitos e sujeitos em dados momentos, o que parece contrapor a análise geográfica que se situa na relação entre um sistema de ações, que podemos caracterizar por aquelas advindas dos sujeitos, e por um sistema de objetos. Na realidade, não é uma contraposição, mas uma possibilidade. A análise do caso da Restinga, por uma abordagem existencialista de

lugar e território pretende superar essa relação sujeito-objeto (SERPA, 2019), o que permite admitir outras configurações de relações espaciais por ter uma característica única, portanto, embora inserida no mundo globalizado e sendo uma zona periférica, com todas as contradições econômicas que isso sugere, manifesta formas de organização distintas.

E a inserção no mundo globalizado é extremamente importante de marcar. A partir de referências como Santos (2006), Santos (2020), Gomes (2012), Moll (2008), Moll e Rabelo (2010), Moll e Leite (2015), Gadotti (2012), entre tantos outros que caberiam aqui, é possível estabelecer uma linha acontecimental que explica o *Campus* do IFRS na Restinga e como ele chegou até lá. Santos (2006) nos leva a compreensão das contradições do sistema capitalista e nos ajuda a compreender como o Estado se associa ao poder hegemônico financeiro e acaba produzindo uma organização para essas elites, a Restinga é fruto dessa organização. Santos (2020) nos auxilia a enxergar como a base da pirâmide social é discriminada, composta, majoritariamente por negros e que vivem em periferias e discute o mito da democracia racial. Conforme o autor, a partir da constituição de 1988, pelos movimentos negros organizados, há a retomada da discussão sobre a população negra. Na compreensão de que o Estado “precisa ser concebido como uma arena de disputas” (SANTOS, 2020, p. 204) onde as elites detêm um poder enorme nessa organização e, o restante do povo, é visto por estes a partir de juízos de valores racistas sobre uma baixa qualidade dessa população. Essa mesma concepção vai traduzir o estereótipo de restingueiro, marginal, de forma pejorativa, atribuído à Restinga. O autor afirma que essa compreensão, presente não apenas nessa periferia, mas em todo o território nacional, se dá pelas “construções e representações amalgamadas pelo Estado, arena de disputas entre forças sociais cujos embates engendram os resultantes projetos de sociedade e de território, que se materializam, dentre outros, em políticas públicas” (SANTOS, 2020, p. 204).

Logo, é nesse contexto que o Estado vai ser o “interlocutor e arena de disputa privilegiada por aqueles que lutam contra o racismo” (SANTOS, 2020, p. 207). Como abordado anteriormente, a Restinga é o bairro de Porto Alegre onde se concentra a maior taxa de autodeclarados pretos e pardos pelo IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011), e foi de uma organização de moradores que buscaram o Estado para implementar uma escola técnica, entendida, por eles,

como necessária para ressignificar o estereótipo, portanto, compreendida como uma política social. Em 2008, a partir da Lei nº. 11.892, que cria os Institutos Federais, torna-se evidente essa característica no art. 6º, cujo caráter social é evidenciado.

É no escopo da constituição que políticas de ações afirmativas vão acontecer e o ano de 2003 “pode ser considerado um marco de mudança na relação do Estado brasileiro com a pauta racial” (SANTOS, 2020, p. 209), dentre outros fatores, pela sanção da Lei nº. 10.639. Outros movimentos também aconteceram, mas vou me ater a esse. O processo desencadeado seria observado na discussão da escola que se quer pela Comissão Pró-implantação, mas daí já visto como uma apropriação territorial, expressa nas lutas sociais, que vai reivindicar esse Estado na periferia, lugar marginalizado e negligenciado por ele.

Gomes (2012) segue trazendo à discussão o impacto decolonial da Lei nº. 10.639/03, que propõe a inserção da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, como uma estratégia reparadora da colonização. Para a autora, o processo é desafiador, pois precisa romper com a hierarquização de conhecimentos que “inferioriza as culturas, povos e grupos étnico-raciais que estão fora do paradigma considerado civilizado e culto, a saber, o eixo do Ocidente, ou o “Norte” colonial” (GOMES, 2012, p. 102). As alterações propostas pela legislação estabelecem a “necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos” (GOMES, 2012, p. 102). É nesse ínterim que as ideias da comissão pró-implantação frutificaram e estão presentes dos documentos oficiais da instituição, o que demonstra seu caráter dialógico com a comunidade onde está inserida e, além disso, a garantia de participação no conselho de *campus*, esfera máxima de deliberação da unidade. A autora também reflete sobre a organização dos ditos excluídos em estratégias coletivas e individuais, algo que as lideranças comunitárias bem o fazem, bem como articularam-se em rede e buscaram a interlocução com o Estado. Moll (2008) também colabora com essa perspectiva de rompimento da rigidez curricular e hierarquização de conhecimentos. Quando a organização didática do IFRS traduz o entendimento sobre temas sensíveis e transversais, como políticas inclusivas, sociais e ambientais, ela envolve a amplitude do debate da vida, trazendo o destaque ao estudante como precursor de si, diminuindo esse hiato com o mundo

vivido, o mundo do trabalho e das responsabilidades e aproxima mais os estudantes da realidade.

Por fim, a autora colabora com aquilo que compreendi ser uma das razões para o estereótipo restingueiro aparecer tanto nas entrevistas, pois ela compreende há a necessidade de um diálogo intercultural, mas não qualquer um, mas sim, aquele se propõe a ser emancipatório no interior da escola, que pressupõe considerar a existência de um “outro”, como um sujeito, ativo e concreto, “com quem se fala e de quem se fala e, nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências” (MOLL, 2008, p. 105). Compreendo que esse contexto coloca em evidência o papel de sujeito que o *campus* possui ao cumprir sua função para com os seus estudantes, pois ali, esse outro “deverá ter o direito à livre expressão de sua fala e de suas opiniões” (MOLL, 2008, p. 105).

Essa característica emancipatória é uma das compreensões de Moll (2008) sobre a educação integral, conforme já mencionado anteriormente. A autora defende que uma “jornada escolar reduzida no seu tempo diário dá conta de opções políticas realizadas historicamente pelos grupos dirigentes da sociedade brasileira, em detrimento de uma expansão igualitária da rede escolar” (MOLL; LEITE, 2015, p. 20), plenamente em diálogo com Santos (2020) e Gomes (2012). A autora segue caracterizando o sistema educacional brasileiro como desigual e seletivo, porque, ao longo da história, não assegurou condições igualitárias de permanência e acesso às populações “tão desiguais nas suas condições concretas de existência”. E, contraditoriamente, “as piores condições materiais de funcionamento escolar foram reservadas exatamente para aqueles que mais precisam da escola” (MOLL; LEITE, 2015, p. 20). Justamente esses os motivos que levam os moradores a reivindicarem a escola técnica, que viria a se transformar no *campus* Restinga, vinculado ao IFRS.

E é no campo da desigualdade manifestado por Moll (2008) que Gadotti (2012) dialogará, e aqui eu chamo a atenção para uma especificidade do *campus* Restinga, cuja discussão estava presente em 2008: é o único da rede do IFRS que possui dois cursos de EJA. Essa necessidade já estava presente nas discussões da Comissão Pró-implantação no referido ano. O bairro, periférico, excluído, apresenta os maiores índices de população preta e parda autodeclarados, e, também, os maiores de distorção entre idade-série do município. Conforme dados compilados pelo ObservaPoa (c2021), em 2011 o bairro apresentava uma taxa entre 38,7% e 51,2%

de alunos com idade superior a ideal da série para o ensino fundamental, enquanto que a média salarial continuava sendo a mais baixa da cidade, entre R\$ 1.315,00 e R\$ 1.773,00. Para o autor em tela, “não faltam justificativas éticas e políticas” para priorizar a educação de jovens e adultos (GADOTTI, 2012, p. 18). O autor segue afirmando que essa educação se conforma como uma tática da comunidade, pela qual, intencionalmente, ela busca mudar algo na sociedade por processos educativos, com o objetivo, inicial, de concretizar sua autonomia. Essa perspectiva se evidencia muito no relato de Cláudia Cruz, ao evidenciar o papel que seu avanço nos estudos lhe rendeu na vida.

Em Gadotti (2012), há o destaque para a educação popular, que possui a conscientização como categoria fundamental, algo que se tornou evidente na Restinga. Assim como os demais autores, que mencionam avanços em governos populares, a educação popular torna-se política pública em alguns desses governos, sob o argumento de que “as classes populares têm que se educar enquanto lutam para sobreviver” (GADOTTI, 2012, p. 19). É nesse contexto que o governo federal criou o PROEJA, pelo Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006. Para o autor, a educação popular ganha destaque “no momento em que as lutas políticas se juntam às lutas pedagógicas, experiências essas frequentemente associadas aos movimentos sociais (negros, sem-terra, moradia etc.)” (GADOTTI, 2012, p. 21-22).

E é, talvez por isso, que algumas pessoas, como a Maria Clara, possuem concepções bastante singulares de enxergar o bairro como um quilombo, pois ela resgata ou tenta resgatar o simbolismo da união, como forma de manutenção de vínculos fortes que podem ser traduzidos como símbolos presentes nesse lugar, que reforçam a territorialidade e marcam a paisagem, onde uma tradução disso é o *Campus* do Instituto Federal, o Hospital Restinga Extremo Sul, entre outros equipamentos. Isso tudo faz parte do resgate da condição humana. Conforme Serpa (2019), o lugar é sempre processual e articula diferentes espaços de conceituação e nessa articulação, em diferentes recortes e escalas, está proporcionalmente ligada à capacidade de articulação dos grupos envolvidos. Quanto maior foi a articulação, maior é a complexidade dessas relações. Nesse sentido que o *Campus* se apresenta como mais uma dessas formas singulares fruto de articulações, e por isso se torna, além de uma marca simbólica dessa organização, também um agente catalizador de ações.

E da complexidade das diferentes articulações é que surge o território, como fragmentos presentes no lugar, que os une. Conforme o mesmo autor, “se o lugar tende à universalidade, o território tende à particularidade. Transitar entre lugar e território significa finalmente negociar o singular e o universal” (SERPA, 2019, p. 66), buscando essa superação dialeticamente. Em fevereiro de 2020, uma fala muito significativa surgiu numa formação pedagógica. Um servidor disse: “agora eu sei que o *campus* possui a cara da Restinga”. Uma outra servidora, moradora da Restinga, replicou: “e qual é a cara da Restinga?”. A resposta mais coerente seria: o bairro é multifacetado, possui muitas características singulares de diferentes territórios. Esses compõem o bairro e estão presentes nas características inclusivas e horizontalizadas da gestão do *campus*. Essa marca do bairro está presente na instituição.

Essa perspectiva existencialista é articuladora de lugares e territórios, como uma dialética entre dentro e fora, interior e exterior, próprio do habitar o mundo. Estamos permeados de experiências de territorialidades e de lugaridades que se apresentam em diferentes escalas e, como fluxos, permeiam as nossas vivências. Na instituição citada, elas possuem fluidez entre quem a frequenta e se manifesta nos processos de ensino e aprendizagens. Possivelmente, essa seria a maior contribuição da geografia, não apenas para o ensino de geografia, como forma de reconhecer o lugar, o território e a paisagem, mas, como contribuição massiva para a formação ampla dos estudantes, reconhecendo seus papéis no mundo, suas relações em diferentes escalas e como forte propulsora de afirmação de identidades, quer seja de restingueiro, restinguerreiro ou qualquer uma que se manifeste.

Refaço a pergunta: se as escolas das periferias elencam suas próprias adversidades socioeconômicas como suporte ou veículo para o seu processo educacional, instaurando esforços de compreensão ativa das condições de sua existência, então, o *campus* do Instituto Federal, quando concebido por esse coletivo, vai elencar quais questões para dar suporte ao seu processo educacional?

Havia dito que um dos caminhos era a ressignificação do estereótipo. Continuo defendendo que esse se apresenta como o mais sutil e sofisticado deles, a partir da sua capacidade de gerar ações para esse fim, em conjunto com a comunidade escolar, aqui incluindo os moradores, representados pelas lideranças comunitárias que pensaram os propósitos educacionais. Essa perspectiva encontra certo alinhamento, novamente, em Serpa (2019), quando ele menciona os processos de

apropriação de espaços públicos. Na realidade, como é perceptível, esse autor fundamenta muito da leitura sobre a Restinga, mas há particularidades em que é necessário se criar concepções. Essa é uma delas.

Sobre os espaços públicos, o autor defende que espaços públicos são condicionados por representações segregacionistas, essas mediam processos de territorialização de grupos sociais, por uma dialética entre capital cultura e capital econômico. Até aqui, podemos considerar, em parte, que o *campus* cumpre esse requisito, ainda mais quando o autor considera que espaço público pode se transformar numa justaposição de espaços territorializados, a partir da apropriação pelos usuários, desencadeando uma acessibilidade limitada e controlada simbolicamente. Ao contrário dos espaços públicos pensados pelo autor, cuja referência são parques, o *campus* resulta da demanda pela presença estatal e se configura na necessidade da visibilidade e da presença, como forma de difundir o marco territorial que é e reafirmá-lo no seu lugar, como o todo que ele representa. “Ser lugar e/ou ser território? Em que situações somos e nos manifestamos como lugar? Em que situações somos e nos manifestamos como território? Ou melhor: que experiências primeiras fundamentam o ser-no-mundo como lugar território?” (SERPA, 2019, p. 63).

Ambos, conforme a situação se apresenta.

Ambos, quando a possibilidade é criada para que isso ocorra.

Ambos, quando a singularidade da formatação espacial permite.

Ambos, quando o objeto é criado para ter condições de ser sujeito.

Ambos, quando temos um Estado, apoiado e costurado por um poder hegemônico financeiro e uma comunidade que tenta fazer cumprir a função ao qual o Estado deveria cumprir, mas de forma igualitária, com maior equidade, tanto o sentido de dispor infraestruturas quando na concepção de sua organização. É fato que podemos visualizar a estrutura hierárquica do sistema econômico vigente nos mais diversos setores da sociedade e, em contraste, criar uma perspectiva de igualdade, a partir das concepções pedagógicas que se traduzem nos Projetos Pedagógicos de Cursos, formando profissionais numa perspectiva diferente. Nesse sentido, há emancipação, também há a tradução de uma geografia nessa concepção ao se compreender o lugar territorializado em suas dimensões identitárias e de afeto, traduzindo-o para a instituição. Logo, essa pesquisa demonstra, também, como é

possível implementar um currículo e uma filosofia pedagógica de esteja conectada com o lugar onde ela ocorre. A apropriação do lugar, dos afetos que leva às suas defesas eleva o território a uma categoria prática, o que leva a enxergá-lo em seu papel organizador, portanto, leva à compreensão das ações do Estado “(em sua complexidade e multiplicidade, de agências, órgãos e dispositivos legislativos)” que age “sobre os grupos que compõem a sociedade (SANTOS, 2020, p. 212). E parece que esse entendimento ficou bem demonstrado no processo de implantação do *Campus* em suas disputas com a gestão municipal.

Novos questionamentos surgiram a partir dessa pesquisa, pois quanto mais se investiga pela perspectiva complexa, mas elementos se somam e se tornam motivadores. Relaciono alguns dos que considero mais significativos para compreender esse lugar:

O papel feminino na organização do espaço, quando se verificou que a maior parte das ações foram desencadeadas por mulheres, no bairro, quer seja por estarem mais tempo no bairro – quando não são provedoras – quer seja pelas necessidades do cuidado com a família.

A relação horizontalizada de organização político-social do bairro, especialmente verificada na forma como as lideranças comunitárias se organizaram em coletividades e em grupos de debates em prol das ações debatidas.

A questão da eterna diáspora da população negra, pobre, marginalizada. Isso acaba deteriorando suas relações, as pessoas e sua cultura. Esse fato pode abrir espaço para o narcotráfico e outras violências. E daí a atuação dos “guris” nas reivindicações dos equipamentos pelos moradores e como eles se relacionam, atualmente, com as diferentes instituições.

Essas situações também acontecem em outras periferias? E em quais condições? É um fenômeno restrito à essa periferia ou ocorrem em outras?

Essa perspectiva de análise poderia ser expandida para outras escolas ao estudar o lugar onde está inserida e contemplar o resultado no seu processo pedagógico, apropriando-o e traduzindo nas práticas educacionais que podem modificar a formação dos sujeitos e ser implementadas como políticas públicas?

Ou ainda, pensar sobre como resignificar o papel da geografia, para além de uma disciplina e elevá-la a um papel colaborativo para o desenvolvimento de uma pedagogia em escolas?

E como a geração que está estudando, atualmente, no *campus* Restinga compreende o bairro, suas relações, demandas, histórico e as suas necessidades de futuro? Estão se formando novas lideranças comunitárias?

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, N. P. **Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória**: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967–1971. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2019. 265 f. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/212730>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- ARROYO, M. G. **Currículo, Território em disputa**. 5ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013 [10ª reimpressão, 2021]
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In*: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- CÂMARA DOS VEREADORES DE PORTO ALEGRE. Lei nº. 2.902 de 30 de dezembro de 1965. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/governo\\_municipal/usu\\_doc/normas\\_criacao\\_-\\_demhab.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/governo_municipal/usu_doc/normas_criacao_-_demhab.pdf). Acesso em: 20 jun. 2021.
- ESPÍRITO SANTO, M. O.; DINIZ, E. H.; RIBEIRO, M. M. Movimento passe livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho. *In*: PINHO, J. A. G. (ed.). **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil**: perspectivas para avanço da democracia [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 141–167. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218775.0008>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 55ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *In*: **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão Universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.º 1, dez/2012. Disponível em <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/3909/2386>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- GALVÃO, A. R. G. O território multidimensional de Francisco Beltrão/PR e o desenvolvimento territorial. *In*: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (Org.). **Expressões da cultura no território**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.
- GAMALHO, N. P. **A Produção da Periferia**: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga — Porto Alegre/RS. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16658>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.º. 1, jan.–abril/2012, p. 98–109. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). *In*: ARAUJO, F. G. B. de.; HAESBAERT, R. (Org.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Acess, 2007.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. Edição do Kindle.

HOLZER, W. Sobre Territórios e Lugaridades. **Cidades**, v. 10., n. 17, 2013.

Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3232/2746>. Acesso em: 20 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo Demográfico — 2010**: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 1 mar. 2021.

LEFEBVRE. H. **O direito à cidade**. (trad). São Paulo: Centauro, 2001.

MARANDOLA JÚNIOR, E. Lugar e Lugaridade. **Mercator**, v. 19, Fortaleza, 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2020.e19008>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MARANDOLA JÚNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (org.). **Qual o espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MASSEY, D. Um sentido global do Lugar. *In*: ARANTES, A. A.(org.). **Espaço da Diferença**. Campinas/SP: Papius, 2017.

MOLL, J. Conceitos e pressupostos: o que queremos dizer quando falamos de educação integral? *In*: **Salto para o Futuro**: Educação Integral. Ano 18, boletim 13, agosto, 2008. Disponível em:

[http://www.ufrgs.br/projetossociais/Biblioteca/4\\_TV\\_Escola\\_Educacao\\_Integral.pdf](http://www.ufrgs.br/projetossociais/Biblioteca/4_TV_Escola_Educacao_Integral.pdf). Acesso em: 20 jun. 2021.

MOLL, J.; LEITE, L. H. A. Educação integral em tempo integral: desafios e possibilidades no campo das políticas afirmativas de direitos (apresentação).

**Educação em Revista**, v. 31, n.º 4, Belo Horizonte, 2015. p. 17-21. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698013104>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MOLL, J.; RABELO, M. K. O. (Re)conhecendo o território escolar e mapeando o sentido do ser-jovem: contribuições dos programas e projetos intersetoriais para superação das vulnerabilidades do escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.15 (supl. 2), 2010. p. 3020–3026. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/3xwYZ9FMzktgHjfyzqJVg4b/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

NETO, A. Centro de Artes e Esportes da Restinga será inaugurado nesta segunda-feira. **GZH**, 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/centro-de-artes-e-esportes-da-restinga-sera-inaugurado-nesta-segunda-feira-cjz7gv8dl00b301pal2m1jugt.html>. Acesso em: 1 set. 2021.

OBBERG, L. P. O conceito de comunidade: problematizações a partir da psicologia comunitária. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro v. 18 n. 2, p. 709–728. Maio a agosto de 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/download/38820/27700>. Acesso em: 20 jun. 2021.

OBSERVAPOA. **Bairro Restinga**. Porto Alegre em análise: sistema de gestão e análise de indicadores. c2021. Disponível em: <http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regioes=93,0,0>. Acesso em: 8 maio 2020.

PEREIRA, L. A. G. *et al.* A geografia dos transportes na organização do espaço urbano: mobilidade e acidentes de trânsito. **Caminhos De Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 42, jun./2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16682>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RECH, T. B. **Casas de religião de matriz africana em Porto Alegre: territorialidades étnicas e/ou culturais a partir da antiga Colônia Africana**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56235>. Acesso em: 20 jun. 2021.

REGO, N. Geração de ambiências: três conceitos articuladores. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 46–53, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6780>. Acesso em: 20 jun. 2021.

REGO, N.; RECH, T. B. Amor insurgente, de vila de maloqueiros a lugar territorializado, território lugarizado. *In*: PIRES, C. L. Z.; BITENCOURT, L. M. **Atlas da presença Quilombola de Porto Alegre/RS**. UFRGS, 2021. No prelo.

SACK, R. D. **Human Territoriality**. Cambridge: University Press, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, R. E. N. A questão racial e as políticas de promoção da igualdade em tempos de golpe: inflexão democrática, projetos de nação, políticas de reconhecimento e território. **Caderno Prudentino de Geografia: Dossiê Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência**. Presidente Prudente: AGB. Nº. 42, v. 4, dez./2020. p. 200–224. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7877>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SERPA, A. **Por uma Geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia**. São Paulo: Contexto, 2019.

TUAN, Y.-F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2015.

## ANEXOS

### Anexo I

Roteiro de entrevista livre para com os entrevistados.

1. Como foi a contribuição sua na história da constituição da Restinga?
2. Como você se sente na Restinga? O que ela significa para você?
3. Qual foi a sua motivação para lutar pela conquista do campus?
4. Por que um campus do IF era (ou é) importante para vocês?
5. Como foi a sua participação na implantação do campus?
6. O que o campus significa, atualmente, para você?
7. Como você caracteriza sua relação atual com o campus? Existe algum sentimento pelo campus?